

Garantir a terra, garantia da Terra?

Reservas Extrativistas na Amazônia Legal Brasileira.

Álvaro de Oliveira D'Antona

Tese de Doutorado em Ciências Sociais - Área
de Estudos de População - apresentada ao
Programa de Doutorado em Ciências Sociais do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

200327865

Junho de 2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Álvaro de Oliveira D'Antona

Garantir a terra, garantia da Terra?
Reservas Extrativistas na Amazônia Legal Brasileira.

Tese de Doutorado em Ciências Sociais - Área
de Estudos de População - apresentada ao
Programa de Doutorado em Ciências Sociais do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 04/06/2003

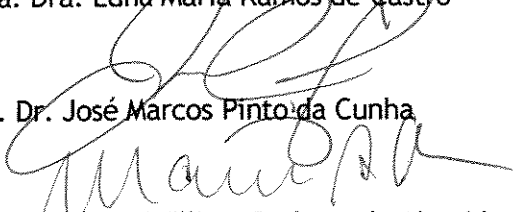
BANCA



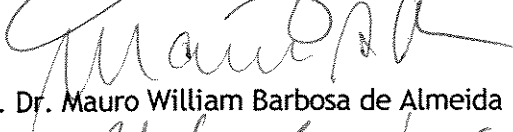
Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan (Orientador)



Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro



Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha



Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida



Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

Prof. Dr. Donald Sawyer

Prof. Dra. Lúcia da Costa Ferreira

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

D 236 g D'Antona, Álvaro de Oliveira
Garantir a terra, garantia da Terra? Reservas Extrativistas na
Amazônia Legal brasileira / Álvaro de Oliveira D'Antona.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2003.

Orientador: Daniel Joseph Hogan.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. IBAMA. 2. População. 3. Desenvolvimento sustentável.
4. Proteção ambiental. 5. Seringueiros. 6. Amazônia Legal -
Brasil. I. Hogan, Daniel Joseph. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

UNIDADE	36
Nº CHAMADA	17/unicamp
	172369
V	EX
TOMBO BC/	55311
PROC.	16-124103
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	21/08/03
Nº CPD	

CM00188249-B

BIBID 2909 19

Resumo

A Reserva Extrativista é uma categoria de Unidade de Conservação federal fundamentada no conceito de desenvolvimento sustentável. Neste trabalho, analisa-se a criação da categoria e das seis primeiras reservas criadas, levando em consideração a incorporação do desenvolvimento sustentável no debate sobre unidades de conservação; o processo recente de ocupação da Amazônia e a identificação dos extrativistas como defensores da floresta, o que os qualificaria como co-gestores das Reservas. Analisar a aplicação da proposta de desenvolvimento sustentável em Reserva Extrativista é o objetivo geral da tese. No âmbito dos Estudos de População, enfatiza-se a presença humana na floresta, a mobilidade populacional, enquanto aspecto importante para o êxito da proposta de desenvolvimento sustentável desta “Reforma Agrária dos Seringueiros”.

Abstract

Extractivist Reserve is a type of Conservation Unit that is based on sustainable development. In this work, the creation of this type of conservation unit is analyzed. Additionally, six extractivist reserves were analyzed in depth, taking into account the recent process of occupation of the Amazon Region and the role of the extractivists in the sustainable development debate. This work argues that the extractivists have an important role as co-manager of the reserves, instead of simply users of the natural resources. The general objective of this dissertation is to analyze sustainable development in the context of the extractivist reserves. Within the Population Studies field, this investigation emphasizes that both the human dimension of the Amazon occupation and the population mobility are crucial for the success of the sustainable development agenda aimed by the “Seringueiros Land Reform”.

Agradecimentos

Produzir esta tese, e sobreviver a ela, foi possível graças ao apoio daqueles a quem aqui agradeço e dedico os resultados dos esforços:

Maria Fernanda, por mais que tudo.

Álvaro e Lúcia; Carlos e Cleusa. Rose. Todos os parentes e amigos que me suportaram nesses anos. Pedro, sem o qual essa tese não estaria impressa.

Daniel Hogan, decisivo nos momentos críticos. Colegas do Núcleo de Estudos de População e o do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp pelas horas que passamos juntos.

Rafael Rueda, que me apresentou as Reservas Extrativistas. Centro Nacional das Populações Tradicionais do IBAMA (CNPT), que aprovou e apoiou o trabalho de campo. Todos os membros da equipe do CNPT, pelo fornecimento dos dados e pelo trabalho dedicado que realizam.

Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de doutorado nos três primeiros anos do curso.

Fundo Mundial para a Natureza (WWF), cujos recursos do Programa Natureza e Sociedade foram essenciais para o trabalho de campo.

Moradores das Reservas Extrativistas e seus representantes nas Associações, Sindicatos e Conselhos, por tudo o que me ensinaram.

Emilio Morán, pela oportunidade de concluir o texto junto ao grupo do Anthropological Center for Training and Research on Global Environmental Change (ACT) da Indiana University.

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
1 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EXISTE?	11
1.1 A falácia do desenvolvimento sustentável	11
1.2 Desenvolvimento e Unidades de Conservação.....	17
<i>Desenvolvimento Sustentável e unidades de conservação</i>	18
<i>Tipologia das áreas protegidas</i>	21
<i>Parques, no papel</i>	25
1.3 As Reservas Extrativistas	29
<i>Como criar Reservas Extrativistas</i>	39
2 OCUPAR PARA DESENVOLVER OU OCUPAR POR DESENVOLVER?	43
2.1 População e ambiente na Amazônia	43
2.2 Ocupar e desenvolver.....	47
<i>Fronteira Amazônica</i>	50
<i>Crescimento Demográfico e Concentração Urbana</i>	54
<i>Desocupar para Preservar</i>	70
2.3 Ocupar para desenvolver e preservar.....	76
<i>O mérito do extrativismo</i>	85
<i>Distribuição populacional</i>	90
<i>Características da população</i>	102
<i>Notas sobre ocupação e cobertura florestal</i>	109
3 SERINGUEIRO, O “BOM SELVAGEM”?	117
3.1 Moradores das Reservas	117
3.2 Direito de Uso	124
<i>Ficar na Reserva ou ir para a cidade</i>	129
3.3 Organização	133
<i>Núcleos de Base, Associações e Cooperativas</i>	135
<i>CNS e CNPT</i>	144
3.4 Condições de Vida e Produção	148
<i>Produção</i>	152
<i>Notas sobre o beneficiamento da borracha</i>	160
CONCLUSÃO: PENSANDO RESPOSTAS.....	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177

APRESENTAÇÃO

“A existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais depende a eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio. As soluções, por sua vez, dependem da quantidade e qualidade das necessidades a serem satisfeitas. São estas, portanto, o verdadeiro ponto de partida, todas as vezes que o sociólogo aborda o problema das relações do grupo com o meio físico.” (CANDIDO, 1971: 23)

Tomei o binômio *degradação-preservação* ambiental como ponto de partida para a definição de uma via analítica que me permitisse abordar o grande tema *População, Ambiente e Desenvolvimento*. Nessa construção, dois marcos foram fundamentais: a definição de *desenvolvimento sustentável* e a possibilidade de *presença humana em unidades de conservação (UC)*.

O desenvolvimento sustentável representa um avanço nas reflexões sobre possíveis relações entre seres humanos e o ambiente, propõe limites à conduta humana e afeta noções e práticas de *degradação ambiental*: desenvolvimento não é uma jornada que ocorre a despeito da natureza mas uma condição que se viabiliza pelo conveniente manejo (não-uso, uso e reposição) de seus recursos visando o longo prazo.

Simultaneamente, abre novas possibilidades para o entendimento e para as práticas de *preservação ambiental*. Por oposição à convencional preservação ambiental em “ilhas” esvaziadas de presença humana, nas últimas décadas o debate sobre desenvolvimento sustentável motiva experiências que têm a permanência de comunidades em unidades de conservação como desejável tanto para a melhoria das condições de vida das populações residentes quanto para a preservação de recursos naturais ali existentes. Tais experiências abrem um campo de estudo importante pois o entrelaçamento dos aspectos sociais, demográficos, tecnológicos, econômicos e ecológicos em uma determinada UC fornece dados concretos às indagações sobre o desenvolvimento sustentável, algo predominantemente teórico.

Refletir sobre a aplicação da proposta de *Desenvolvimento Sustentável* é o objetivo mais geral da tese, o que não se pode fazer sem o questionamento da tensão latente que a expressão encerra: **desenvolver**, “*fazer que progrida, aumente, melhore, se adiante*”, **sustentar**, “*manter*”, “*conservar a mesma posição*”, “*equilibrar-se*” (Ferreira 1995: 211; 619). A definição baseada em termos aplicáveis a instâncias aparentemente antagônicas - desenvolvimento humano; sustentação ambiental - motivou o estudo de unidades de conservação com presença humana, especificamente da categoria de Reserva Extrativista (Resex) - um tipo de unidade de conservação federal de Uso Sustentável que está sob a responsabilidade do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Trata-se de um modelo genuinamente brasileiro, germinado na década de 80 em decorrência da importante ação dos seringueiros, que levou à criação das primeiras unidades no início da década de 90 para o manejo sustentável de florestas tropicais úmidas em benefício direto daquelas comunidades tradicionalmente residentes nas áreas. A intimidade entre interesses sociais e preservacionistas coloca num mesmo pacote analítico a conservação e o manejo ambiental; o uso comum de recursos e a posse coletiva da terra; mobilidade populacional e desmatamento, o que dá a magnitude do objeto do estudo empírico.

Especificamente, o objetivo da tese é analisar a situação de Reservas Extrativistas da Amazônia Legal Brasileira¹ para pensar a relação entre mobilidade populacional (seus motivos mais do que a sua mensuração), conservação de recursos florestais e desenvolvimento sustentável. Privilegio aspectos relativos ao modo de vida e produção, manejo dos recursos e organização social, condicionantes da permanência das comunidades na floresta. Trata-se de uma análise da aplicação do modelo de desenvolvimento sustentável nas comunidades das Resex e não de um teste de viabilidade das mesmas.

¹Designação da porção do território nacional que inclui a região Norte mais os Estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão a oeste do Meridiano 44.

Para o estudo selecionei as seis mais antigas reservas extrativistas decretadas na Amazônia Legal Brasileira: Alto Juruá e Chico Mendes, no Estado do Acre; Rio Outro Preto, em Rondônia; Rio Cajari, no Amapá; Quilombo de Frechal e Ciriaco, no Maranhão (ver Tabela 1 e Figura 1). Tais unidades foram visitadas em 1999, 2000 e em 2001 com a aprovação e apoio do Centro Nacional das Populações Tradicionais do IBAMA (CNPT) e recursos do Fundo Mundial para a Natureza (WWF).

Tabela 1: Reservas Visitadas

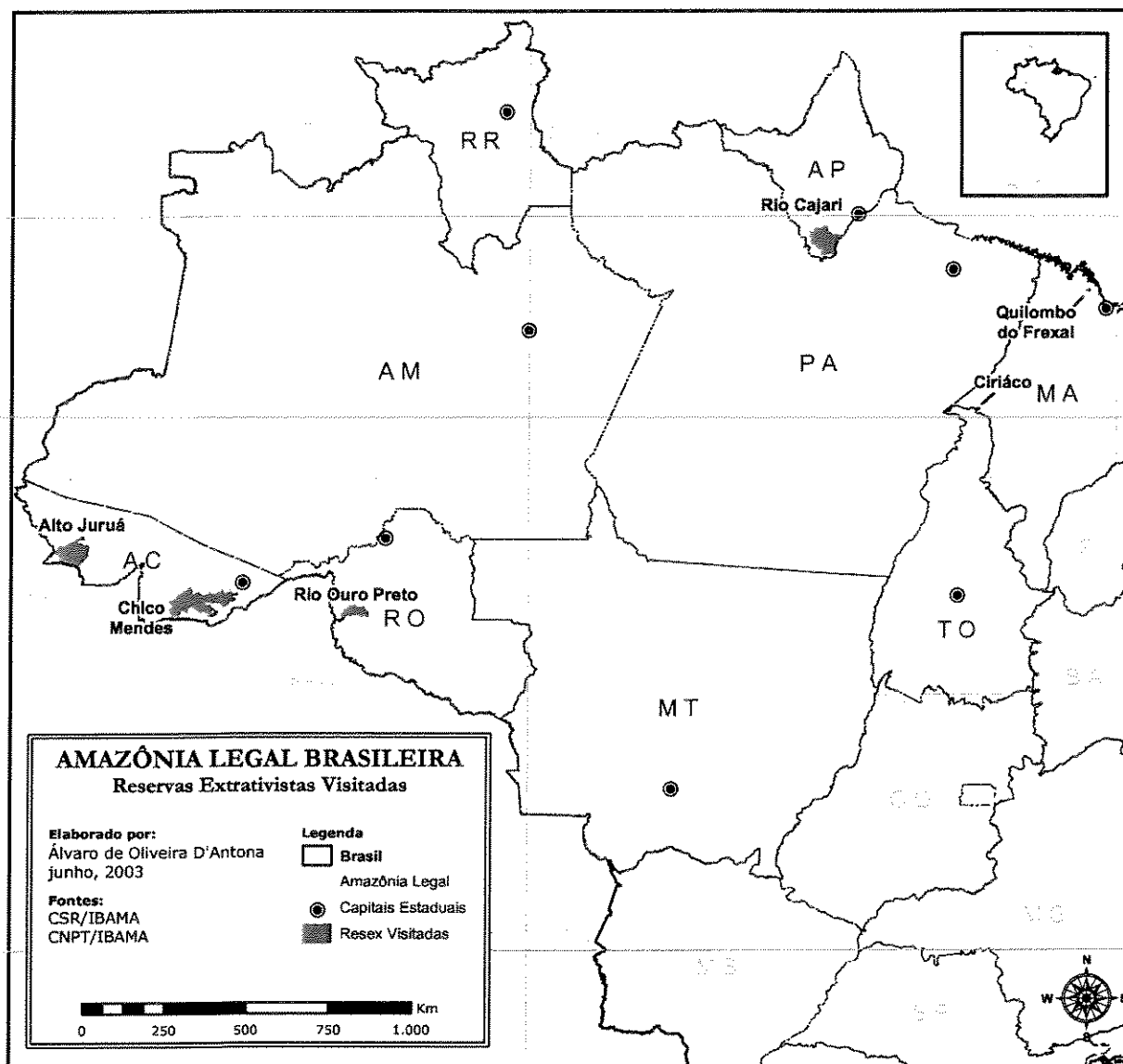
Resex	Municípios	Decreto	Área (ha)	Famílias	Ênfase extrativista
Alto Juruá - AC	Thaumaturgo de Azevedo	98.863 de 23/01/90	506.186	646	Borracha
Chico Mendes - AC	Rio Branco, Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil, Sena Madureira, Capixaba	99.144 de 12/03/90	970.570	1104	Castanha Copaíba Borracha
Rio Ouro Preto - RO	Guajará-Mirim, Nova Mamoré	99.166 de 13/03/90	204.583	102	Castanha Copaíba Borracha
Rio Cajari - AP	Laranjal do Jari, Mazagão, Vitória do Jari	99.145 de 12/03/90	481.650	604	Castanha Copaíba Borracha Açaí
Quilombo Frechal* - MA	Mirinzal	536 de 20/05/92	9.542	183	Babaçu Pescado
Ciriaco - MA	Cidelândia	534 de 20/05/92	7.050	258	Babaçu

Fonte: CNPT - Cadastro de Moradores de 1998.

Observação: O número de famílias de Ciriaco é uma aproximação feita a partir de estimativa do CNPT confrontada a dados do Censo Demográfico 2000 do IBGE (Setores Censitários). O número de famílias de Frechal é uma aproximação feita a partir de estimativa do CNPT confrontada a dados do levantamento feito pelo Projeto Vida de Negro (PVN, 1996)

*Em algumas fontes Frechal aparece como Frexal. Adotou-se aqui a primeira forma, que corresponde à grafia aceita pelos moradores da unidade.

Figura 1: Reservas Extrativistas Visitadas



As seis reservas selecionadas podem ser divididas em dois grupos. As quatro primeiras, decretadas em 1990, são as mais antigas e diretamente ligadas ao movimento dos seringueiros que conduziu à criação da categoria de Reserva Extrativista. Tais unidades fazem parte de um Projeto Piloto denominado Projeto Reserva Extrativista (Projeto Resex) que recebe recursos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). As duas outras reservas, decretadas em 1992, estão na chamada pré-Amazônia em áreas com menor cobertura florestal, suas comunidades não integraram o movimento dos seringueiros, e as unidades fazem parte de um pacote de Reservas criadas às vésperas da Rio 92 com finalidade política - terminada a Conferência, pouco ou nada foi feito para a regularização fundiária e efetiva criação das unidades. Estão fora do Projeto Resex e não receberam a mesma atenção que as primeiras com relação à regularização da situação fundiária e com relação a projetos nas áreas.

Este estudo privilegia as quatro primeiras Resex, que de fato contam a história da criação da categoria, e para as quais existem melhor base de dados. A inclusão das duas últimas, tradicionalmente dominadas pelos babaçuais, se fez pela possibilidade de comparações entre unidades com estímulos diferenciados e pela relevância das atividades extrativistas na chamada “pré-amazônia”². A exemplo do verificado com os seringueiros em outros Estados, o processo de desenvolvimento na região dos babaçuais (Ciriaco - MA) ocorreu em prejuízo dos extrativistas locais pois a implantação de fazendas de gado nas áreas de maior ocorrência da espécie impediu que as famílias coletoras exercessem sua atividade de forma livre e espontânea (RUEDA & MURRIETA, 1995: 108). A inclusão da Resex Quilombo de Frexal - MA, um remanescente de Quilombo, remete à diversidade e à importância das mobilizações sociais na criação, organização e manutenção das unidades.

A opção pelo estudo de várias Reservas Extrativistas por oposição a seleção de apenas uma

²Outras reservas na Amazônia, como a Tapajós-Arapiuns - PA; Rio Jutai - AM; Nova Esperança - AC, de criação mais recente, e unidades não regularizadas ou em desativação pelo CNPT na época da definição do trabalho de campo (Extremo Norte do Tocantins - TO; Mata Grande - MA) não foram incluídas.

delas constitui-se num diferencial dentro do universo dos trabalhos já disponíveis sobre as unidades - ainda que muitas delas careçam de pesquisas. Respeita a diversidade ecológica e social da Amazônia, levando em conta influências internas e externas num conjunto de respostas variadas a estímulos similares: o modelo de Resex é uma resposta “global” para os extrativistas mas também é resposta para demandas locais, com justificativas e efeitos locais. Mesmo o modelo da Resex, um dentre vários tipos de UC, é uma das possíveis respostas à “necessidade” de conservação e de desenvolvimento na Amazônia.

A coleta de dados buscou abranger várias escalas e fonte de dados. Incluiu as comunidades dentro das Resex, Associação de Moradores das Reservas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), o IBAMA e instituições ligadas à criação e à ações nas Resex, para que se percebessem as atitudes dos vários agentes em questão. Foram considerados dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados cadastrais do IBAMA, das Associações e informações georreferenciadas do Centro de Sensoriamento Remoto (CSR) do IBAMA como suporte às informações de campo, por sua utilidade em análises multiníveis (RINDFUSS & STERN, 1998).

No trabalho de campo, predominaram dois tipos de trajetos: deslocamentos regulares à Brasília, entre 1999 e 2002, para contatos com o CNPT/IBAMA e instituições com alguma relação com as reservas; e três deslocamentos até as Reservas (no final de 2000, no meio de 2001 e no início de 2002), oportunidades em que além da pesquisa nas unidades, fiz contato com pessoas e órgãos localizados nas cidades próximas e nas capitais estaduais. Foram privilegiados como interlocutores, membros do CNPT (da chefia em Brasília até os técnicos de campo); membros das diretorias das Associações de Moradores das Resex; Lideranças e demais moradores das unidades; diretores e representantes do CNS, de Sindicatos e de grupos organizados que apóiam as Resex. Dentro das Resex a estratégia variou conforme o tamanho da unidade e distribuição populacional. Nas menores (Ciriaco e Frechal) e na Rio Ouro Preto, onde a população se concentra em sete

localidades ao longo do rio, foram visitadas todas as comunidades. Nas demais foram visitadas algumas comunidades mas a estratégia principal foi acompanhar reuniões entre Lideranças locais e a equipe do CNPT, assim como Assembléias das Associações de Moradores - o que permitiu entrevistar muitas pessoas de várias partes das Reservas, além de permitir avaliar o relacionamento entre os agentes. Para garantir a não-identificação dos entrevistados, ao longo da Tese os interlocutores foram agrupados em categorias genéricas como, por exemplo, “Membros do CNPT” e “Membro da Associação”.

Desde a elaboração do projeto, sabia-se das dificuldades decorrentes da extensão da área de cobertura da pesquisa e das limitações de orçamento e tempo do doutorado. A realização do trabalho acabou por revelar outras como a difícil compatibilização das informações oficiais (dados do IBGE e IBAMA) e, até mesmo, a difícil comparação entre as Reservas (dados do IBAMA). Assim, se já se previa um enfoque interdisciplinar e em diferentes escalas, a prática impôs a combinação de dados quantitativos e qualitativos. Ainda que não me proponha a uma reflexão teórica sobre a relação entre a antropologia e a demografia, considero importante mencionar que o encontro das duas disciplinas - que não é uma novidade³ - proporciona benefícios metodológicos e teóricos que viabilizam o estudo de um conjunto de comunidades sem que se percam características culturais vitais para a compreensão de modelos de desenvolvimento aplicados a um ecossistema. De fato, a interrelação população, recursos naturais e desenvolvimento demanda uma perspectiva transdisciplinar pois não se trata de uma relação direta entre tamanho da população e quantidade de recursos mas de uma matriz importante para tomadas de decisões, ainda que não necessariamente quantificáveis (HOGAN, 1993).

Para combinar as escalas e os temas, o texto foi organizado em função de três questões

³A história da relação entre antropologia e demografia não é recente e alterna períodos de mútua colaboração com períodos de absoluta indiferença. Da proximidade inicial, em que a antropologia britânica e americana se dedicavam aos estudos de estrutura social e parentesco e a demografia demonstrava afeição à tradição do trabalho de campo da antropologia britânica, as duas disciplinas trilharam caminhos que definiram problemas, métodos e epistemologias próprios. Atualmente vivemos uma fase de reaproximação com possibilidade de uma nova síntese temática (FRICKE & KERTZER, 1997).

provocativas - irônicas, até mesmo - que facilitam contextualizar a categoria de Resex e as unidades consideradas, por vários ângulos.

A questão “O desenvolvimento sustentável existe?” alude à possibilidade do conceito ser aplicado. No capítulo 1 apresento como as unidades de conservação, em especial as Resex, aparecem no debate sobre desenvolvimento sustentável.

A questão “Ocupar para desenvolver ou ocupar por desenvolver?” alude ao processo de ocupação recente da Amazônia tomado como meio ou evidência do desenvolvimento. No capítulo 2 mostro a relação histórica, na Amazônia, entre desenvolvimento, ocupação territorial e apropriação de recursos naturais. Também, como as Resex aparecem nesse processo de ocupação territorial, de manejo de recursos naturais e de desenvolvimento regional, como uma interseção ou nova síntese da idéia de ocupar para desenvolver e desocupar para preservar.

A questão “Seringueiro, o bom selvagem?” remete ao debate sobre a vocação ambientalista do Extrativista e sobre a conveniência de torná-lo co-gestor de uma unidade de conservação. Se a idéia é manter a população nas Reservas para que as pessoas tenham melhor vida e se preservem os recursos, no capítulo 3 considero elementos condicionantes da permanência dos moradores, a orientação de medidas que buscam caminhos para a aplicação do desenvolvimento sustentável das comunidades, segundo o que pude perceber com o trabalho de campo.

No lugar da conclusão, as questões são retomadas para a síntese e algumas “respostas”.

1 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EXISTE?

“Se não existir um caminho hoje para o desenvolvimento sustentável, nós temos que encontrar” (Membro do CNPT)

1.1 A falácia do desenvolvimento sustentável

Desde as reações dos conservacionistas na década de 60, passando pelo marco conceitual do relatório “Nosso Futuro Comum”, de 1987⁴, até as mais recentes revisões conceituais, as reflexões sobre desenvolvimento sustentável opuseram-se à degradação ambiental como contingência do progresso humano. Contrariando o desenvolvimento baseado na geração de excedentes a despeito dos ritmos da natureza, firma um novo “*paradigma de desenvolvimento*” (HOGAN & VIEIRA, 1992) que ocupa “*uma posição central dentro do ambientalismo*” (VIOLA & LEIS, 1992).

A proposta do Desenvolvimento Sustentável representa um significativo avanço; inclui dimensões como justiça social e sustentabilidade ambiental (SLOCUM & THOMAS-SLAYTER, 1995), não considerando mais a natureza como fonte inesgotável de recursos. Contudo trata-se de um novo paradigma ou de um desenvolvimento contraditoriamente adjetivado?⁵ A contradição dos termos começa na tensão semântica entre os mais evidentes sentidos de desenvolver (“crescer”, “avançar”) e sustentar (“manter”, “suportar”) e ganha força nas associações que comumente se fazem a eles:

- *Desenvolvimento: economia; ser humano.*

- *Sustentabilidade: ecologia; ambiente.*

⁴Segundo o documento da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMMD), Desenvolvimento Sustentável é aquele tipo de desenvolvimento capaz de atender as necessidades das gerações contemporâneas sem o comprometimento da capacidade das futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades. A grande contribuição ao conceito de sustentabilidade foi integrar aspectos econômicos, demográficos, ambientais e institucionais do desenvolvimento. Apenas o crescimento econômico não basta; a principal meta é o crescimento econômico com conservação de recursos naturais numa perspectiva intergeracional (CMMD, 1988).

⁵Ao analisar o conceito de Desenvolvimento Sustentável, Bellia (1996) também considera os significados do substantivo e do adjetivo.

A dúvida se justifica pois aperfeiçoamos um modo de vida e produção que conquista o primeiro termo pela violação do segundo, e a proposição da sustentabilidade como orientadora ou limitante não bastaria para resolver os aspectos que tornam o desenvolvimento insustentável.

Confundido à idéia de progresso (NISBET, 1985), o desenvolvimento consolidado com a modernidade depende do aperfeiçoamento tecno-científico dos meios de produção e da intensificação do uso de recursos naturais, dentre outros fatores que elevam a produtividade do trabalho, a geração de excedentes e a disponibilidade de produtos e serviços. Complexidade tecnológica, industrialização, urbanização, produção e consumo acelerados, crescente demanda de energia e desperdício de recursos são evidências das transformações tecno-científicas inerentes a esse padrão de desenvolvimento (CONTI, 1986; D'OLNE CAMPOS, 1994; TIEZZI, 1988). A estas, acrescenta-se determinado padrão de organização social do trabalho, de propriedade dos meios de produção e de destinação dos resultados das atividades produtivas.

“O sistema econômico atual permite que se deixe fora dos custos de produção os trabalhos bio-energéticos da Terra e bio-social das populações humanas (...) facilitando assim uma eficiente apropriação individual de bens comuns, o qual não conduz, obviamente, à mesma eficiência desde o ponto de vista da satisfação de necessidades básicas da população, nem de preservação dos ecossistemas”(LEIS 1993: 89).

A apropriação inadequada dos fatores de produção impossibilita a distribuição eficiente dos benefícios (utilidades) gerados; dificulta o atendimento das necessidades de todos os indivíduos. A concentração de renda e produto constituem um tipo de insustentabilidade que parece inerente aos modos de vida e produção que se orientam à produção de excedentes e que têm o mercado como principal via para o progresso. Em decorrência, há a degradação ambiental pois os que “recebem” ou se beneficiam do processo concentrador de riquezas pressionam a natureza em busca dos excedentes; os que “perdem” pressionam a natureza pois nela encontram as formas mais acessíveis de obtenção de seus meios de vida. Aos desajustes ambientais correspondem desequilíbrios socioeconômicos, e vice-versa. Convivemos entre o ideal de avanço e o medo de colapsos mas as crises econômicas, a miséria material que atinge muitas populações,

as catástrofes ecológicas e a degradação ambiental são normalmente tratadas como "efeitos colaterais" do desenvolvimento almejado - precisam ser minimizadas, compensadas ou mitigadas.

Mesmo uma análise econômica que inclua a extinção de recursos e a degradação dos ambientes, dentre outros indicadores aplicados ao longo prazo, pode avaliar as implicações negativas da organização social e econômica voltada para o acúmulo de excedentes em tempo presente. Mas a lógica individual dos agentes em suas práticas cotidianas contempla unidades geográficas restritas e normalmente privilegia o tempo presente. Tanto do ponto de vista ambiental quanto do social (distributivo) a insustentabilidade melhor se constata por análises ao longo do tempo. Algumas situações só se verificam insustentáveis quando analisadas num horizonte temporal de muitas décadas. Outras só são percebidas quando se amplia a escala da análise. O ônus das ações individuais é normalmente atribuído à Natureza, rateado e postergado às gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável, então, implica que seja feito um ajuste distributivo, e que se proporcione pelo menos a manutenção do bem-estar decorrente num horizonte temporal de longuíssimo prazo (séculos e não anos) e, também, que o estoque de capital seja definido de forma ampla de modo a incluir os recursos naturais; o capital natural (PEZZEY, 1989).

Mas o movimento inicial de oposição ao desenvolvimento capitalista insustentável, à sobreexploração ambiental, foi ecológico; não partiu de uma nova teoria econômica⁶. Não apenas porque a perspectiva dos ambientalistas se construiu mais ecossistêmica mas também porque o "futuro" ao qual se legava os prejuízos ambientais se fazia cada vez mais presente nas crescentes evidências de destruição ambiental a partir da década de 60. O Novo Ambientalismo (McCORMICK, 1992), preocupado com as atitudes humanas em relação ao planeta, teve grande aceitação. A insustentabilidade aproximou os temas ambientais ao do desenvolvimento nas discussões e

⁶O conceito conservacionista da sustentabilidade se revela na teoria de Odum (1959), baseada nas leis da termodinâmica para entender o padrão do fluxo de energia e matéria e na Teoria de Gaia, postulada por Lovelock ao final do anos 70.

conferências internacionais que se sucederam a partir de 1972 - tomando como um marco significativo a Conferência em Estocolmo - e que construíram a definição de desenvolvimento sustentável⁷.

A análise das transformações dos conceitos e pressupostos do desenvolvimento sustentável indica que o modelo foi se definindo e aprimorando por aproximações sucessivas de elementos econômicos e ecológicos (FOLKE, 1991; HUENTING, 1996; KLAASEN & OPSCHOOR, 1991), a partir da preocupação com a degradação ambiental (CASTRO, 1998). Há um movimento pendular entre o pólo econômico e o ecológico, que se justifica pelo uso da argumentação ecológica para fazer frente ao economicismo e também em função da distribuição do conhecimento em setores ou “áreas do saber”, o que invariavelmente dificulta a discussão de conceitos que transcendem do escopo de cada disciplina⁸.

A bibliografia sobre desenvolvimento sustentável apresenta divergentes conceituações e definições. Desenvolvimento sustentável é uma formulação ideal que dá a ilusão de um consenso quanto aos objetivos dos indivíduos (TURNER II, 1997). O conceito é vago mas correntemente aceito pelos mais diferentes agentes (o industrial, o agricultor, o ambientalista, os países “desenvolvidos” e os “nem tão desenvolvidos”), geralmente com suas próprias concepções e interesses (DIEGUES, 1992; HOGAN, 1993: 60; LELE, 1991).

Pensados em termos da história das relações ser humano - natureza (GOUDIE, 2000; MEYER, 1996), “*desenvolvimento*” e “*sustentável*” constituem um paradoxo (TURNER II, 1997: 34). Desenvolvimento: crescimento de consumo, aumento da produção crescente, controle

⁷Antes da Conferência em Estocolmo (1972), foi organizada a Conferência da Biosfera (1968) para avaliação dos problemas ambientais planetários. Em Estocolmo se debateu o meio ambiente global e as necessidades de desenvolvimento, tendo sido criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Em 1982 ocorreu o encontro em Nairóbi para avaliação dos dez anos pós-Estocolmo, no qual o PNUMA comprometeu-se em formar uma Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, implementada em 1983. Em 1987 foi publicado o relatório Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland) pela Comissão, formalizando-se a definição de desenvolvimento sustentável. Depois houve a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) - Conferência do Rio ou Rio-92 - onde se firmou a Agenda 21; e a Rio + 10 em Johannesburgo em 2002.

⁸Costanza et al (1991) defende a integração da economia com a ecologia em sua abordagem do Desenvolvimento Sustentável, a inclusão dos recursos naturais na análise do crescimento econômico.

tecnológico da natureza (GRÜBLER, 1994). Sustentável: uso da natureza de algum modo equilibrado no longo prazo com os processos naturais de reposição (TURNER II, 1997).

Há que se destacar que a definição do desenvolvimento sustentável é um marco. Questiona pressuposições antigas, implica em formas alternativas de ver e se relacionar com a natureza, coloca em pauta assuntos que propõem novas estratégias individuais e coletivas que podem conduzir a uma nova ordem. Mas ainda que se lhe atribua o status de “novo paradigma de desenvolvimento”, são comuns as considerações sobre seu caráter utópico - ou sobre as dificuldades de sua concretização.

O que teoricamente seria um novo paradigma de desenvolvimento, na prática não é necessariamente um novo paradigma (alternativa AO desenvolvimento) mas um tipo de desenvolvimento que se pretende sustentável (alternativa DE desenvolvimento). Nos conflitos entre ecologia e economia; ambiente e desenvolvimento, o paradoxo, potencialmente, constitui a falácia do desenvolvimento sustentável: a ilusão de um desenvolvimento (insustentável) sustentável. A idéia de paradoxo se torna especialmente interessante quando se considera a conservação ambiental. No modelo dominante em que se separa conservação de produção, ser humano, da natureza; as UC em ilhas (sem moradores e cercadas por áreas degradadas) dependem de recursos financeiros gerados por crescimento econômico que causa degradação ambiental em outras partes (VANDERMEER & PERFECTO, 1995: ix). O que esperar naqueles casos em que desenvolvimento sustentável associa-se à conservação ambiental, como ocorre com as Reservas Extrativistas? Ao aplicar o desenvolvimento sustentável à uma unidade de conservação, espera-se que o desenvolvimento interno sustente a conservação, ou supõe-se que todos os interessados (o país, o mundo) na Amazônia paguem pelo serviço?

Quanto ao comportamento dos indivíduos dentro da Reserva, entre a sobrevivência e a preservação de um recurso, o que prevalece? Ante a possibilidade da acumulação no presente e a remota sustentabilidade futura, o que prevalece? A presunção de que os indivíduos se comportam

(ou se comportariam) por “vocação” conforme os princípios do desenvolvimento sustentável parece inverossímil. Tão improvável quanto os agentes racionais, informados e maximizadores, pressupostos na economia neoclássica. Ou pior: agora os agentes não só são capazes de usar seus recursos de tal modo a maximizar seus benefícios como também são capazes de - e interessados em - minimizar os efeitos negativos sobre o ambiente, projetando no tempo a relação entre a máxima vantagem e a máxima desvantagem.

A proposta das Reservas Extrativistas estimula muitas questões e principalmente, lembra que procurar caminhos para a aplicação do desenvolvimento sustentável implica em considerar as diversas e conflitantes perspectivas a respeito do conceito, para assim construir modelos locais de desenvolvimento (GUDEMAN, 1986). Lembra da necessidade de se incluir a diversidade cultural (ALLEGRETTI, 1994; ALMEIDA, 1994) entre as suas premissas, assim como a justiça social, a democracia, a descentralização do poder de decisão e das atividades produtivas. Tanto para o aperfeiçoamento das condições de vida quanto para atender aos objetivos da proteção ambiental.

“A preservação de recursos naturais será aprimorada por meio de maior participação, implicando soluções de menor escala para os problemas de recursos. Reduzindo-se a escala das atividades de desenvolvimento, reduzem-se seus impactos ambientais e aumentam as possibilidades de participação local. (...) a discussão de limites ao consumo material é facilitada quando ganhos e sacrifícios são igualmente distribuídos” (HOGAN, 1993: 61).

1.2 *Desenvolvimento e Unidades de Conservação*

Seguindo a lógica do desenvolvimento insustentável, se desenvolver é transformar a natureza, é também degradá-la (reduzi-la em algum grau); conseqüentemente, preservar a natureza é preservá-la localmente das ações humanas.

Nos últimos duzentos anos, buscaram-se paliativos (ou compensações) à extinção de recursos naturais. Inevitável a degradação, tratou-se de reservar porções naturais relevantes em Parques e em outros tipos de áreas tidas como selvagens e que se pretendia manter “intocáveis” (DIEGUES, 1994; THOMAS, 1988). A lógica do desenvolvimento degradador compôs um quadro onde preservação e desenvolvimento se completam pela distribuição de áreas desocupadas com porções de natureza intocável num mundo cada vez mais desvendado e devassado.

No Brasil, o objetivo dos primeiros parques nacionais era conservar amostras representativas de ecossistemas em decorrência da destruição ambiental gerada pelo desenvolvimento (IBAMA, 1995; IBAMA, [s.d.]a; IBAMA, [s.d.]b). Desde Itatiaia (criado em 1937, nosso primeiro parque nacional), até os parques amazônicos na década de 80, a criação de unidades deste tipo está de acordo com o processo de desenvolvimento em nosso território (D'ANTONA, 1997). No princípio, a beleza natural despontava como o principal motivo para a criação das unidades (IBAMA, [s.d.]a); posteriormente, a percepção de que as áreas de conservação poderiam contribuir para o equilíbrio ecológico, levou ao estabelecimento de novos critérios biológicos como grau de endemismo e garantia de habitats (FERREIRA et al., 1999).

A prática de “conservação em ilhas” não contraria a lógica do desenvolvimento insustentável. Apesar do aperfeiçoamento dos critérios de criação dos parques, e da integração deste tipo de UC num mosaico de unidades com objetivos diferenciados, manteve-se o tabu sobre populações em unidades conservação. O que prevaleceu pelo menos até o final dos anos 90 foi a generalização de regras restritivas ao acesso às unidades de conservação, mesmo àquelas pessoas

que tradicionalmente manejavam os recursos existentes nos locais onde se decretam os parques.

Desenvolvimento Sustentável e unidades de conservação

A noção de desenvolvimento sustentável critica a causalidade entre desenvolvimento e degradação e rompe com o antagonismo entre preservação e desenvolvimento. A proposta de manejo equilibrado dos recursos abala a crença no afastamento humano como condição para preservação ambiental. Não é possível pensar em uma natureza "selvagem e intocável" (DIEGUES, 1994) nem é desejável estabelecer planos de manejo ambiental que ignorem as pessoas, seus modos de vida, e o fato de que tais modos de vida são dinâmicos e não estáticos.

A progressiva incorporação do elemento humano aos debates ambientalistas favoreceu a permanência de comunidades em unidades de conservação, ocasionando mudanças como o aparecimento de novos tipos de unidades. Graças aos fóruns internacionais nas últimas duas décadas, a inclusão das sociedades tradicionais nas propostas de preservação e manejo ambiental tornou-se uma condição. O *Modelo de Reserva da Biosfera* (MRB) criado pelo Programa Intergovernamental da Unesco, *O Homem e a Biosfera* (MAB), constituiu-se numa alternativa para o manejo de unidades de conservação com a presença humana (LINO, 1992) que influenciou muitas propostas de gerenciamento ambiental como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que reformulou as unidades de preservação no Brasil.

O esforço internacional rumo ao manejo sustentável como via para o desenvolvimento e para a preservação ambiental constituiu grupos de estudo, estabeleceu metas e gerou recursos monetários para conservação e desenvolvimento. Dentre as regiões e temas eleitos como prioritários desse esforço de coordenação global figuram as florestas de todo o mundo. Na *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* ("Rio 92"), no documento *Forest Principles* e no capítulo 11 da Agenda 21 (*Combating Deforestation*), foram apresentadas as bases para a integração do manejo à conservação e sustentabilidade das florestas

(UNFF, 2002). Essa tendência se manteve no *Intergovernmental Panel on Forests* (1995-1997) e no *Intergovernmental Forum on Forests* (1997-2000), ambos da *United Nations Commission on Sustainable Development*; e na *United Nations Fórum on Forests*, criado em outubro de 2002 pelo *Economic and Social Committee of the United Nations* (ECOSOC, Resolução 2000/35).

Neste processo se inseriu o Brasil, signatário dos principais acordos internacionais, como a *Convenção sobre Diversidade Biológica* assinada durante a Rio 92. Dentre os atos internacionais bilaterais assinados na década de 90, destacam-se aqueles que envolvem a Amazônia Legal Brasileira, um alvo prioritário das atenções e recursos internacionais em decorrência de sua biodiversidade e do crescente incremento do desmatamento (IBAMA, 1995)⁹.

Outro marco significativo para a incorporação dos fundamentos do Desenvolvimento Sustentável na criação de projetos e aplicação de recursos foi o *Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil* (PPG-7). Foi elaborado a partir das reuniões da União Européia e dos países do Grupo dos Sete (G7)¹⁰, em Dublin e Houston, nas quais o tema “Meio Ambiente no Brasil” foi incluído. Em 1991, durante a reunião de cúpula sobre economia em Londres, foram concedidos os primeiros financiamentos para a fase preparatória do Programa Piloto. O PPG7, integrado por Comissão Interministerial brasileira, Comissão da União Européia e pelo Banco Mundial, se tornou uma importante fonte de recursos para a operacionalização das mudanças no manejo e conservação ambiental. Dentre suas aplicações, interessa especialmente o subprograma *Unidade de Conservação e Manejo dos Recursos Naturais*, voltado para a consolidação da Política Ambiental Brasileira, ampliação dos conhecimentos sobre a Amazônia e a Mata Atlântica e para promoção do uso sustentável dos recursos naturais. Este subprograma coordenado pelo IBAMA é

⁹O gigantismo da Amazônia se expressou no passado sob as mais variadas representações (“Inferno Verde”, “Paraíso”, “Pulmão do Mundo”) e mais recentemente passou a sintetizar um mundo em desaparecimento, uma grande reserva de biodiversidade (SLATER, 2002). O Relatório *Amazônia without Myths* feito para a Rio 92 (Tratado de Cooperação Amazônica, 1992), fiel ao discurso sobre o gigantismo da Amazônia, defende a conciliação da preservação ambiental com o desenvolvimento econômico. O Brasil tem uma posição chave por conter 57% do total da floresta amazônica (43% do território Nacional) (BECKER, 1990) e por ser responsável por um significativo desmatamento em termos absolutos - o que justifica a emergência das ações para lá dirigidas.

¹⁰São as nações mais industrializadas do mundo: Estados Unidos, Inglaterra, Japão, França, Alemanha, Canadá e Itália.

constituído por projetos de manejo de recursos, monitoramento ambiental (queimadas e desmatamento) e de apoio a unidades de conservação - como é o caso do Projeto Reservas Extrativistas (Projeto Resex).

Paralelamente à movimentação internacional, no Brasil o Desenvolvimento Sustentável influenciava o debate na década de 90 sobre as áreas preservadas e aperfeiçoava o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - a cargo da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, do Congresso Nacional - cujas bases se encontram no Projeto de Lei no. 2.892 de 1992 (BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Defesa do Consumidor, 1992), no Substitutivo publicado em 1996 (BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Defesa do Consumidor, 1996), e na Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 que criou finalmente o SNUC (BRASIL, 2000), quando foram estabelecidos os novos critérios e normas para a definição, implantação e gestão das unidades de conservação brasileiras.

O SNUC é gerido (Art. 6º) pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão consultivo e deliberativo com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema; pelo Ministério do Meio Ambiente, órgão central com a finalidade de coordenar o Sistema; e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), seu principal órgão executor. Em seus objetivos (Art. 4º) se nota a combinação de convencionais preocupações conservacionistas - tais como a manutenção da diversidade biológica, dos recursos genéticos e dos ecossistemas; proteção de espécies; proteção de paisagens e de aspectos relevantes de natureza geológica; proteção/recuperação de recursos hídricos e edáficos - com aspectos próprios da reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade: *“promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento”* (V); *“valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica”* (XI); *“proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”* (XIII).

O SNUC rege unidades já criadas e implanta novas, estruturadas de forma a integrar valores naturais e sociais. Reúne diversas ações voltadas para o desenvolvimento sustentável e conservação, dispondo de um conjunto de categorias de manejo de unidades de conservação que se combinam e complementam em mosaicos de áreas preservadas em cada ecorregião. Resultado de um intenso debate entre os que defendem unidades sem gente e aqueles que defendem os direitos e interesses das populações em áreas preservadas, traz avanços significativos com relação as regras antigas ainda que muitas das modificações propostas nos primeiros projetos tenham sido suprimidas na versão final da lei.

Tipologia das áreas protegidas

De acordo com a Lei 9.985 (BRASIL, 2000) as unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (Art. 7º). Tal divisão não é substancialmente diferente daquela vigente anteriormente, baseada na distinção entre unidades de uso direto e unidades de uso indireto. Como no passado, as unidades de Proteção Integral (antigo uso indireto) impedem a exploração dos recursos naturais. Nas unidades de Uso sustentável (uso direto), permite-se o aproveitamento econômico dos recursos ambientais de forma planejada e regulamentada. A nova configuração é a seguinte:

- Unidades de Proteção Integral - “O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais...” (Art 7º § 1º). Compõe-se das seguintes categorias de unidade de conservação (art 8º): Estação Ecológica (EE); Reserva Biológica (Rebio); Parque Nacional (Parna); Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.
- Unidades de Uso Sustentável - “O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais...” (Art 7º § 2º). Fazem parte deste grupo (Art 14): Área de

Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie); Floresta Nacional (Flona); Reserva Extrativista (Resex); Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

O SNUC resulta do processo de progressiva incorporação do elemento humano às questões ambientais incentivando o uso sustentável dos recursos ao mesmo tempo em que se revalorizam as antigas unidades de uso indireto como reservas de biodiversidade. O que não ocorre sem tensões internas no IBAMA, segmentado em várias diretorias. Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas estão subordinados à Diretoria de Ecossistemas - DIREC, através de seu Departamento de Unidades de Conservação - DEUC. As Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ambiental e o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Nacional estão subordinadas à mesma DIREC através de seu Departamento de Vida Silvestre - DEVIS. As Florestas Nacionais são subordinadas à Diretoria de Recursos Naturais - DIREN. As Reservas Extrativistas, estão sob os cuidados do Centro Nacional de Populações Tradicionais - CNPT.

Vale lembrar que o IBAMA foi formado da união de vários órgãos e institutos, o que contribuiu para a sua “heterogeneidade”. Também diferenciada é a consolidação de cada categoria de UC. Historicamente as categorias mais restritivas (aquelas voltadas para a preservação da biodiversidade pela minimização da interferência humana) prevalecem àquelas que buscam combinar preservação com manejo dos recursos. Mencionando os casos limites, as categorias de Parque Nacional e Reserva Biológica, mais restritivas, foram instituídas conforme a Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965 - Novo Código Florestal - e conforme a Lei 5.197 de 3 de janeiro de 1967 - na Lei de Proteção à Fauna. No outro extremo a APA, tipo de unidade geralmente aplicada a áreas já alteradas onde se pretende disciplinar o processo de ocupação e o uso dos recursos, foi instituída de acordo com a Lei 6.902 de 27 de abril de 1981. A categoria Reserva Extrativista, cuja existência depende da presença humana na unidade de conservação,

foi instituída conforme decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990 (BRASIL, 1990)¹¹. No jogo de forças entre os vários seguimentos, mesmo sem ter longa tradição, o CNPT acabou assumindo uma posição privilegiada pela atenção e recursos recebidos.

A tipologia das unidades de conservação pós SNUC inclui-se nas seis categorias definidas pela The World Conservation Union (IUCN) (Tabela 2). Tais categorias correspondem à síntese do levantamento das UC existentes no mundo e ao reconhecimento das mudanças teóricas e práticas pelas quais as áreas protegidas passaram nos últimos anos. A necessidade de revisão das convencionais definições de “áreas de preservação” contempla a conservação com uso sustentável e as diversas instâncias de gerenciamento das mesmas¹². As áreas protegidas tornarem-se mais flexíveis, abrangendo um maior escopo de situações e respeitando a diversidade cultural além das tradicionais prioridades. O foco, antes em áreas individuais, ampliou-se para redes de áreas desprotegidas “*as part of a landscape or bioregional approach to planning*” (DUDLEY & STOLTON, 1998: 1).

As categorias I, II e III englobam as áreas de proteção mais restritas. A categoria IV reconhece a necessidade de se reservar áreas para a restauração. As categorias V e VI (na qual se inclui a Resex) reconhecem que manter a biodiversidade nem sempre é a primordial motivação para a preservação e que outros fatores - valores culturais e uso sustentável - contribuem para a composição de uma rede de áreas de conservação (DUDLEY et al., 1998).

¹¹Os Parques Nacionais existiam no Brasil desde o final da década de 30. O regulamento dos Parna foi aprovado pelo Decreto 84.017 de 21 de setembro de 1979; a APA foi regulamentada pelo Decreto 99.274 de 6 de junho de 1990.

¹²IUCN propôs esta configuração em 1992 no *IVth World Congress on National Parks and Protected Areas*, em Caracas. A mesma foi ratificada na Assembleia Geral da IUCN de 1994, em Buenos Aires (DUDLEY & STOLTON 1998: 1).

Apesar do avanço proporcionado pela definição de novas categorias, no Brasil e no mundo, percebe-se pela escala de finalidades das UC que a ocupação e ação humana prévia é importante critério para a categorização: a área é natural, selvagem? Foi "tocada" ou não? Tem ou não tem populações residentes? A pré-existência de ocupação, tanto quanto (ou mais) que a biodiversidade, acaba definindo o tipo de unidade a ser criada em determinado local.

Tabela 2: Categorias da IUCN e tipos de UC brasileiras

	Categoria IUCN	UC Brasil
I	<u>Reserva Natural Estrita</u> Áreas pouco ou não modificadas, desabitadas ou sem significativa habitação, para a proteção da vida selvagem e fins específicos.	Reserva Biológica Estação Ecológica Reserva Ecológica
II	<u>Parque Nacional</u> Área para proteção de ecossistemas, garantindo integridade ecológica da área, e criando oportunidades para visitantes.	Parque Nacional
III	<u>Monumento Natural</u> Área para conservação de características naturais ou culturais específicas com valor único.	Monumento Natural
IV	<u>Área de Manejo de Habitat / Espécies</u> Área manejada para garantir habitats para espécies específicas.	Refúgio da vida silvestre
V	<u>Paisagem Terrestre e Marinha Protegida</u> Área onde houve interação das pessoas com a natureza ao longo do tempo e que se faz necessário garantir a integridade da relação para a sua manutenção.	Área de Proteção Ambiental Área de Relevante Interesse Ecológico
VI	<u>Área Protegida com Recursos Manejados</u> Área manejada para o uso sustentável dos recursos, contendo predominantemente sistemas naturais não modificados.	Floresta Nacional Reserva Extrativista

Fontes: Categorias da IUCN: DUDLEY et al. (1998: 1-2). UC do Brasil: Lei 9.985 (BRASIL, 2000).

Parques, no papel

Fazendo uma breve retrospectiva, nota-se que mesmo as mais antigas unidades de uso indireto (atualmente de Proteção Integral) enfrentaram problemas de delimitação e de regularização fundiária - muitos dos quais decorrentes da falta de estudos mais apropriados para a definição das áreas. Particularmente na Amazônia, a sobreposição de UC é algo relativamente comum e problemática (RICARDO, 1999b).

~~Critérios paisagísticos e econômicos prevalecendo sobre ecológicos; e critérios ecológicos~~ prevalecendo sobre sociais, resultaram em muitas unidades definidas artificial e inadequadamente. Mesmo as categorias que supostamente poderiam atender às várias situações de prévia presença humana e aos vários objetivos conservacionistas resultam de medidas legais criadas desorganizadamente ao longo dos anos, o que gerou um sistema defeituoso no qual se sobrepõem finalidades (FERREIRA et al., 1999).

A presença humana no interior de áreas preservadas ou em seu entorno sempre foi a principal fonte de problemas (BENATTI, 1999). Documentam-se casos em que pressões de proprietários de terras levaram a alteração dos limites de UC já decretadas¹³. Invasões, coletas de espécies vegetais, caça, incêndios, garimpos são aspectos “danosos” da vizinhança humana (RICARDO, 1999a). A não indenização de proprietários de grandes ou pequenas frações de terra é forte motivo de tensão nas áreas e justifica a manutenção de atividades a princípio ilegais; contudo a expulsão de pequenos posseiros, lavradores ou extrativistas também é problemática.

A retirada de populações tradicionalmente residentes motiva controvérsias assim como são controversas aquelas situações em que a presença de comunidades tidas como não-degradadoras é tolerada à revelia da lei. De uma perspectiva conceitual, o debate sempre foi

¹³ Antes da Constituição de 1988 as unidades de conservação estavam sujeitas à redução em sua área ou mesmo extinção através de um decreto. Agora as alterações de limites dependem de promulgação de lei, requer a aprovação de um grande número de parlamentares. requer (Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo VI - Do Meio Ambiente, Artigo 225, parág. III apud BRASIL, 1995).

intenso, opondo dois grupos (inclusive dentro do próprio IBAMA): os que aceitam a presença humana e os que não aceitam. Nos casos relativos às comunidades indígenas, a situação é ainda mais complexa. Existe o problema da permanência de grupos indígenas dentro de unidades de conservação de proteção integral; existem os problemas de sobreposição de Terras Indígenas com unidades de conservação (RICARDO, 1999c); existe o interesse do IBAMA em aproveitar as áreas de usufruto de comunidades indígenas para a conservação da biodiversidade. Em se tratando da Amazônia, a sobreposição ou contigüidade de unidades de conservação às Terras Indígenas é um fato motivador de discussões que se podem acompanhar cotidianamente nas práticas dos institutos envolvidos (IBAMA e FUNAI, por exemplo) e nas Conferências sobre UC.

Mas os problemas não se restringem à criação e delimitação das áreas de proteção. Em todo o mundo, o mero decreto de uma área de conservação não basta. Determinadas unidades existem pois foram decretadas mas na prática não atendem minimamente aos seus objetivos; são “Paper Parks”¹⁴ (FERREIRA et al., 1999). Faltam-lhes recursos; muitas das unidades sequer foram efetivamente implantadas. Segundo estudos de vulnerabilidade (IUCN & WWF, 1999), são áreas suscetíveis a problemas decorrentes de gerenciamento inadequado. Enfrentam atividades ilegais, mudanças na legislação, escassa capacidade administrativa. A pesquisa feita pela WWF/Banco Mundial em dez países, dentre eles o Brasil, identificou que 25% das unidades estavam afetadas pela degradação e apenas 1% delas podiam ser consideradas totalmente seguras.

No Brasil, o inventário sob a responsabilidade da WWF indicou a vulnerabilidade de nossas unidades: foram investigadas 86 áreas das categorias I e II da IUCN com mais de seis anos de existência e os resultados mostraram que em 55% delas a implementação estava abaixo do mínimo e que apenas 8% estavam razoavelmente implementadas. Entre os problemas

¹⁴Em estudo sobre a conversão dos “Paper Parks” em áreas efetivamente gerenciadas, a IUCN (IUCN, 1999) discute a definição e sugere que pode não ser o melhor termo pois pode ter gerado “ressentimento” por parte de alguns responsáveis por UC que consideram o termo pejorativo face aos seus esforços para implementar suas áreas. Além disso, alguns “Paper Parks” são áreas adequadamente protegidas em função de fatores como o isolamento, enquanto áreas implantadas podem estar sob grande risco (IUCN, 1999: 7). Para efeito da presente análise, considero o termo bastante apropriado.

identificados, os principais foram: ausência de planos de manejo, falta de recursos e práticas ilegais (FERREIRA et al., 1999).

Fundos insuficientes inviabilizam a compra ou desapropriação (com indenização) das áreas, o que gera um processo de regularização fundiária extremamente lento. As limitações orçamentárias prejudicam também o gerenciamento das unidades, tornado-as dependentes de convênios com ONG e do auxílio financeiro dos programas e das parcerias internacionais.

O SNUC alterou o processo de definição das unidades incluindo novas premissas como a participação da população no processo de criação, o que deve reduzir pelo menos parte das causas de conflito¹⁵. A busca do apoio da sociedade em geral e das populações vizinhas como forma de reduzir a pressão sobre as unidades pode propagar a proposta de desenvolvimento sustentável em zonas de transição através de programas de educação ambiental e de promoção do desenvolvimento/melhoria de condições de vida das comunidades de entorno (IBAMA, [s.d.]). Mas persiste a falta de recursos monetários suficientes para regularizar as áreas e viabilizar a coexistência das atividades humanas (dentro ou fora das unidades) aos objetivos próprios à cada categoria. A inexistência de recursos não permite que se supere a disputa pela posse e acesso aos recursos ambientais existentes nas áreas a preservar.

No caso das Resex os problemas com a criação e manutenção das unidades também existem e passam pela disponibilidade de recursos monetários. O aspecto fundamental é que as pressões ocorrem no sentido inverso do convencional: as comunidades não lutam contra a criação da unidade mas se mobilizam pelo seu êxito pois tais áreas se constituem na garantia de acesso aos recursos naturais, à própria terra.

Segundo as categorias de manejo previstas na SNUC, podemos pensar nas UC enquanto

¹⁵A criação de unidades de conservação no Brasil, iniciada com o Parque Nacional do Itatiaia, na década de 30, se deu de forma não sistemática até o final da década de 70. Foi então iniciado pelo Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) um trabalho para estabelecer um planejamento integrado para a criação de novas unidades, que resultou na publicação do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil (BRASIL, 2001; FERREIRA et al., 1999).

estratégia para não-desenvolvimento ou para desenvolvimento. As unidades de Proteção Integral fundamentam-se na desocupação de suas áreas e na restrição ao desenvolvimento de atividades humanas. As unidades de Uso Sustentável, ao preverem o manejo ambiental, possibilitam algum tipo de desenvolvimento. O que se nota, em cada um destes pólos, é o estabelecimento de padrões específicos de ocupação e de desocupação humana. O que dizer do desenvolvimento?

Nas Resex, as lutas que levaram a criação da categoria e a mobilização das populações em torno de suas unidades, valoriza a relação entre sustentabilidade e desenvolvimento. Entre sustentabilidade e ocupação. Não existe floresta sustentável sem desenvolvimento na floresta. O ponto não é “apenas” verificar se é possível o desenvolvimento humano com sustentabilidade ambiental mas perceber que a sustentabilidade do desenvolvimento e a preservação ambiental no longo prazo dependem da possibilidade de presença humana nos locais que se deseja preservar. E a presença depende da existência de regras bem definidas e de recursos para que as regras sejam seguidas. As pessoas só permanecerão conforme as regras sustentáveis se existir a possibilidade de desenvolvimento local, nos critérios locais; por outro lado, se tais áreas não forem ocupadas, serão mais suscetíveis à degradação. Vazias também serão “Paper Parks”. Trata-se, como veremos, de um caso de desenvolver para sustentar; ocupar para desenvolver e preservar.

1.3 *As Reservas Extrativistas*

A invenção da categoria Reserva Extrativista, sob responsabilidade do IBAMA, resulta da ação organizada dos seringueiros da Amazônia Brasileira respaldada pela definição do Desenvolvimento Sustentável e por suas implicações na conservação e manejo de recursos ambientais. Foi possível pelo entrelaçamento (coincidência) de uma série de elementos que se manifestaram ao longo das décadas de 80 e 90, dentre eles:

- Reação dos seringueiros ao desmatamento e à expansão da fronteira agrícola.
- Progressiva mobilização e organização dos seringueiros (extrativistas).
- Preocupação internacional com o manejo florestal e com o crescente desflorestamento da Amazônia.
- A construção de uma visão alternativa de desenvolvimento, com respeito à diversidade cultural e ambiental.
- Conferências internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento.
- A ênfase na Presença Humana em Unidades de Conservação.
- A Disponibilidade de recursos (dólares) internacionais.
- Desinteresse e/ou incapacidade da Reforma Agrária em atender às demandas dos seringueiros ao mesmo tempo que havia disponibilidade no IBAMA.

O texto do decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990 (BRASIL, 1990)¹⁶, que regulamenta a categoria de Reserva Extrativista, não basta para que se perceba a complexidade do processo que levou a sua formulação. Mas revela e, porque não dizer, antecipa avanços que se

¹⁶A Lei Federal nº 7.804, de 24 de julho de 1989, sobre Política Nacional de Meio Ambiente, em seu art. 9º, VI, alterou a Lei 6.938/81, reconhecendo a Reserva Extrativista como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, possibilitando que Reservas fossem criadas por ato do Poder Executivo (por decreto), o que lhes asseguravam a proteção do Poder Público (BENATTI, 1999).

consolidaram após a Rio 92 e que quase uma década depois se incorporaram ao SNUC. Alguns de seus atributos, inclusive, lhe imprimem um caráter inédito, original, que outros países miram. Conforme o texto da lei (BRASIL, 1990) - grifos do autor:

Art. 1º As reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.

Art. 2º O Poder Executivo criará reservas extrativistas em espaços considerados de interesse ecológico e social.

Parágrafo único. São espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social as áreas que possuam características naturais ou exemplares da biota que possibilitem a sua exploração auto-sustentável, sem prejuízo da conservação ambiental.

Art. 3º Do ato de criação constarão os limites geográficos, a população destinatária e as medidas a serem tomadas pelo Poder Executivo para a sua implantação, ficando a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), as desapropriações que se fizerem necessárias.

Art. 4º A exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão real de uso, na forma do art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 1º O direito real de uso será concedido a título gratuito.

§ 2º O contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo IBAMA e conterá cláusula de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão inter vivos.

Art. 5º Caberá ao IBAMA supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato de que trata o artigo anterior.

Tais artigos revelam avanço inclusive com relação a outras categorias de Uso Sustentável, a destacar a fundamentação na ocupação humana da área de preservação:

- Manifestam um duplo objetivo: a exploração e a conservação de recursos.
- Estabelecem uma dupla relevância: ecológica e social.
- Privilegiam diretamente uma determinada população, destinatária da unidade (extrativistas).
- O compromisso de conservação e desenvolvimento garante o acesso aos recursos, o que se pode considerar como um pacto entre o grupo destinatário

da unidade e toda a sociedade.

- Requer em a participação da população destinatária na definição das diretrizes da unidade, o que configura a co-gestão da administração da Reserva.

De acordo com entrevistas que ocuparam posições na Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) no início da década de 80, no Ministério da Reforma Agrária na metade da década de 80 e que participaram da institucionalização das Reservas Extrativistas através do IBAMA e criação do CNPT, a pré-história da Reserva Extrativista, pela perspectiva institucional, começou com o choque de dois órgãos do Governo Federal entre o final da década de 70 e início da de 80: a SUDHEVEA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A SUDHEVEA tinha um programa que consistia em aumentar a produção dos seringais nativos e implantar também seringueiras; o INCRA tinha um programa de colonização da Amazônia que se chocou, no Acre, com a proposta da SUDHEVEA: o INCRA loteava os seringais, abria ramais e estradas e assentava colonos levados do sul e sudeste do país. Mas os moradores de tais seringais não sabiam que o INCRA destinara aquelas terras que tradicionalmente habitavam - ainda que sem a titulação da terra - para o assentamento de colonos. Inadvertidamente, viam suas colocações divididas por duas ou três famílias. Por volta de 1981 os conflitos entre nativos e colonos se agravaram, inclusive com mortes, e o INCRA tentou também “assentar” os seringueiros lhes dando lotes e lhes explicando que a agricultura seria melhor que o extrativismo.

“Esses conflitos chegaram aos responsáveis pelos projetos tanto na SUDHEVEA quanto no INCRA e aí resolvemos fazer uma reunião entre os técnicos, e vimos que a coisa era tão grave que solicitamos suspender a colonização em dois projetos: um chamado Boa Esperança em Sena Madureira; e outro chamado Santa Quitéria, em Brasiléia. Foi extremamente difícil suspender a colonização porque naquela época era o regime militar (...) [e os ministérios envolvidos] (...) não queriam suspender a colonização. E nos sentamos, INCRA e SUDHEVEA, a conversar o que se deveria fazer. E chegamos a conclusão que realmente não deveriam ser cortados os seringais, ou seja, fazer esta divisão em lotes, mas deveríamos ouvir os seringueiros” (Membro do CNPT).

Segundo o mesmo interlocutor, em conversas com os sindicatos dos trabalhadores rurais - não eram muitos os seringueiros sindicalizados em 1981 - percebeu-se que eles realmente

queriam uma concessão de uso do seringal como um todo.

“... ao invés do INCRA lotear e dar lotes específicos, demarcados, com todos os pontos geodésicos de cada lote, então ele pegaria uma grande gleba - digamos, onde tivesse 200 ou mais famílias - e os assentariam. Isso era uma coisa totalmente nova... os advogados e técnicos do INCRA acharam que isso era impossível porque pelas normas do estatuto da terra¹⁷ não cabia esse tipo de assentamento. Então começaram longos debates no INCRA e na SUDHEVEA mas a coisa não se resolvia. Ao menos estava suspensa a colonização naquelas áreas.” (Membro do CNPT).

Mas até 1987 a questão ficou sem solução. Naquele ano, havia no Ministério da Reforma Agrária um grupo que levantou novamente a situação daqueles moradores nas áreas de extrativismo. Do lado dos extrativistas, nestes seis anos, aconteceu a organização do Conselho Nacional dos Seringueiros - criado em 1985 - em torno da luta contra a expulsão dos seringueiros e os desmatamentos provocados por agricultores e pecuaristas atraídos pelos incentivos governamentais para o desbravamento (e desenvolvimento) da Amazônia. Através da pressão do Conselho Nacional dos Seringueiros e dos Sindicatos de trabalhadores rurais da região, e tendo o apoio daquele grupo de técnicos mais sensível à causa.

“O INCRA felizmente, em 1987, criou uma figura que se chamou Projeto de Assentamento Extrativista, PAE. Fez a portaria [627 de 30 de julho de 1987] e imediatamente criou 10 PAEs. Isso foi uma novidade muito grande... Foram transformados alguns seringais, algumas áreas, em Projetos de Assentamento Extrativista e na portaria do INCRA está bem claro que não haveria loteamento, que seria feito uma concessão de uso. Houve esse avanço. Entretanto, a implantação de fato desses projetos não foi feita porque a equipe do INCRA não estava preparada para isso, ou seja: a mentalidade moderna, avançada, estava apenas nos diretores que fizeram a portaria mas o pessoal executivo fez corpo mole e ficaram os projetos meio esquecidos” (Membro do CNPT).

Além da mencionada falta de interesse de parte dos técnicos, o governo desmontou a reforma agrária no Brasil e, em especial, o grupo que cuidava do extrativismo. Mas as restrições do INCRA foram compensadas pela criação do IBAMA em 1989 - um acontecimento decisivo para a definição da categoria de Reserva Extrativista.

“...tinha acontecido a morte de Chico Mendes em dezembro de 88, então os seringueiros estavam com muita força... o Conselho Nacional dos Seringueiros tinha já um nome

¹⁷Segundo o Estatuto da Terra, normatização dos assentamentos do regime militar, estava garantida a posse daqueles que estivessem na terra há mais de um ano desde que existissem evidências da ocupação (barracão, área cultivada) que não incluíam as estradas de seringa.

internacional, o Chico Mendes tinha recebido esses prêmios internacionais, estava todos os dias na imprensa lutando contra o desmatamento, essas coisas todas... então o Conselho Nacional dos Seringueiros aproveitou essa força que tinha e veio ao IBAMA exigindo que o IBAMA fizesse como o INCRA, ou seja: que protegesse também áreas na Amazônia onde moram famílias. E os técnicos do IBAMA se reuniram e começaram a pensar que figura poderia ser criada. Houve uma consulta à Procuradoria Geral da República, e foi elaborada uma minuta de decreto que exatamente é o decreto que hoje se utiliza para a criação de reservas. Então, houve discussões entre os técnicos, viu-se que já existia o modelo de assentamento do INCRA, e se fez, até certo ponto, uma cópia do assentamento do INCRA. Você pode ver que o modelo de reserva extrativista segue, quase que na íntegra, a portaria do INCRA, ou seja: é um modelo de assentamento - não deixa de ser um assentamento - que regulariza a terra de grupos de famílias que já ocupam, que já estão por lá, ou seja, não há uma mobilização de glebas humanas de uma região para outra, e que não se dá um título de propriedade individualizado e loteado mas se faz uma concessão de uso” (Membro do CNPT).

O deslocamento do foco “institucional” do INCRA para o IBAMA também resultou da estratégia do Conselho Nacional dos Seringueiros de capitalizar a discussão ambientalista em favor de sua própria causa. Foi um caminho facilitado pelo destaque internacional dado à Chico Mendes e ao CNS¹⁸, aumentando a força dos seringueiros em sua luta. A associação da causa dos seringueiros à preservação da floresta amazônica remete às reflexões sobre desenvolvimento sustentável, às conferências internacionais, à eleição da floresta amazônica como uma preocupação global, e desemboca em modelos de unidades de conservação - em presença humana em unidade de conservação.

Os seringueiros, que através do CNS buscavam solução para a regularização fundiária, viam-se no meio de dois processos. Por um lado, a Reforma Agrária e o próprio INCRA estavam em franca decadência, na segunda metade da década de 80 em função de mudanças nas suas equipes¹⁹. Por outro, as questões ambientais e a Amazônia estavam em destaque. Desde o início da década de 80 havia uma mobilização internacional em função dos problemas causados por políticas de desenvolvimento na Amazônia. Por pressão dos grupos locais, as instituições

¹⁸Para a importância de Chico Mendes no movimento, a participação dos seringueiros e a formação do CNS ver Souza (1990).

¹⁹O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República possibilitou a apresentação de propostas de Reforma Agrária compatíveis com especificidades regionais mas havia grande resistência por parte de setores de órgãos do governo. Na verdade as mudanças originalmente propostas foram suprimidas ao longo dos debates, vencidos na Constituinte de 1988 pela ala conservadora da Reforma Agrária, tendência já patente em 1987 com a criação do MIRAD sob as ordens de Jader Barbalho (IEA, 1988).

internacionais de fomento passaram a exigir planos de proteção ao ambiente (demarcação de Terras Indígenas e criação de UC, inclusive) para a liberação de recursos para os programas de desenvolvimento na região. Enquanto a Reforma Agrária recrudescia, a relação dos seringueiros com a preservação da Amazônia florescia. Em 1987, declarações de Chico Mendes nos Estados Unidos levam à suspensão de empréstimos do BID para a pavimentação da Rodovia 364 (Porto Velho - Rio Branco) obrigando à revisão de programas como o Polonoroeste²⁰ e o Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI), com a inclusão das populações locais nos debates (IEA, 1988).

O CNS, apoiado por órgãos não-governamentais como o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA)²¹, atuou junto ao Ministério da Reforma Agrária em 1987 para a definição do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) e apresentou a proposta de criação de Reservas Extrativistas na Amazônia na Campanha Nacional de Apoio às Emendas Populares à Constituinte, num processo que desencadeou a criação da categoria de Reserva Extrativista (IEA, 1988) no bojo das modificações na Legislação Ambiental brasileira - motivada também por pressões externas.

O importante a destacar, para diferenciar o processo, é que foi a partir da experiência de um grupo de pessoas nos locais onde se pretendia criar as unidades - e não uma modelagem teórica que se criou a categoria de Resex e se criou no IBAMA um centro especificamente voltado para unidades de conservação que se constituem a partir da presença humana organizada na área a ser preservada-manejada: o CNPT. Criado em fevereiro de 1992, diretamente submetido à Presidência do IBAMA, tem por objetivo a coordenação, manejo e promoção das Reservas Extrativistas. Sua necessária criação, choca-se com as orientações que convencionalmente regiam a proposta de manejo de áreas protegidas, geralmente situadas nas categorias de I a IV da IUCN,

²⁰Polonoroeste - criado pelo decreto 86.029 de 27 de maio de 1981, abrangia a área de influência da BR 364 e buscava ocupar e desenvolver a região de forma socialmente justa e preocupada com a preservação ambiental e a proteção de comunidades indígenas (estas últimas, exigências do Banco Mundial). No entanto o asfaltamento da estrada acabou por estimular ainda mais a migração e os problemas decorrentes da má aplicação do projeto (SYDENSTRICKER NETO, 1992: 25-27).

²¹O IEA foi criado em 1986 para assessorar as populações extrativistas somando-se ao Centro de Trabalhadores da Amazônia CTA, criado anos antes.

pelas quais o extrativismo era considerado uma atividade nociva, primitiva e a ser superada (PÉREZ et al., 1993: 31).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi fundamental para a constituição da categoria; uma garantia ao menos teórica, da possibilidade de presença humana em UC. Nesse sentido se pode considerar a criação da categoria de Resex como um resultado concreto da aplicação do modelo teórico.

Isso era bastante novo na época e exigiu um encaminhamento institucional que até então não se imaginava: as Resex foram definidas como unidades de conservação, terras de responsabilidade da União, administradas em co-gestão entre o IBAMA e os moradores - cuja representação máxima, nacional, era o CNS. Os avanços da proposta somente se consolidariam no Brasil alguns anos depois, com o SNUC: o uso comunal dos recursos, o usufruto da terra e, em particular, a participação comunitária como condição para a criação de uma reserva extrativista é compatível com as definições de desenvolvimento sustentável da CMMD e se destaca na Rio 92 que firmou a necessidade de incorporação de *“todos os atores sociais no processo de desenvolvimento”* em princípios incluídos na *“Declaração do Rio”* e na Agenda 21 (PÉREZ et al., 1993: 35).

Por pressão da organização das comunidades, as primeiras Reservas Extrativistas foram decretadas em 1990. Um outro “lote” de decretos ocorreu em 1992, motivado muito mais pelo contexto da Rio 92 do que pela mobilização das comunidades supostamente beneficiadas. A exemplo do que ocorre com muitos de nossos “Paper Parks”, a decretação de tais unidades não garantiu seu adequado manejo. As primeiras Resex tiveram que esperar até meados da década de 90, quando receberam recursos do PPG7 através do Projeto Resex, para que projetos de desenvolvimento fossem implementados. A situação das reservas do segundo grupo é pior pois, fora do escopo do Projeto Piloto, não dispunham de recursos sequer para a sua regularização fundiária.

Trata-se de uma série de acontecimentos novos que não podem estar (e não estão) livres de conflitos entre seus agentes e instituições. A invenção de uma categoria de manejo; a criação de um Centro que precisa encontrar seu espaço dentro do IBAMA; a busca por recursos e por seu uso adequado; o relacionamento entre os co-gestores CNPT/IBAMA e o CNS; a interação com as comunidades são aspectos desse complexo processo de inovação e de aplicação da proposta de desenvolvimento sustentável.

Apesar do peso negativo das diversas ordens de problemas e das contradições sobre esses territórios de uso e interesses múltiplos, a criação das Reservas Extrativistas coloca o Brasil em uma posição avançada com relação aos demais países Latino-americanos. Talvez o maior sinal de pertinência da experiência - uma evidência de seu êxito e em algumas situações o resultado de um enorme senso de oportunidade dos solicitantes - seja a expansão do modelo dentro e fora da Amazônia com a criação de novas unidades (Tabela 3 e Figura 2). O mesmo se pode atribuir ao surgimento de unidades estaduais com propostas similares e à criação da categoria de Projeto de Assentamento Agro-extrativistas (uma reinvenção do PAE) por parte do INCRA²². Internacionalmente, o aporte de novos recursos do PPG7 numa segunda etapa do Projeto Piloto é um evidente sinal de fé no modelo apesar dos problemas enfrentados entre 1995 e 1999.

A criação das reservas representa um marco no processo de ocupação-desocupação amazônica com reflexos sobre propostas pretéritas e vigentes de desenvolvimento, uso e ocupação da terra e, claro, manejo e conservação de recursos florestais.

²²A Portaria do INCRA 268 de 23 de outubro de 1996 considera a atividade agro-extrativista como alternativa para assentamentos, principalmente na Amazônia, em respeito as suas peculiaridades naturais e culturais. A portaria substitui a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista pela de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista *“destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venha ocupar as mencionadas áreas”* (I) destinadas mediante concessão de uso em regime comunal (II). A metodologia de implantação de Paes foi aprovada na Portaria INCRA 269 de 23 de outubro de 1996 (INCRA, 1996: 03).

Tabela 3: Reservas Extrativistas Federais - Decretadas

Reserva	UF	Município	Decreto	Data	Area (ha)
Alto Juruá	AC	Thaumaturgo de Azevedo	98863	23/1/1990	506186
Alto Tarauacá	AC	Jordao / Tarauacá	sn	8/11/2000	151199
Arraial do Cabo	RJ	Arraial do Cabo	sn	3/1/1997	56769
Auati-Paraná	AM	Fonte Boa	sn	7/8/2001	146950
Baía de Iguape	BA	Maragogipe e Cachoeira	sn	14/8/2000	8117
Baixo Juruá	AM	Juruá / Uarini	sn	1/8/2001	187982
Barreiro das Antas	RO	Guajará Mirim	sn	7/8/2001	n.d
Cazumbá-Iracema	AC	Sena Madureira e Manoel Urbano	sn	19/9/2002	750794
Chico Mendes	AC	Rio Branco, Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil, Sena Madureira e Capixaba	99144	12/3/1990	970570
Chocoaré-Mato Grosso	PA	Santarém Novo	sn	13/10/2002	1785
Ciriaco	MA	Cidelândia	534	20/5/1992	7050
Delta do Parnaíba	MA e PI	Ilha Grande de Santa Isabel - PI; Araióses e Agua Doce - MA	sn	16/11/2000	27021
Extremo Norte do Tocantins	TO	Carrasco Bonito	535	20/5/1992	9280
Lago do Cuniã	RO	Porto Velho	3238	10/11/1999	55850
Lagoa do Jequiá	AL	Jequiá da Praia	sn	27/9/2001	10203
Mãe Grande de Curuçá	PA	Curuçá	sn	13/12/2002	37062
Mandira	SP	Cananéia	sn	13/12/2002	1175
Maracanã	PA	Maracana	sn	13/12/2002	38018
Mata Grande	MA	Senador La Rocque	532	20/5/1992	10450
Médio Juruá	AM	Carauari	sn	4/3/1997	253226
Pirajubaé	SC	Florianópolis	533	20/5/1992	1444
Ponta do Corumbau	BA	Prado	sn	21/9/2000	38174
Quilombo do Frexal	MA	Mirinzal	536	20/5/1992	9542
Rio Cajari	AP	Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari	99145	12/3/1990	481650
Rio Cautário	RO	Guajará Mirim	sn	7/8/2001	n.d
Rio Jutai	AM	Jutai	sn	16/7/2002	275532
Rio Ouro Preto	RO	Guajará-Mirim e Nova Mamoré	99166	13/3/1990	204583
São João da Ponta	PA	Sao Joao da Ponta	sn	13/12/2002	3203
Soure	PA	Soure	sn	22/11/2001	27463
Tapajós-Arapiuns	PA	Santarém e Aveiro	sn	6/11/1998	647610

Fonte: Legislação Federal - até dezembro de 2002.

OBS: n.d = não disponível.

Figura 2: Localização das Reservas Extrativistas Federais



Como criar Reservas Extrativistas

A portaria 51-N de 11 de maio de 1994 aprovou o Roteiro para Criação e Legalização das Reservas Extrativistas, cujas normas passaram a reger a criação das unidades (CNPT, 1998). O processo definido enfatiza, desde seu início, a participação da população local. São os moradores que devem fazer a solicitação da criação através de um documento assinado por eles e pelas entidades que os representam - o que já denota um incentivo à organização local. São eles quem propõem os limites que as unidades deverão ter - o que denota um indispensável trabalho em grupo, em associação, para que se expressem os interesses individuais e coletivos (CNPT, 1998). Segundo a portaria, a rotina de criação é a seguinte: 1) os moradores da área encaminham pedido ao CNPT; 2) O CNPT faz a vistoria e autoriza a realização do Laudo Biológico e Levantamento Socioeconômico. 3) Os relatórios são analisados e incorporados no processo que, se aprovado, vai ao Ministério do Meio Ambiente que solicita a criação à Presidência da República²³; 4) Publicada a criação no Diário Oficial, cabe ao IBAMA a regularização fundiária num prazo legal de dois anos. As terras são de propriedade da União, a imissão de posse é feita em nome do IBAMA, que após a atualização do cadastro de moradores faz a Concessão Real de Uso às Associações dos Moradores da Reserva.

Alguns motivos justificam a menção à norma. Primeiro para registrar a morosidade do processo de regulamentação do novo tipo de categoria de UC: a portaria foi aprovada quatro anos depois da Lei 98.897. Em segundo lugar, para reênfatizar a importância da população local, dos co-gestores da unidade. Em terceiro, para reênfatizar que se trata de um tipo de Reforma Agrária diferente, sem lotes demarcados (“cortados”) e com um título de direito coletivo de uso. E,

²³Cabe a Comissão das Populações Tradicionais, criada pela Portaria 46-N de 6 de maio de 1995 e constituída por seis unidades do IBAMA (PROJE, DIRCOF, DIRPED, DIREN, DIREC, CNPT), examinar assuntos submetidos pelo CNPT com relação às populações tradicionais, dar aval para a criação de unidades e aprovar o Plano de Utilização de cada Resex.

finalmente, para lembrar que não se trata apenas de Reforma Agrária, mas de uma Unidade de Conservação Federal, submetida ao IBAMA.

Segundo o decreto 98.897 de 30/01/1990 o IBAMA deve usar como critério para a criação de uma Resex a existência de população extrativista, de condições de exploração sustentável dos recursos (art 1º) e o *“interesse ecológico e social sobre o espaço territorial proposto para a reserva”* (Art 2º). De acordo com o mesmo decreto (Art 4º), *“A exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão real de uso, na forma do artigo 7º do Decreto-Lei 271 (3), de 28 de fevereiro de 1967”*. E, no parágrafo 2º, enuncia que o contrato de Concessão inclui um Plano de Utilização aprovado pelo IBAMA e uma cláusula de rescisão quando houver danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão.

O Plano de Utilização, que tem ser feito pelas Associações de Moradores conforme modelo apresentado com a portaria 51-N, é uma condição para o Contrato de Concessão Real de Uso e depende da aprovação pelo IBAMA. Mesmo decidido pelos moradores tem que ser aprovado pelo Governo Federal para ser publicado no Diário Oficial da União. Trata-se de um documento que ordena as intervenções humanas na Resex formalizando o acordo entre os co-gestores sobre a conservação (manejo) dos recursos²⁴. O plano de uso marca o compromisso de conservação de desenvolvimento.

O Plano de Uso ao contrário dos convencionais Planos de Manejo de Unidades de Proteção Integral, é importante passo para a participação e comprometimento da comunidade local, o que se constitui numa grande vantagem. Porém não basta para garantir que uma Resex não seja um “Paper Park”, não basta para garantir os objetivos de desenvolvimento e conservação.

A operacionalização de uma UC, algo normalmente dispendioso e complicado, assumiu com as Resex dimensões ainda maiores. Enquanto outras unidades contavam com seus próprios

²⁴Além do Plano de Utilização onde se normatiza o que pode e o que não pode fazer preve-se a elaboração do Plano de Desenvolvimento um instrumento de gestão que indica caminhos para a melhoria de vida da população, assim como pressupõe-se que cada associação tem seu próprio Estatuto.

departamentos no IBAMA, o CNPT precisou ser criado - o que foi depois de dois anos. Enquanto para outras unidades existiam regras mais ou menos definidas, as regras para as Resex precisaram ser pensadas e sistematizadas - consolidadas em 1994. Enquanto outros departamentos contavam com pessoal e algum orçamento, o CNPT ainda precisava se estruturar adequadamente.

Entre 1990 e 1995 os esforços dirigidos às Resex não foram suficientes para colocá-las aptas ao funcionamento, sequer conseguiram rebater os efeitos que a queda do preço da borracha provocava sobre as áreas. Somente com o Projeto Reservas Extrativistas - concebido em 1992 mas vigente entre 1995 e 1999 - as reservas beneficiadas (Rio Ouro Preto, Chico Mendes, Alto Juruá e Ria Cajari) passaram a receber um apoio mais uniforme e sistematizado.²⁵

O Projeto seguiu a estratégia de desenvolvimento local integrado, enfocando componentes do PPG7 como a proteção dos recursos naturais (zoneamento e monitoramento), implantação de unidades de conservação (regularização fundiária), fomento da produção (projetos produtivos e infraestrutura para produção), organização social (capacitação e co-gestão). Segundo o CNPT, seu executor, a experiência provou que a dimensão social e a ambiental são indissolúveis, que é necessária a participação da sociedade para preservar o ambiente, e que é possível promover desenvolvimento sustentável (com participação na gestão) dentro de unidades de conservação (CNPT, 1999a).

O objetivo geral do projeto era testar modelos de gerenciamento e métodos de manejo aplicáveis também às outras unidades. Especificamente para as Reservas incluídas, priorizou a regularização fundiária, a instalação de infraestrutura, a melhoria da capacidade de produzir e comercializar, o aprimoramento do manejo sustentável e o apoio à administração participativa.

Mas os componentes do Projeto Resex vão além da viabilização das unidades e do teste de soluções para a conservação em co-gestão (“gestão partilhada”) entre Estado e Sociedade. “O

²⁵O projeto piloto reúne um conjunto integrado de projetos voltados para a redução do desmatamento da floresta brasileira de acordo com os preceitos do desenvolvimento sustentável. Foi solicitado pelo G-7, sendo financiado por seus países membros, pela Comissão das Comunidades Europeias e Holanda, com coordenação do Banco Mundial. No caso das Resex, financiou, em sua primeira fase, quatro unidades para comprovar sua viabilidade econômica e ecológica, colaborando com a consolidação das mesmas (PÉREZ et al., 1993: 52).

objetivo do Projeto Resex é mostrar ao Brasil e ao mundo que as populações extrativistas, moradoras das Reservas, são capazes de realizar um projeto de vida dentro da floresta sem destruí-la” (CNPT, 1999a: 15).

Assim como as Reservas, o Projeto Piloto é inovador por tratar grupos, “populações tradicionais” como sujeitos do desenvolvimento regional com conservação de recursos.

“... é um projeto de ‘contracultura que rompe paradigmas e busca neutralizar uma inércia política, cultural e institucional, no sentido de preparar um cenário futuro de participação, sustentabilidade e fortalecimento das populações tradicionais da Amazônia” (IRVING & MILLIKAN, 1997: 5).

Entre fevereiro de 1995 e fevereiro de 1999 o projeto empregou o total de US\$7.942.797,00. Destes, US\$1.150.235,00 com a efetivação das reservas (regularização e demarcação); US\$2.458.559,00 com Organização Social e Comunitária; US\$588.889,00 com Gerenciamento Ambiental; US\$2.305.341,00 com Organização da Produção; US\$1.439.773,00 com Gerenciamento do Projeto (CNPT, 1999a: 29). Mesmo entre o CNPT e o CNS reconhece-se que os resultados não corresponderam a todas as expectativas, ainda que o Projeto tenha sido considerado de sucesso. Dentre os projetos inseridos no PPG7, foi o primeiro a conseguir concluir sua primeira fase. A co-gestão foi valorizada como fator do êxito na tomada de decisões e na elaboração dos Planos de Utilização. As Reservas foram integralmente demarcadas, os perímetros sinalizados e houve melhoria na auto-estima dos moradores. A grande questão é que terminado o projeto e cessados os recursos, as Reservas - o CNS e o CNPT - foram incapazes de manter o mesmo nível de atividade, e as Reservas não puderam suprir a “inação” dos principais parceiros.²⁶

A construção do Desenvolvimento Sustentável, na primeira década das Reservas, enfrentou as dificuldades inerentes a uma categoria que começou do zero com limitações de recursos em sua fase original. O grande êxito, nos primeiros anos, foi garantir aos moradores um lugar no processo de ocupação da Amazônia.

²⁶Depois de dois anos do novo pedido de renovação, em outubro de 2002, o PPG7 repassou finalmente US\$1,3 milhões para as associações de Moradores das quatro Reservas e para o CNS. Nos anos descobertos pelo Projeto sentiu-se o declínio dos projetos nas áreas e a incapacidade das Associações em suprirem a queda do estímulo do CNPT.

2 OCUPAR PARA DESENVOLVER OU OCUPAR POR DESENVOLVER?

“Nós éramos sindicalistas e nós lutávamos pela Reforma Agrária, só que a nossa reforma agrária era diferente de outras regiões: para nós ter a floresta em pé é reforma agrária” (Morador da Resex Chico Mendes, Membro do CNS).

2.1 População e ambiente na Amazônia

Tomando por base a considerável bibliografia existente, parece impossível abordar o tema População e Ambiente sem mencionar - e criticar - o ponto de vista de Malthus e de seus seguidores²⁷. Segundo a perspectiva de cada autor e o momento de sua reflexão, também parece ser praxe criticar outros críticos da proposição malthusiana. Provavelmente a vitalidade do debate teórico²⁸ decorra da *“constatação de que grande parte das questões apresentadas por Malthus continua ainda sem solução, principalmente no que se refere à discussão sobre o crescimento populacional e suas possíveis implicações”* (CARMO, 2001: 9).

O trabalho de Coale e Hoover (1958) é um marco na relação do rápido crescimento populacional e da escassez de recursos naturais como obstáculo ao desenvolvimento econômico. Igualmente marcante por sua postura pessimista com relação aos efeitos do crescimento populacional é o Relatório Meadows, *Limits to Growth* (1972), de responsabilidade do Clube de

²⁷A perspectiva de Malthus e a que dela deriva (neo-malthusiana) é quantitativa e defende que, a partir de certo limite, a intensificação do uso de fatores de produção (capital ou trabalho) numa dada área proporciona elevações menos do que proporcionais no produto total. Os rendimentos decrescentes levariam à incorporação de novas extensões de terras e à intensificação do uso de recursos (ROLL, 1950). A abordagem do tema População e Ambiente por tal perspectiva se fundamenta nos impactos do crescimento demográfico sobre recursos escassos: o crescimento vegetativo acelerado causa excesso populacional que gera pressão crescente sobre recursos, de tal modo que o controle demográfico passa a ser condição para o equilíbrio ambiental. A ocupação acelerada da Amazônia resultaria do crescimento vegetativo em todo o Brasil, o que teria gerado excedente demográfico em áreas de agricultura tradicional não absorvido em empregos urbanos do Centro-Sul (MARTINE, 1991).

²⁸Tanto o paradigma Malthusiano (neo malthusiano), dominante para explicar degradação ambiental em países em desenvolvimento, quanto o de Boserup, um contraponto importante segundo o qual a população induz à inovações tecnológicas que atenuam a degradação (BOSERUP, 1981), tomam a população como variável causal (STONICH, 1989: 271). O debate transcende tal polarização, incluindo outras ênfases (pobreza rural; contextos históricos, políticos-e econômicos, fatores externos) que também sofrem críticas quanto sua capacidade explicativa. Para a contextualização do tema, assim como da relação entre crescimento populacional e desenvolvimento econômico ver (BIRDSALL, 1977; HOGAN, 1989; KEYFITZ, 1996; STONICH, 1989).

Roma²⁹. O mesmo somente foi rebatido anos depois pelo Relatório da *National Academy of Sciences* (NAS) 1986, que fez uma reavaliação das relações entre população, desenvolvimento e ambiente, relativizando a causalidade entre crescimento populacional e não-desenvolvimento ao incluir na análise outros fatores (socioeconômicos, políticos e institucionais) que podem comprometer o desenvolvimento e afetar os recursos naturais (HOGAN, 2000). É importante notar que as questões demográficas foram debatidas em conferências da ONU no mesmo período que as questões ambientais - ver capítulo 1. Em Bucarest (1974) a redução da fecundidade aparecia como condição para o desenvolvimento econômico. No México (1984), pela perspectiva dos países em desenvolvimento, ainda destacava-se a preocupação com os problemas do crescimento demográfico. Na reunião do Cairo (1994), de fato ampliou-se o debate dos problemas de população para além de seus aspectos demográficos: sob a ótica do desenvolvimento sustentável, os problemas da desigualdade e pobreza, dos padrões de consumo da sociedade e dos níveis de vida mínimos foram tomados como parte da reflexão quantitativa e qualitativa sobre degradação ambiental (LASSONDE, 1996).

O debate teórico e político - se é que se pode fazer tal distinção - ensina que modelos explicativos restritos à perspectiva quantitativa e a um número reduzido de variáveis possuem uma capacidade muito limitada para explicar situações concretas. Tais modelos invariavelmente estabelecem relações inadequadas de causalidade. A relação população-ambiente é mediada por fatores culturais, sociais, institucionais (HOGAN, 1992), também pela tecnologia, características da população, políticas públicas, ecologia (BILSBORROW, 1987), pelas organizações locais (OSTROM, 1990), por aspectos econômicos e pela distribuição fundiária (BIXBY & PALLONI, 1998). O impacto do crescimento populacional sobre o ambiente não é linear (MARQUETTE & BILSBORROW, 1994) mas demasiadamente amplo e complexo (MARQUETTE et al., 1994; MORAN et

²⁹O ritmo do crescimento demográfico e econômico levaria à extrapolação da disponibilidade de recursos ambientais, o que provocaria desorganização socioeconômica e aumento da mortalidade. Assim, diminuir o crescimento demográfico e conter a expansão da economia seriam condições para evitar a catástrofe (RANDERS & MEADOWS, 1975).

al., 1994; WOOD & SKOLE, 1998) para que se coloquem os aspectos demográficos como determinantes da pobreza, não desenvolvimento e degradação ambiental. É preciso considerar uma rede de variáveis, uma “*rede de problemas interconectados*” (STONICH, 1989: 270) e buscar desagregar população e ambiente através de estudos empíricos de grupos menores. Importa saber quem é que está ocupando a unidade territorial, qual o modo de vida, produção e composição familiar (MORAN et al., 2001)³⁰, diferenciando-se os grupos responsáveis pelas mudanças no uso e ocupação do solo (MORAN & BRONDÍZIO, 1998); enfim, pelas mudanças ambientais (BIXBY et al., 1998). Quanto ao desflorestamento, a tecnologia atual permite mensurá-lo adequadamente mas é necessário combinar a preocupação com o “quanto” é desmatado com a compreensão dos motivos do desmatamento (WOOD et al., 1998), sobretudo porque os estudos empíricos apontam para diferentes causas (GIBSON et al., 2000: cap.1) e para uma rede de motivos (VANDERMEER et al., 1995).

Pensando no caso brasileiro, os modelos (malthusianos ou não) que colocam o problema população-ambiente em função do crescimento demográfico não explicam adequadamente a situação corrente (MARTINE, 1991: 3). Martine postula que a variável demográfica mais relevante para a definição da agenda ambiental é a redistribuição da população no espaço e não o crescimento populacional. O Brasil entrou os anos 90 sofrendo problemas ambientais urbanos (MARTINE, 1991), problemas relativos às mega-cidades (HOGAN, 1993). Entendo que o destaque à urbanização amplia a reflexão para além das questões Amazônicas, para além do desflorestamento e da perda da biodiversidade, mas não a contrária. A relação entre questão ambiental e redistribuição espacial da população permite a transposição do raciocínio para o contexto da Amazônia Legal, onde se verifica grande crescimento urbano associado à redefinição do uso e ocupação do “espaço rural” - com impactos sociais e ambientais negativos na cidade e

³⁰Esse tipo de raciocínio encontra raízes na teoria de Chayanov de diferenciação demográfica e do uso da terra em estudo sobre camponeses russos nas primeiras décadas do século XX (PERZ, 2000). Argumenta-se que características demográficas do grupo doméstico (por exemplo, idade do chefe do domicílio, tempo de residência, número de adultos trabalhando, número de crianças dependentes) são importante fator na mudança do uso da terra e cobertura florestal.

na floresta.

A ênfase na distribuição e não na fecundidade, mesmo que se reconheçam fecundidade e mortalidade peculiares na “fronteira” (MARTINE & CARVALHO, 1993: 5), se fundamenta na constatação da queda da fecundidade no Brasil. Depois de um período de “explosão demográfica” o país passou pela “transição demográfica”³¹, o que alivia o peso do crescimento vegetativo nos problemas sócio-ambientais. Também, o crescimento e a concentração demográfica regional e por estados do Norte são atribuídos ao fluxo migratório do nordeste e do centro-sul mais do que ao crescimento vegetativo da população local (BENCHIMOL, 1981), e nas escalas das Reservas consideradas, muitas questões ambientais e de manejo atuais decorrem da mobilidade dos moradores e não do número de filhos por família.

Tomando por base a história da Região Norte do Brasil, o problema do não-desenvolvimento era, segundo os governos pelo menos, justamente a falta de população. O vazio demográfico e a imensidão da floresta eram obstáculos que precisavam ser vencidos, segundo a lógica dominante, para que se tirasse a Amazônia de seu relativo atraso. A receita: ocupar e desenvolver.

Trata-se então de entender o processo de ocupação “recente” da Amazônia para nele poder contextualizar a criação de categoria de Resex e as unidades estudadas.

³¹No final do século XIX até 1930 houve declínio gradual da mortalidade, dadas as melhorias das condições sanitárias. Depois de 1940 a mortalidade caiu a taxas mais rápidas mas a natalidade só apresentou queda comparável algumas décadas depois - o que gerou ritmo de crescimento vegetativo acelerado entre 50 e 60, conhecido como “explosão demográfica”. O movimento de redução entre 60-70 refletiu em rápido declínio em todas as regiões e setores sociais. A taxa de Fecundidade Total (que, grosso modo, representa o número de filhos tidos por uma mulher de 50 anos caso ela tivesse vivido os padrões correntes de fecundidade) caiu de 5,8 no período 1960-70 para 3,2 em 1980-90. Isso fez com que a taxa de crescimento vegetativo também caísse” (MARTINE et al., 1993: 2-3).

2.2 Ocupar e desenvolver

“A colonização da Amazônia, problema que o governo inteligentemente procura solucionar, disposto a reintegrá-la ao ritmo da riqueza comum, deu margem a este ligeiro estudo sobre o fator humano naquele cenário espantoso de audácia temerária, onde o trabalhador ingênuo se adentra ainda ao perfeito conhecimento das leis sociais, ao sabor das inclemências do meio, exilado do conforto macio do mundo civilizado e culto.(...) De todos os entraves armados imprevisivelmente contra o povoamento da hiléa, sobressai, como dos mais fortes e irremediáveis, o problema da desnatalidade..” (GALVÃO, 1941: 44).

O artigo do ex-deputado estadual do Amazonas, Francisco Galvão, expressa alguns elementos - e vários preconceitos - comuns às argumentações a respeito da ocupação e desenvolvimento da Amazônia. O problema da *“rarefação humana”* e a necessidade de *“vencer a natureza”*, que o autor manifesta em tópicos como *“Negligência sexual do índio”*, *“O aspecto áspero da conquista da hiléa”*, *“Drama cíclico do caboclo”*, *“Parábola do Negro”*, *“Epínicio do Nordeste”*, *“Tirania do espaço”*, revelam muito do discurso dos que associam os aspectos qualitativos e quantitativos da ocupação da Amazônia ao seu não desenvolvimento. A mata como uma barreira a ser vencida, o vazio demográfico, a incapacidade da população local, o atraso tecnológico, a ineficácia dos modos de produção vigentes, a urgência da colonização e do sanitarismo para a *“conquista e instalação demográfica”* e, sobretudo, a importância da participação do Estado, preconizada pelo presidente Getúlio Vargas, são alguns dos aspectos mais enfatizados.

Mas a ocupação da Amazônia orientada pelo Estado no século XX, sobretudo aquela ocorrida durante o regime militar, não é um fenômeno inusitado. Desde o período colonial os contornos ao norte do Brasil se desenharam pela secular expansão territorial que desrespeitou a ocupação e uso dos recursos previamente existentes. Tanto no passado quanto mais recentemente a expansão não se deu sobre territórios vazios, o que acabou conduzindo a um saldo dramático: massacre de povos indígenas, exploração da força de trabalho, apropriação de terras.

Por motivações econômicas ou geopolíticas, a busca pela ocupação das fronteiras sugere a presença (densidade) humana como evidência da superação da natureza (do inferno verde) e condição do progresso. Contudo os resultados da expansão foram questionáveis do ponto de vista social e econômico. Pior, os aspectos deletérios da ocupação e do desenvolvimento sobre os recursos florestais e a biodiversidade fundamentam os debates das últimas décadas sobre a necessidade de preservação da Amazônia e sobre os modos como isso deve ser feito.

Assim como são recorrentes os paralelos entre história econômica e ocupação da região, a correlação entre ocupação e desflorestamento se propaga de fontes importantes como a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) responsável por vários documentos sobre o assunto. O projeto *Forest Resources Assessment* conduzido pela FAO estabelece relações estatísticas entre dinâmica de populações humanas e desflorestamento, evidenciando como a pressão populacional é um fator importante na perda de cobertura florestal (FAO, 1993, 1995, 1996, 1998 *apud* DRIGO & MARCOUX, 1999a, 1999b). Tais análises agregadas por municípios e, às vezes, por Estados, têm forte apelo mas escondem a diversidade de situações que precisam ser reveladas. Por exemplo, pastagens são áreas de baixa densidade e nenhuma cobertura florestal; a distribuição populacional é bastante desigual mesmo dentro de um município; numa reserva extrativista a ocupação pode inibir êxodo para cidades e evitar mudança na ocupação e uso da terra - dentre outras situações que só se percebem pela desagregação em unidades analíticas menores.

Situar o modelo de Resex no processo de ocupação da Amazônia implica em tratá-las como resultado da reação dos extrativistas à política “oficial” de desenvolvimento, pois a Resex propõe formas de organização territorial e de manejo de recursos diferentes daquelas que deixavam a população local à margem; que impedia o acesso aos recursos. Também implica em tratá-la como categoria de unidade de conservação inovadora, com população dentro de unidade de conservação, o que supõe a coexistência de certa densidade humana e cobertura vegetal. A

contextualização precisa abarcar essas duas dimensões e tratá-las em diferentes escalas e ao longo do tempo para que se compreenda as oportunidades e os agentes envolvidos na criação do modelo, principalmente se considerarmos as transformações ocorridas desde o início da década de 70 (um governo militar forte e extrativistas desarticulados) e nos anos 80 (governo enfraquecido e extrativistas em franca organização) (SCHMINK & WOOD, 1992).

Nos textos voltados para a expansão e crise do extrativismo da borracha (SANTOS, 1980; WEINSTEIN, 1993) ou para os conflitos entre os grupos envolvidos no processo secular de ocupação e o desenvolvimento da Amazônia (SCHMINK et al., 1992), nos que fazem uma crítica ao modelo estimulado durante o Regime Militar (CARDOSO, 1980; CARDOSO & MULLER, 1977; IANNI, 1979b, 1979a) ou naqueles mais interessados nas imagens e representações amazônicas (SLATER, 2002), lê-se uma história marcada pela tentativa de superação dos caracteres naturais e por disputas pelos recursos.

Percebe-se que alguns eixos relevantes para contextualizar a criação das Resex perpassam todas as periodizações e análises. A ocupação-expansão dos limites territoriais ao norte por interesses geopolíticos (expandir e manter fronteiras); a polaridade entre exploração de recursos (extrativismo) e atividades agropecuárias; a expressão de interesses oficiais (do Estado, dos Militares) associados aos interesses econômicos do capital nacional e internacional; a radicalização no século XX da orientação estatal através da abertura de vias de acesso e projetos que potencializam o uso dos recursos e os movimentos migratórios; o povoamento, padrões de uso e ocupação do solo que colocam em choque os que lá estavam (seus modos de vida, organização social e distribuição espacial) com os que lá chegavam; as conseqüências danosas da ocupação e do desenvolvimento duvidoso. Dos cruzamentos possíveis entre estes eixos, optei por situar as Resex e os agentes envolvidos em função da expansão e urbanização da fronteira Amazônica e da reação preservacionista. Baseada no desenvolvimento sustentável, a proposta de Resex pode ser

então entendida como uma alternativa ao modelo de ocupação-desenvolvimento e ao modelo de desocupação-preservação, uma nova síntese.

Fronteira Amazônica

Posse pela ocupação. Das violações do Tratado de Tordesilhas e dos tratados posteriores; passando pela consolidação da capitania de Grão Pará e Maranhão pela expulsão dos “invasores” não lusitanos; até a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), que incorporou a porção transformada no território federal do Acre, a busca de produtos florestais (animais silvestres, drogas do sertão, cacau, borracha) foi importante propulsor da expansão dos limites territoriais da Amazônia. Estimulou a chegada de pessoas à região mas também “criou” o vazio amazônico pela ocupação predominantemente feita nos vales dos principais rios e pelo massacre e aldeamento das populações pré-existentes (SLATER, 2002: 11). Para ocupar e desenvolver este suposto “vazio e pouco integrado” território, o Estado dirigiu seus esforços ao longo do século XX³².

A atuação mais sistemática do Estado se faz sentir já na década de 40. Getúlio Vargas defendeu a integração da região no movimento de reconstrução nacional, definiu órgãos para o fortalecimento da economia e melhoria das condições de vida, criou territórios federais (Guaporé, atual Rondônia; Rio Branco, atual Roraima; e Amapá) no afã de organizar a região; orientou o fluxo de nordestinos - Soldados da Borracha - aos Seringais Amazônicos para garantir atendimento da demanda norte-americana durante a Segunda Guerra. *“O sonho de Getúlio Vargas de ocupar a Amazônia influiu sobre o comportamento de sucessivas lideranças políticas brasileiras...”* (MORAN, 1990: 287). As estradas abertas na década de 50 contribuíram para a

³²O povoamento Amazônico, desde a colonização foi feito “em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial”. As drogas do sertão e a farmácia européia; o “ciclo da borracha” e a industrialização da Europa e EUA; as frentes pioneiras agropecuárias e minerais espontâneas do nordeste a partir dos anos 20, mas intensificados nos anos 50, 60, até que na década de 70, em que o Estado “toma para si a incumbência de um novo e ordenado devassamento Amazônico” (BECKER, 1990: 11-12).

almejada integração mas a ocupação sistemática orientada pelo Estado ocorreu durante o período do Regime Militar, sobretudo na década de 70, através da combinação de projetos de colonização, abertura de estradas, incentivos a grandes projetos agropecuários e extrativistas³³.

Capítulo especial entre os analistas é a participação e interesses do Exército na Amazônia - justificados pela preocupação com a segurança Nacional, com a Soberania. O lema da década de 60 era “integrar para não entregar”, uma síntese de ação governamental que conecta objetivos econômicos aos geopolíticos (LEIRNER, 1995: 119; MARTINS, 1994). Com investimentos diretos e incentivos fiscais, o governo federal pretendia “vivificar” a fronteira amazônica considerada então um “vazio demográfico” (DINIZ, 1994: 96). O “vazio populacional” da área e os riscos futuros de uma “cobiça” (CARDOSO, 1980: 56) revelam as motivações extra econômicas da presença do Estado na região: desenvolver é uma questão também de segurança nacional (FOLAND, 1971: 62-63).

O movimento que criou o modelo de Resex constituiu-se nesse período que a bibliografia denomina como “ocupação recente” da Amazônia. Um tempo em que dois movimentos se sobrepuseram ao menos parcialmente: o processo de falência dos seringais e o de colonização-desenvolvimento orientados pelo Estado, que acabou por confrontar as populações residentes (seringueiros, ribeirinhos, índios, pequenos posseiros) com o que chegavam (IANNI, 1979a; LIMA, 1997; SCHMINK et al., 1992).

Considerando a incorporação de terras para agropecuária no Brasil no século XX, a caracterização da expansão da fronteira agrícola e suas frentes³⁴ em termos de “zonas” (MUELLER, 1992: 13) e de “comportamento migratório” (MARTINE et al., 1993: 2-3) coloca a

³³Desde então, foram estratégias do governo federal: a criação de “redes de integração espacial” (rodoviária, telecomunicações por satélite e telefonia, rede urbana, rede hidroelétrica como insumo a nova fase industrial); a “superposição de territórios federais sobre estaduais (...) sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ou direito de propriedade” (Amazônia Legal, os 15 pólos de desenvolvimento da Polamazônia, o Projeto Grande Carjás e Calha Norte); “subsídios ao fluxo de capital (bancos oficiais direcionando recursos do sudeste) e indução dos fluxos migratórios, indução de migração para povoamento e mão-de-obra” (BECKER, 1990: 13-19).

³⁴Fronteira Agrícola é tomada aqui como área potencial; área que oferece condições “a expansão de atividades agropecuárias”, “espaço potencial”. Frentes são “surto de atividade” no espaço da fronteira (SAWYER, 1983).

região Norte como uma área de fronteira “recente” (década de 70). O Movimento para lá se deu depois da expansão para fronteiras consolidadas, ocupadas em duas fases anteriores de migração rural-rural (MARTINE, 1992: 1) Entre a década de 30 e a metade de 60, no oeste paulista, norte e oeste do PR, oeste SC e sudeste MT; 2) Entre metade dos 40’ e fim dos 60’, na faixa central do país (GO, MS, MA). A diferença da Fronteira Amazônica é que o Estado dirigiu a ocupação de terras. No início, uma colonização intensiva em áreas cortadas pela rodovia Transamazônica. Com o fracasso, passou a concessão de incentivos a incorporação de terras por grandes empreendimentos agropecuários (ocupação em larga escala), sendo Rondônia o alvo para os projetos de colonização (pequenas propriedades) (MUELLER, 1992: 15)³⁵.

Essa incorporação de terras não se deveu às frentes de agricultura comercial necessariamente; as frentes camponesas e especulativas assumiram importante papel. Migrantes vindos de áreas agrícolas em modernização no centro-sul, dirigiram-se para Rondônia, sul do Pará, oeste do Maranhão, Nordeste do MT em busca de terras. Devido a políticas de incentivo e a valorização de terras, frentes especulativas também se orientaram para porções de vários Estados, marcadamente no Acre onde se trocava mata por pasto. Tal expansão foi pouco significativa em termos de aumento da produção além de ter causado conflitos de terras, degradação ambiental, desperdício de recursos públicos, doenças e miséria nas frentes camponesas (MUELLER, 1992: 15-16). Na pré-amazônia maranhense, o avanço das grandes empresas pecuárias, das madeireiras e mineradoras confrontava-se com a frente composta de pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores rurais (JATOBÁ, 1980).

A fronteira Amazônica atesta o fracasso das frentes em fixar a população rural, revelando estruturas de produção concentradoras que serviram também para expulsar aqueles que já ocupavam a floresta. Nas primeiras fronteiras, a modernização da agricultura expulsou pequenos

³⁵Antes da década de 70 já havia um pequeno fluxo migratório para o sul do Pará, norte de Goiás, Rondônia e Acre num processo de “colonização espontânea” que buscava “terras virgens” na verdade já ocupadas por indígenas e posseiros (IANNI, 1979b: cap VI).

agricultores para cidades ou para fronteiras mais recentes. Parte dos migrantes que foram ao Paraná não permaneceu no campo, sequer na região (MARTINE, 1993: 6); o fluxo migratório no Rio Grande do Sul começou dentro do próprio Estado, depois se expandiu para outros Estados do sul e, entre as décadas de 70 e 80, deslocou-se *“diretamente para as regiões Norte e Centro-Oeste, principalmente para os Estados que constituem a Amazônia Ocidental”* (SANTOS, 1993: 75). Durante algum tempo, a expansão para o sul e centro oeste funcionaram como alternativa para a migração com destino urbano, mas em termos nacionais a fronteira Amazônica não teve papel tão importante na absorção de populações de áreas agrícolas tradicionais: durante a década de 70, 16 milhões de migrantes rurais foram para áreas urbanas no Brasil, 400 mil foram para áreas rurais da região Norte (MARTINE, 1991: 7).

Na década de 80, a recessão, a crise externa e fiscal levaram à redução dos programas de estímulo à ocupação de terras em áreas de fronteira, inclusive com redução do crédito subsidiado (MUELLER, 1992: 17-19). A transição política diminuiu inclusive a disposição do Estado em conter os conflitos sociais. Para as populações locais enredadas nos conflitos decorrentes da disputa pela fronteira amazônica (SCHMINK et al., 1992), a abertura a partir da década de 80 concedeu algumas vitórias aos grupos que lutavam e se organizavam (índios, seringueiros, pequenos posseiros e remanescentes de quilombos). Através da criação de Terras Indígenas, Assentamentos Agro-extrativistas e Reservas Extrativistas, garantiram seus lugares; a posse baseada na histórica ocupação.

Crescimento Demográfico e Concentração Urbana

No pós-guerra a população da Amazônia cresceu rapidamente e concentrou-se em cidades. Até então a ocupação era dispersa³⁶.

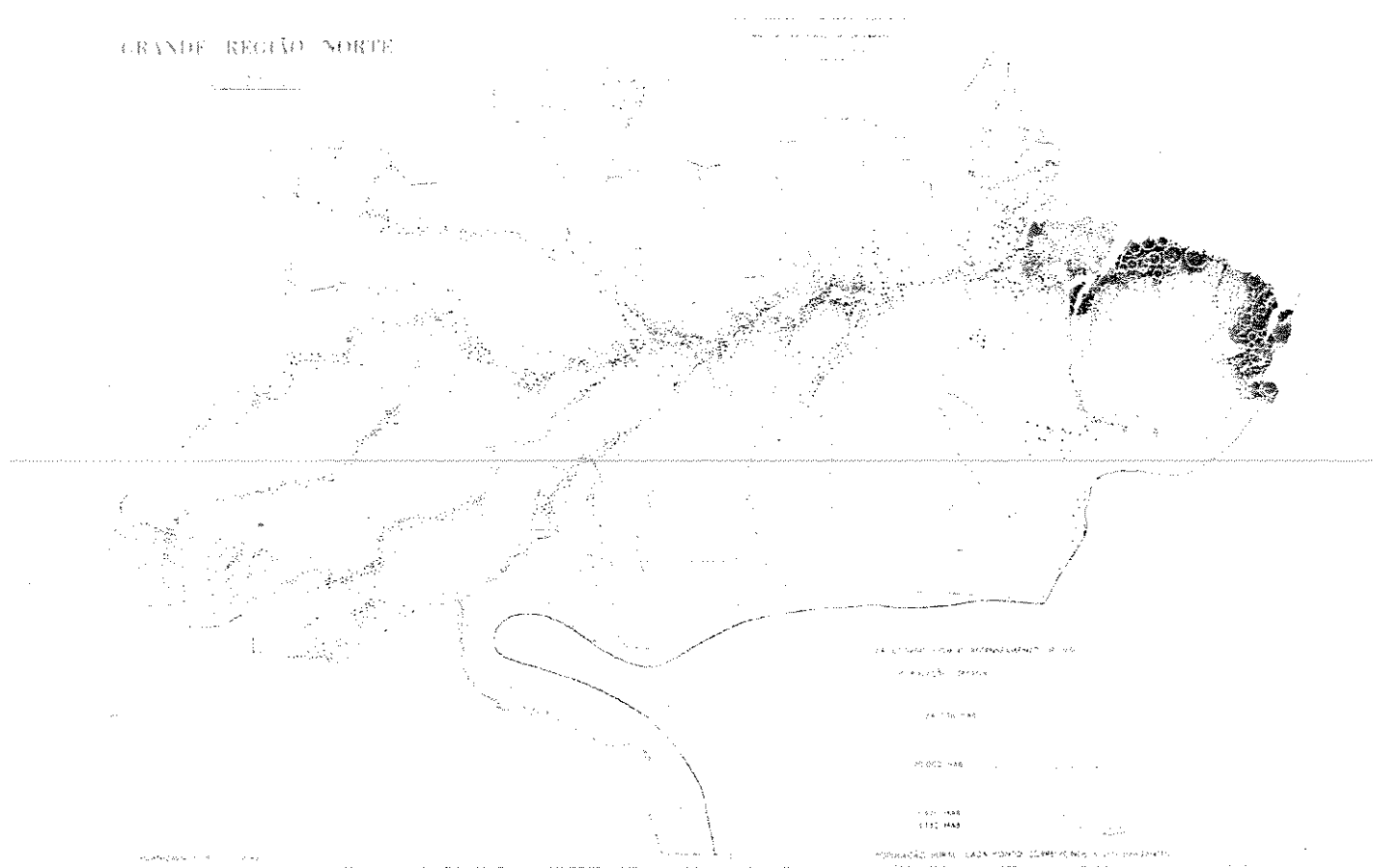
As cidades se concentravam junto aos rios. Maiores, Belém e Manaus eram entrepostos de borracha que recebiam a produção das porções mais distantes, desestimulando a formação de outros centros. O movimento que predominava era para a floresta, sobretudo o realizado pelos migrantes nordestinos no “boom da borracha” e na “batalha da borracha”³⁷. A fixação nas cidades restringia-se àqueles proprietários e comerciantes *“que, de alguma forma, conseguiram capitalizar recursos, mandavam seus filhos e esposas para cidades grandes, geralmente a capital do estado, abrindo caminho para sua própria transferência logo após”* (BENCHIMOL, 1981: 36). Já nas crises da borracha, principalmente no pós-guerra, muitos caboclos e migrantes mudaram-se para as sedes municipais *“inchando as pequenas e médias cidades do interior, que se expandiram da rua da frente para a rua dos fundos e da periferia, criando as primeiras favelas municipais”*, e também para as capitais dos Estados e dos Territórios (BENCHIMOL, 1981: 37).

Os rios, vias de acesso e escoamento da produção, influenciaram a distribuição do povoamento. O padrão dendrítico de ocupação foi visivelmente determinado pelo curso das águas (FOLAND, 1971: 66). Até a década de 1950 os rios eram as estradas e os eixos do povoamento conforme ilustra a figura *Distribuição da População na década de 1950*, a seguir:

³⁶Até 1950 o Maranhão também se caracterizava por uma ocupação dispersa e irregular (litorânea e concentrada em São Luís) e pela pequena importância populacional dos núcleos urbanos do interior. Os rios orientaram o povoamento e a falta de estradas era tida como um dos obstáculos ao aproveitamento do espaço e dos recursos (IBGE, 1957: 29-31).

³⁷O auge do “ciclo da borracha”, o “Rubber Boom” ocorreu entre 1890 e 1913, período em que o Brasil monopolizou a produção. Com a concorrência dos seringais cultivados na Ásia, o produto nacional (de seringais nativos) perderam mercado. Com a I Grande Guerra restringiu-se a oferta asiática o que fez o governo brasileiro, estimulado por interesses norte-americanos, alistar no nordeste os “soldados da borracha” e a criar órgãos de fomento para a produção emergencial (OLIVEIRA, 1983; SANTOS, 1980).

Figura 3: Distribuição da População na década de 1950



A figura, extraída da Enciclopédia dos Municípios (IBGE 1957: Mapa - Distribuição da População Rural), mostra maior concentração humana ao longo dos rios principais. Há maior densidade rural na grande área nas proximidades de Belém e São Luís e maior população urbana em São Luís, Belém e Manaus.

Durante o projeto militar, novos fluxos migratórios se dirigiram para as margens dos eixos rodoviários, atraídos pelos projetos de colonização e desenvolvimento. No entanto, hoje se verifica que grande parte do movimento migratório terminou nas cidades, principalmente nas capitais e Santarém. Os grandes projetos agropecuários expulsavam os antigos habitantes e posseiros. Até podiam demandar mão-de-obra em suas fases iniciais (para o desmatamento, por exemplo) mas não permitiam a fixação da população. O colono que chegava nos assentamentos enfrentava tantas dificuldades (falta de assistência e desconhecimento do ecossistema, por exemplo) que eram freqüentes os fracassos e o abandono da propriedade (venda por preço irrisório) (MARTINE, 1992: 19-20) e o deslocamento para capitais e grandes cidades.

A urbanização excessiva nas capitais criou problemas à administração pública e para a qualidade de vida de seus habitantes, tendo sido incapaz de criar empregos num volume compatível. Os migrantes que se dirigiam para a zona rural acabavam também criando novas cidades e vilas no mediterrâneo amazônico. Ao longo das rodovias (a BR 364 e a Belém-Brasília, por exemplo) novas cidades e vilas se formaram. Algumas mais antigas, como Imperatriz no Maranhão tiveram um grande crescimento entre 70 e 80 (BENCHIMOL, 1981). Mas a dinâmica migratória na fronteira inclui várias trajetórias migratórias, inclusive cidades que perderam população, dentre elas Guajará-Mirim (RO)³⁸ onde hoje se situa a Resex Rio Ouro Preto (SAWYER, 1987; SAWYER & PINHEIRO, 1984).

A concentração da pobreza confunde-se com degradação ambiental (MARTINE, 1993: 20). *“As cidades mais degradadas, e os distritos mais degradados destas cidades, são ocupadas pelos mais pobres dos pobres, agregando-se um fator ambiental ao peso da desigualdade social”* (HOGAN, 1993: 73). Assim como o adensamento urbano verificado em outras regiões do país, a urbanização da Amazônia trouxe problemas ambientais e sociais para a região.

Os dados dos Censos Demográficos do IBGE³⁹ (Tabela 4 e Tabela 5), mostram o crescimento da população desde a década de 50 nos Estados considerados. Nota-se, com exceção do Maranhão, em alguns momentos⁴⁰, uma taxa de crescimento anual sempre maior que a verificada para o Brasil. Tal se deve a taxas de fecundidade ainda hoje mais altas que a média nacional mas também aos fluxos migratórios motivados pela abertura de estradas e pelos projetos

³⁸Guajará-Mirim surgida em função da Ferrovia Madeira-Mamoré - consequência da incorporação do Acre ao Brasil - acabou entrando em decadência devido às condições precárias da BR425 que liga a região até a BR364 (para Porto Velho), também precária. Foi transformada em Zona de Livre Comércio mas não teve como escoar as mercadorias. Problemas de acesso também influenciaram a ocupação no Acre, criando situações distintas no Vale do Juruá e nos vales do Acre e Purus. No Amapá predomina ainda hoje o transporte fluvial, enquanto que o Maranhão é melhor servido de estradas.

³⁹São considerados os 4 Estados onde se localizam as reservas estudadas (Acre, Rondônia, Amapá e Maranhão) mais os Estados do Amazonas e Pará como referências, somente.

⁴⁰No Maranhão verificam-se momentos de saída de população para outros Estados brasileiros. Nas décadas de 60 e 70, muitos foram também atraídos para os projetos na Amazônia, identificando-se um fluxo para o Pará (BENCHIMOL, 1981).

de ocupação e desenvolvimento⁴¹. A bibliografia normalmente destaca a expressiva taxa observada em Rondônia entre 1970-80 resultado dos projetos de colonização mas “exagerada” pela pequena população em termos absolutos. Sem estender muito a análise, importa considerar que a população apresenta um significativo incremento populacional entre 1950 e 2000: a população do Acre aumentou quase cinco vezes, aproximadamente; a do Amapá, quase 13; a de Rondônia, 38 vezes; enquanto que a média do Maranhão aumentou 3,5 vezes. Ainda que a população dos Estados corresponda a uma pequena parte da população do país (números absolutos), a atual é sensivelmente maior que a antiga em termos da participação percentual na população do Brasil (Tabela 6).

Interessa aqui destacar que ao crescimento acelerado correspondeu uma urbanização acelerada (Tabela 7), ainda que o grau de urbanização tenha permanecido menor que o do Brasil - com exceção do Amapá onde o peso da capital⁴² é mais significativo. De modo geral, as capitais concentram parcela significativa da população dos Estados (Tabela 8), e parte significativa desta população está concentrada nas sedes dos municípios. A diminuição na participação de Porto Velho na população de Rondônia é marcante entre 1970 e 1980, momento de grande crescimento populacional motivado pela migração ao Estado. O caso de Rondônia é também expressivo pelo aumento no número de municípios ao longo dessas décadas; os desmembramentos municipais ocorreram em todo o país mas o crescimento verificado em Rondônia é bem maior que o dos demais Estados (Tabela 9). Tomando cidades com 50.000 habitantes como critério, nota-se (Tabela 10) que maior número de municípios não significa substancial aumento no número de cidades “grandes”.

Incluindo na reflexão a Tabela 11, percebe-se que os Estados considerados chegaram ao

⁴¹“O dinamismo demográfico da região amazônica ainda se destacou na década de 80, produto da expansão econômica e demográfica na última fronteira brasileira, particularmente durante a primeira metade dessa década; dada a base demográfica menor da Região, mesmo a migração relativamente minguada da década de 80 redundou numa taxa de crescimento mais elevada. Contribuíram também para isso, as taxas ainda comparativamente mais altas de fecundidade que continuam prevalecendo na Região” (MARTINE, 1993: 6).

⁴²Macapá, na década passada foi considerada como Zona de Livre Comércio para estimular a economia local.

ano 2000 com um número significativo de pequenas cidades. Muitas são vilas “precocemente” transformadas em sedes municipais, com pequena população e infraestrutura precária, que sediam municípios economicamente frágeis, muito dependentes de repasse de verbas como o Fundo de Participação dos Municípios. Chegam também com um reduzido número de grandes cidades, dentre essas, capitais estaduais que nos últimos 50 anos perderam território mas cujas sedes, inchadas pelo êxodo rural das últimas décadas, continuam a exercer grande efeito de atração populacional.

Tabela 4: População

Brasil e UF	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Acre	114.755	160.208	215.299	301.276	417.718	557.226
Amapá	37.477	68.889	114.230	175.258	289.397	475.843
Rondônia	36.935	70.783	111.064	491.025	1.132.692	1.377.792
Maranhão	1.583.248	2.492.139	2.992.678	3.996.444	4.930.253	5.642.960
Amazonas	514.099	721.215	955.203	1.430.528	2.103.243	2.813.085
Pará	1.123.273	1.550.935	2.166.998	3.403.498	4.950.060	6.189.550
Brasil	51.944.397	70.992.343	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.590.693

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (SIDRA - Tabela 1286)

Observações: 1950: População presente. 1960: População recenseada. De 1970 até 2000: População residente. 1970 e 1980: Dados da Amostra. 1991: Dados do Universo. 2000: Dados da Sinopse Preliminar.

Tabela 5: Taxa de Crescimento Anual da População (%)

Brasil e UF	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91	1991-2000
Acre	3,39	3,00	3,42	3,02	2,92
Amapá	6,28	5,19	4,37	4,66	5,10
Rondônia	6,72	4,61	16,03	7,89	1,98
Maranhão	4,64	1,85	2,93	1,93	1,36
Amazonas	3,44	2,85	4,12	3,57	2,95
Pará	3,28	3,40	4,62	3,46	2,26
Brasil	3,17	2,75	2,48	1,93	1,45

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (SIDRA - Tabela 1286)

Tabela 6: Participação na População do Brasil (%)

UF	1950	2000
Acre	0,22	0,33
Amapá	0,07	0,28
Rondônia	0,07	0,81
Maranhão	3,05	3,33
Amazonas	0,99	1,66
Pará	2,16	3,65

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (SIDRA - Tabela 1286)

Tabela 7: Grau de Urbanização

Brasil e UF	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Acre	18,5	21,2	27,8	44,2	61,9	66,4
Amapá	37,1	51,4	54,8	59,1	80,9	89,0
Rondônia	37,4	43,6	51,9	47,6	58,2	64,1
Maranhão	17,3	18,0	25,4	31,6	40,0	59,5
Amazonas	26,8	33,2	42,6	60,0	71,4	74,8
Pará	34,6	40,7	47,2	48,5	50,4	66,5
Brasil	36,2	45,1	56,0	67,7	75,5	81,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (SIDRA - Tabela 1289)

Tabela 8: População do município da capital em relação à da unidade da federação (%)

Município	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Rio Branco - AC	24,6	29,9	38,9	39,0	47,2	45,4
Macapá - AP	55,0	68,1	75,3	78,1	62,1	59,4
Porto Velho - RO	73,8	72,1	76,2	27,5	25,3	24,3
São Luís - MA	7,6	6,4	8,9	11,2	14,1	15,4
Manaus - AM	27,2	24,3	32,7	44,3	48,1	49,9
Belém - PA	22,7	25,9	29,2	27,1	24,0	20,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (SIDRA - Tabela 1287)

OBS: 1950: População presente. 1960 até 1980: População recenseada. 1991 e 2000: População residente

Tabela 9: Número de municípios (Unidade)

UF	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Acre	7	7	7	12	12	22
Amapá	4	5	5	5	9	16
Rondônia	2	2	2	7	23	52
Maranhão	72	91	130	130	136	217
Amazonas	25	44	44	44	62	62
Pará	59	60	83	83	105	143

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (SIDRA- Tabela 1285)

Tabela 10: Número de cidades com mais de 50.000 hab (Unidade)

UF	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Acre	-	-	-	1	1	1
Amapá	-	-	1	1	1	2
Rondônia	-	-	-	1	2	4
Maranhão	1	1	1	4	7	9
Amazonas	1	1	1	1	1	2
Pará	1	1	1	3	7	14

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (SIDRA - Tabela 1294)

Tabela 11: População em cidades - 2000

UF	Com mais de 50 mil hab.	Total nas cidades
Acre	226.134	370.018
Amapá	335.151	409.936
Rondônia	458.319	864.041
Maranhão	1.592.930	3.340.609
Amazonas	1.451.102	2.090.378
Pará	1.515.382	2.898.693

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (SIDRA - Tabela 1294)

A distribuição populacional assume grande relevância para o entendimento da configuração do espaço regional entre áreas degradadas e áreas preservadas - ou a preservar. A mesma lógica se aplica às escalas dos municípios que passam a contrastar em termos de ocupação, desflorestamento e, também, em superfície protegida por UC. Há municípios mais urbanizados e desenvolvidos - se tomarmos urbanização por desenvolvimento como muitos parecem fazer nas cidades onde estão as Resex visitadas enquanto outros são menos densamente ocupados.

As Figura 4 e a Figura 5, além de localizarem as Reservas Extrativistas estudadas, indicam a progressão das emancipações municipais; tratam-se de resumos da história de fragmentação de áreas rurais (ou o cercamento de florestas) para a definição de novos municípios.

Nas reconfigurações da geo-política dos municípios, as Resex (a exemplo de outras UC) acabam se localizando entre dois tipos de situação: Resex cercadas (restritas) pelos limites de um único município ou cortadas pelos limites de dois ou mais municípios. Isso provoca vários efeitos para a manutenção das UC, conforme os significados que a área de cada Reserva pode adquirir para seus respectivos municípios em termos do que este pode oferecer à Reserva e em termos do que pode esperar dela. Alto Juruá ocupa praticamente toda a área de Marechal Thaumaturgo - na parte que “sobra” há ainda uma Terra Indígena e parte de um parque nacional - cuja pequena

rede não dispõe de boa estrutura. Ali, como em Guajará-Mirim (RO), onde está a Resex Rio Ouro Preto, a área da Reserva assume posição estratégica para o desenvolvimento municipal e também político - cerca de 80% do município é coberto por várias áreas de conservação e Terra Indígena. Situação semelhante vive Laranjal do Jari, um município bastante urbanizado e com área rural parcialmente ocupada por Resex.

A Resex Chico Mendes, conjunto de seringais reivindicados sob a liderança de Chico Mendes, praticamente cerca a sede de Xapuri enquanto ocupa porções menos significativas dos demais municípios. A diferenciação por municípios é sentida também em Rio Cajari, onde nem todas as prefeituras parecem dispostas (capazes) a oferecer o mesmo nível de serviços de educação e saúde para partes distintas da Resex. As pequenas Ciriaco e Frechal, áreas agrícolas com restrita cobertura florestal, vêm-se praticamente cercadas por municípios igualmente pequenos e fracamente estruturados mas aos quais estão diretamente ligados. Em compensação, os municípios com centros urbanos maiores (Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Porto Velho, Macapá, Imperatriz) vão se conformando progressivamente às suas áreas urbanas.

Figura 4: Emancipações Municipais - Acre e Rondônia

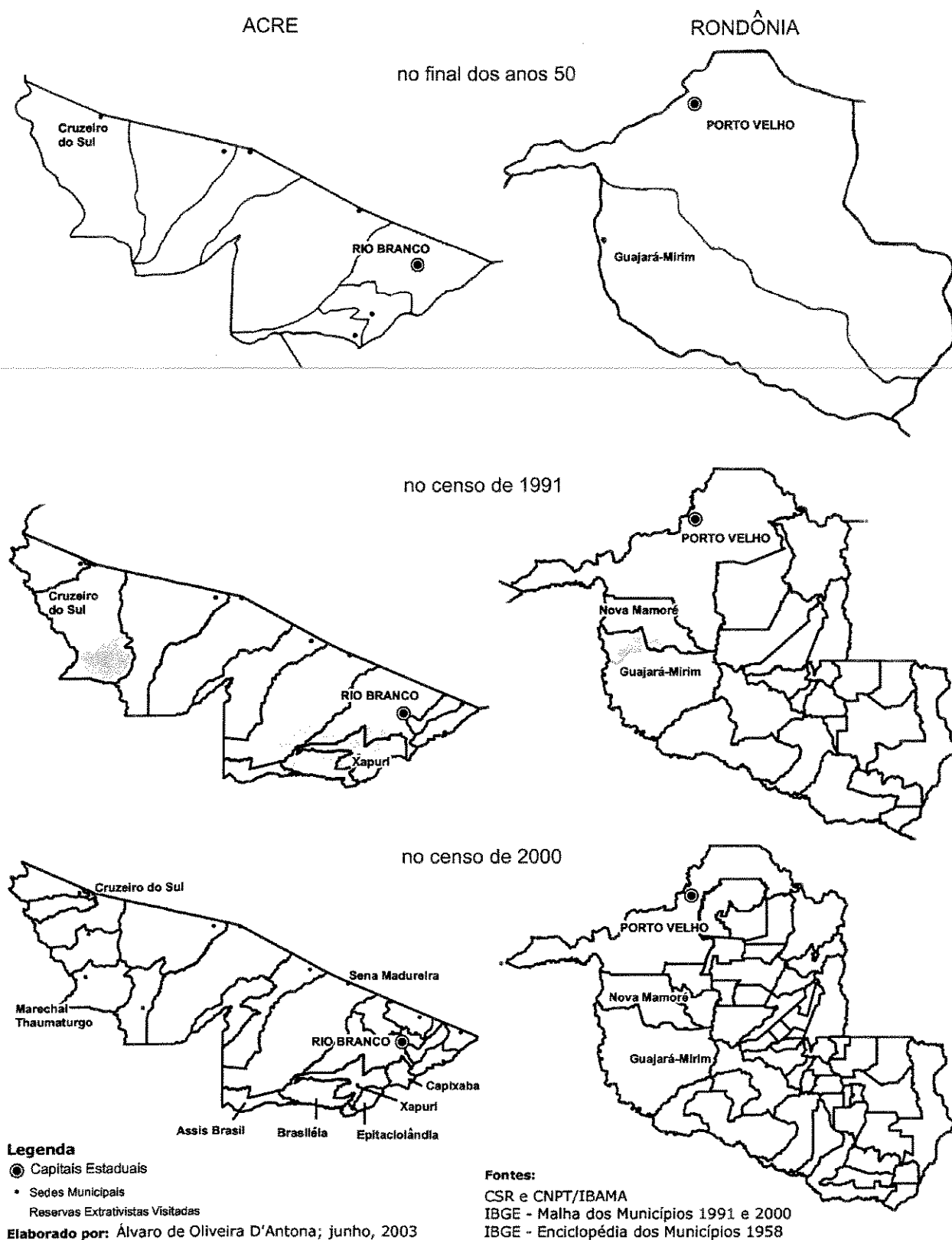
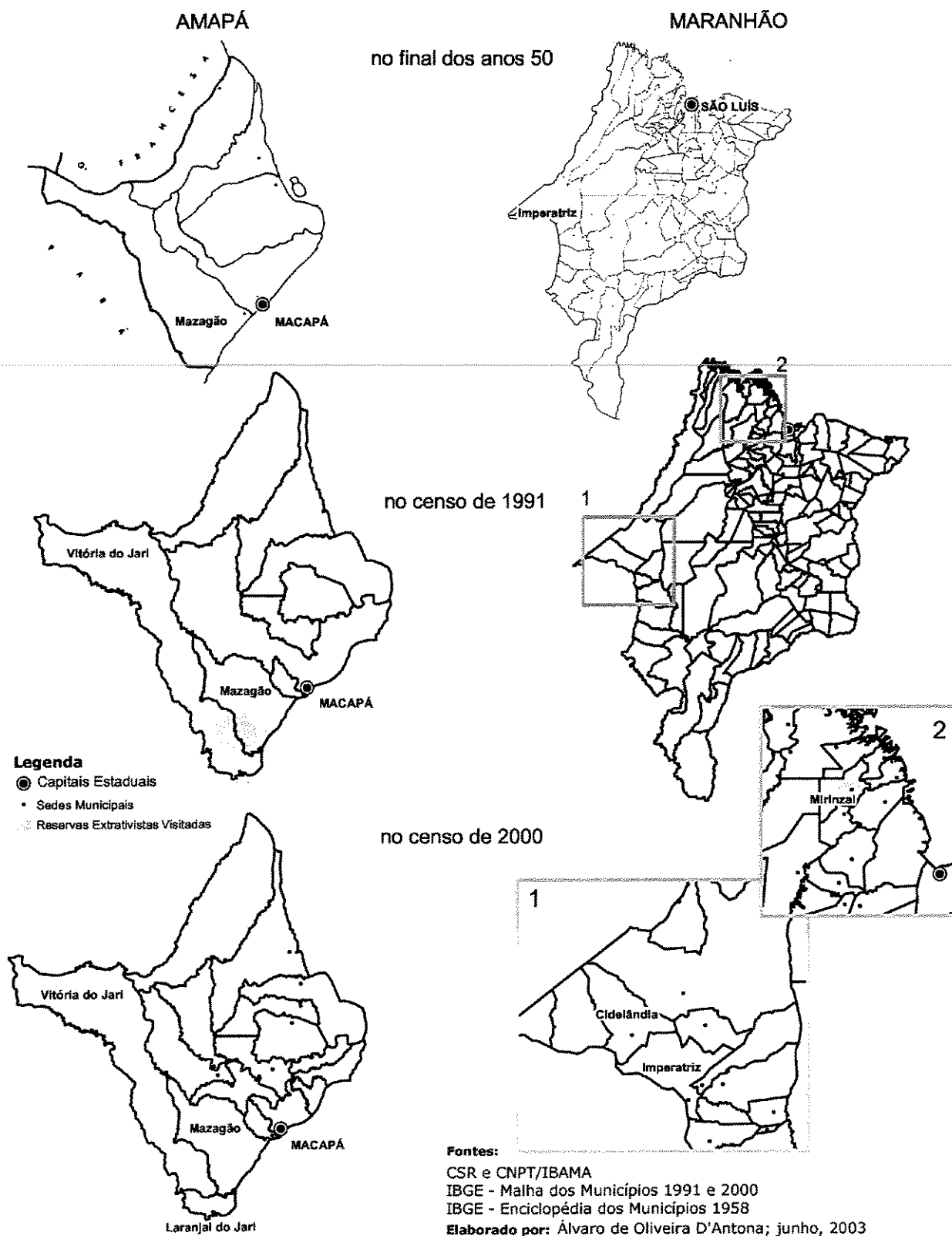


Figura 5: Emancipações Municipais - Amapá e Maranhão



Posicionando as Reservas estudadas segundo seus municípios atuais e antigos (Tabela 12 e Tabela 13) percebe-se que

- com exceção de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Imperatriz, todas as cidades possuem menos de 50.000 habitantes. Excetuando Rio Branco (capital estadual), todos os municípios onde atualmente estão as Reservas possuem menos de 50.000 hab.
- com exceção de Cidelândia (11.816 hab) todos os municípios com emancipação recente têm menos de 10.000 habitantes (Assis Brasil, Capixaba, Marechal Thaumaturgo, Vitória do Jari).
- Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Imperatriz apesar de perderem território (e a população existente ali) ganharam população. No caso de Imperatriz fica bastante evidente a correspondência com o processo de urbanização.
- a urbanização crescente é comum a todos os municípios apesar deles apresentarem diferenças grandes entre si.
- de modo geral, os municípios onde estão as Resex atualmente apresentam grau de urbanização menor ou bastante próximo ao de seus respectivos Estados (Tabela 7), com exceção de Rio Branco; Guajará-Mirim (repleta de Unidades de Conservação e para onde se dirigem incentivos recentes para a formação de zona de livre comércio) e Laranjal do Jari (pequeno município criado em área de influências do Projeto Jari que recebeu muitos migrantes em busca de emprego (ANDRADE, 1995).

Tais constatações indicam que o crescimento demográfico e a distribuição populacional (urbanização) orientada por grandes projetos e pela abertura de estradas geraram um mapa de ocupações desbalanceadas, desiguais, no qual as Reservas - e de fato as demais UC - parecem se

posicionar em porções apartadas do padrão de desenvolvimento proposto oficialmente. Mas o desbalanceamento entre áreas com distintas ocupações - desenvolvimento não é verdadeiramente captado pela agregação por Estado nem por municípios. Internamente a eles, o desbalanceamento da concentração populacional, do tipo de ocupação e uso do solo e, conseqüentemente, do tipo de cobertura florestal são bastante diferenciados.

A Figura 6 retrata a conveniência de desagregação da unidade de análise, tomando como variável a densidade demográfica - útil à localização das Resex na Amazônia Legal. No quadro “a” a comparação por Estados, entre 1950 e 2000, mostra a densidade dos Estados amazônicos com relação aos demais do Brasil. No quadro “b”, com dados apresentados por Setores Censitários do Censo 2000 ⁴³, nota-se que o adensamento foi bastante desigual. O padrão dendrítico ilustrado na Figura 3 para a década de 50 ainda se faz notar mas a influência das estradas é bem marcante como orientador da ocupação.

Comparando-se o mapa do ano 2000 do quadro “a” com o mapa do quadro “b” vê-se como uma densidade baixa por Estado (quadro “a”) esconde porções que vão das mais altas densidades, nas capitais e em algumas cidades, até densidades inferiores a 1hab/km² em vastas áreas “desabitadas” que, na lógica do ocupar para desenvolver, assumem o lugar de preservação ambiental.

Os espaços mais ou menos densos expressam tipos de uso e possibilidades de desenvolvimento. Se as áreas ocupadas pelo desenvolvimento insustentável correspondem à degradação ambiental, às áreas desocupadas caberiam a preservação e o não desenvolvimento.

⁴³O setor censitário é a unidade mínima criada para fins de controle cadastral da coleta. Respeita os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal dos municípios (IBGE, 2002).

Tabela 12: Municípios das Reservas Estudadas - População Total

Resex	Município	1970	1980	1991	2000
Rio Ouro Preto	Guajará-Mirim - RO	27.016	34.751	32.583	38.045
	Nova Mamoré - RO	-	-	7.248	14.778
Chico Mendes	Assis Brasil - AC	-	1.367	2.917	3.490
	Rio Branco - AC	83.977	117.101	197.376	253.059
	Sena Madureira - AC	22.470	23.541	24.197	29.420
	Xapuri - AC	13.327	14.687	12.366	11.956
	Brasiléia - AC	12.311	13.907	20.263	17.013
	Capixaba - AC	-	-	-	5.206
	Cruzeiro do Sul - AC	43.584	50.472	66.603	67.441
Alto Juruá	Marechal Thaumaturgo - AC	-	-	-	8.295
Rio Cajari	Laranjal do Jari - AP	-	-	21.372	28.515
	Mazagão - AP	10.497	20.433	8.911	11.986
	Vitória do Jari - AP	-	-	-	8.560
Ciriaco	Cidelândia - MA	-	-	-	11.816
	Imperatriz - MA	80.827	220.079	276.502	230.566
Frechal	Mirinzal - MA	12.377	16.073	16.856	13.005

Fonte: Censo Demográfico 2000 (Sidra Tabela 202)

OBS: Alto Juruá e Ciriaco não mais ocupam os territórios de Cruzeiro do Sul e Imperatriz.

Tabela 13: Municípios das Reservas Estudadas - Percentual da População Urbana

Resex	Município	1970	1980	1991	2000
Rio Ouro Preto	Guajará-Mirim - RO	43,4%	63,2%	84,1%	86,8%
	Nova Mamoré - RO	-	-	51,4%	49,0%
Chico Mendes	Assis Brasil - AC	-	23,9%	55,4%	61,6%
	Rio Branco - AC	42,4%	74,8%	85,5%	89,4%
	Sena Madureira - AC	15,9%	28,2%	42,9%	54,9%
	Xapuri - AC	14,0%	21,2%	41,0%	50,1%
	Brasiléia - AC	21,6%	34,8%	57,0%	53,1%
	Capixaba - AC	-	-	-	29,2%
	Cruzeiro do Sul - AC	22,0%	22,9%	41,8%	57,8%
Alto Juruá	Marechal Thaumaturgo - AC	-	-	-	11,9%
Rio Cajari	Laranjal do Jari - AP	-	-	66,9%	94,0%
	Mazagão - AP	16,0%	12,3%	44,0%	49,8%
	Vitória do Jari - AP	-	-	-	80,4%
Ciriaco	Cidelândia - MA	-	-	-	39,1%
	Imperatriz - MA	42,9%	50,7%	76,0%	94,8%
Frechal	Mirinzal - MA	5,9%	16,7%	31,8%	60,1%

Fonte: Censo Demográfico 2000 (Sidra Tabela 202)

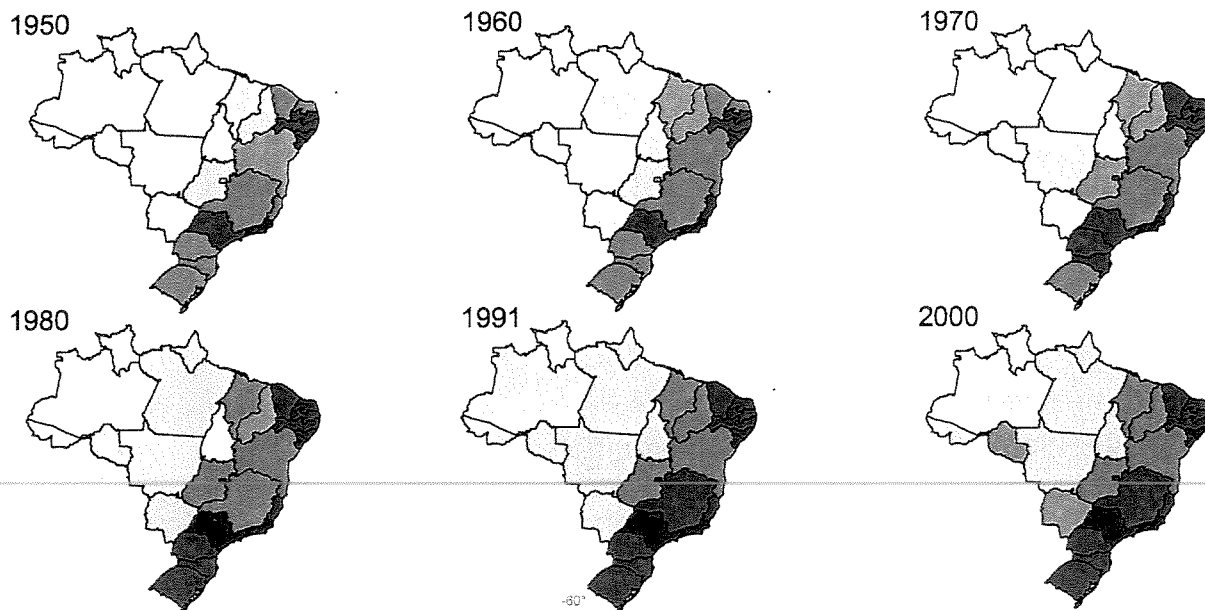
Tabela 14: Municípios das Reservas Estudadas Densidade (hab/km²)

Resex	Município	2000
Rio Ouro Preto	Guajará-Mirim - RO	1,51
	Nova Mamoré - RO	1,47
Chico Mendes	Assis Brasil - AC	1,22
	Rio Branco - AC	25,60
	Sena Madureira - AC	1,17
	Xapuri - AC	2,54
	Brasiléia - AC	3,92
	Capixaba - AC	3,03
	Cruzeiro do Sul - AC	8,58
Alto Juruá	Marechal Thaumaturgo - AC	1,08
	Laranjal do Jari - AP	11,36
Rio Cajari	Mazagão - AP	0,92
	Vitória do Jari - AP	0,28
	Cidelândia - MA	8,09
Ciriaco	Imperatriz - MA	150,48
	Mirinzal - MA	21,66
Frechal		

Fonte: Censo Demográfico 2000 (Sidra Tabela 202)

Figura 6: Densidade Populacional

a) Brasil, Estados - Densidade Populacional



b) Densidade Populacional (2000)
Amazônia Legal Brasileira

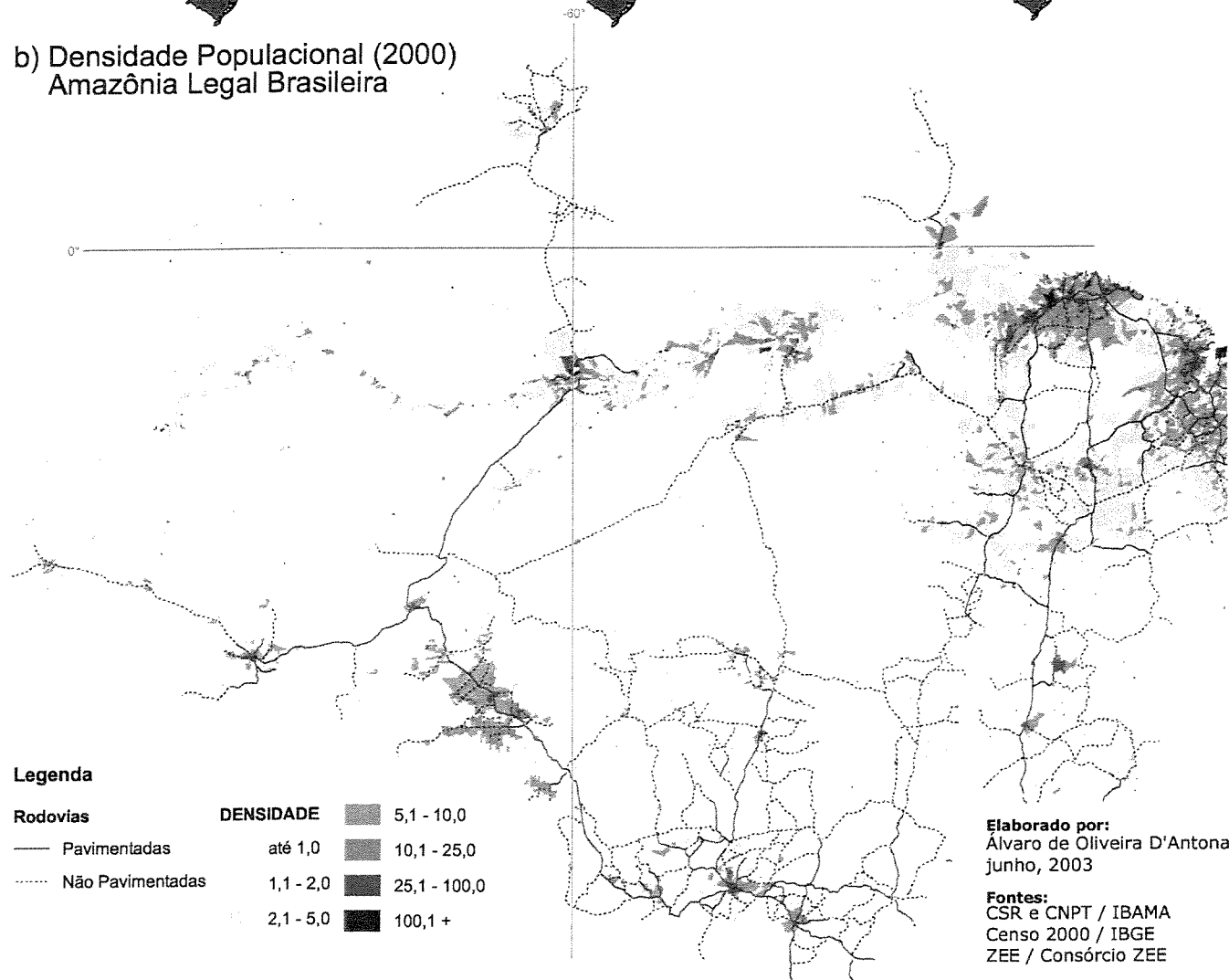
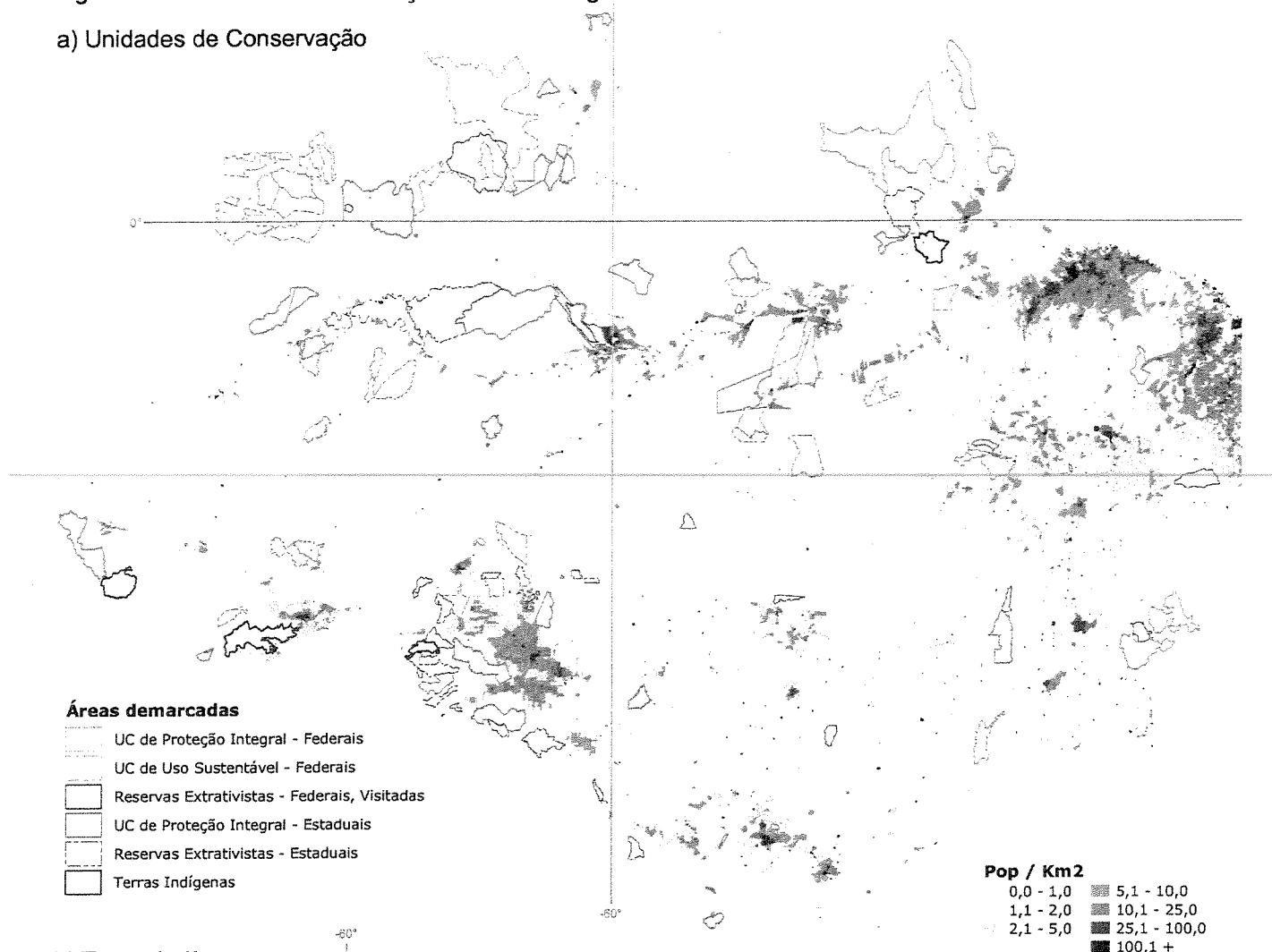
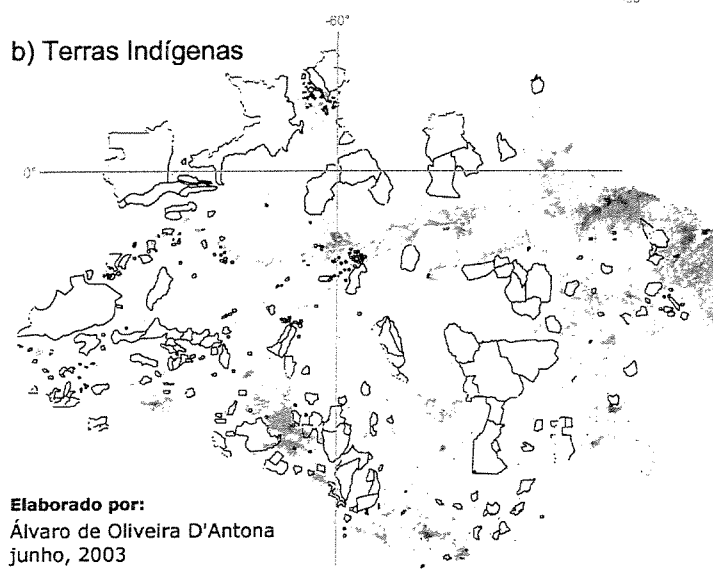


Figura 7: Unidades de Conservação e Terras Indígenas

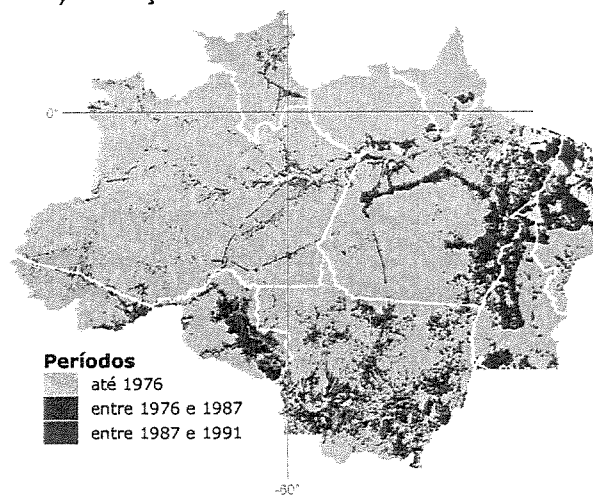
a) Unidades de Conservação



b) Terras Indígenas



c) Alteração na cobertura florestal



Desocupar para Preservar

O modelo de desenvolvimento que se pretende para a Amazônia não pode ser dissociado do modelo de preservação ambiental correspondente. Em linhas gerais a configuração não difere do que se verifica em outras regiões do Brasil: zoneamento do espaço entre áreas para desenvolvimento e degradação e áreas para preservação e não-desenvolvimento. O modelo que prevaleceu durante os anos de 70 e 80 confirma a lógica que preservar é afastar a presença humana de uma área de conservação, um procedimento de regulação do espaço sem a participação das populações locais. Nesse sentido desocupar para preservar é a contrapartida do ocupar para desenvolver, a evidência de que mesmo a perspectiva ambientalista *“é caracterizada pela cisão entre um conceito de desenvolvimento, tacitamente equacionado com crescimento econômico, e um conceito de meio ambiente, como algo transcendental e antagônico ao desenvolvimento”* (SCHUBART, 1991: 5).

Na Figura 7 nota-se como as unidades de conservação (quadro “a”) e as Terras Indígenas (quadro “b”) delimitam áreas com menor densidade demográfica. Algumas delas parecem se “encaixar” às áreas de maior concentração populacional e com maior alteração de cobertura florestal. O quadro “c” permite a percepção das transformações ao longo do tempo, mostrando que a Amazônia Legal passou por intensa alteração da cobertura florestal no período entre 1976 e 1987 - na época e nas regiões eleitas para os esforços do governo, por exemplo no Pará (Transamazônica) e Rondônia. Comparar o mapa da degradação com o da preservação é perceber como são antagônicos mas complementares. O que nem sempre se percebe é que as áreas preservadas onde estão as UC não são preservadas porque estavam desocupadas mas por ali existem formas alternativas de ocupação-desenvolvimento. O que também nem sempre se percebe é que as áreas não estão preservadas necessariamente porque são UC mas que se tornaram UC por estarem mais preservadas que o entorno. De todo modo a impressão que se tem é que as áreas de preservação são residuais daquelas ocupadas e insustentavelmente

desenvolvidas.

O princípio da criação de ilhas de conservação na Amazônia não difere do verificado em outras porções do país, em outros momentos mas - e isso é peculiar ao zoneamento da Amazônia - não considera apenas a perspectiva dos legisladores e dos preservacionistas. Outras vozes fizeram notar ao final da década de 80, e outras propostas de preservação e desenvolvimento garantem seus espaços, conforme indica a considerável quantidade de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Terras Indígenas atualmente existentes. A delimitação de tais áreas resulta da mobilização dos “povos da floresta” e, da perspectiva do ambientalismo, reflete a tendência nas últimas duas décadas de conciliar desenvolvimento sustentável com proteção ambiental e unidade de conservação.

Como se pode perceber nas figuras, ainda que tenham baixa densidade tais áreas não são desabitadas. Em algumas situações (UC de proteção integral) a ocupação pode gerar conflitos pois significa presença humana indevida e/ou não regularização fundiária da área, principalmente nos casos dos “Paper Parks”. Noutras (UC de Uso Sustentável) a presença humana é reconhecida com possibilidade de êxito da unidade, ao mesmo tempo que pode representar um risco para a integridade dos recursos ali existentes. Sobre as Resex, especificamente, a proposta que teve grande apelo e aceitação (entusiasmo) ao final dos anos 80, é vista com mais ceticismo atualmente. Mas antes e agora, o intenso debate mistura ciência, ideologia e lobby entre profissionais com diferentes formações que não chegam a um consenso (GOMES, 2001).

Ocorre que ultimamente tem se destacado no debate internacional o argumento que conciliação de desenvolvimento com conservação não tem conseguido manter a biodiversidade em função das atividades humanas e das falhas no gerenciamento das unidades protegidas nos países em desenvolvimento. Tal constatação tem renovado a ênfase na proteção restrita (BRANDON et al., 1998; KRAMER et al., 1997; OATES, 1999; TERBORGH, 1999). “*They argue that dire circumstances require extreme measures*” (BRECHIN et al., 2002: 1). Mas o “nov

paradigma é na verdade um retrocesso que exclui questões sociais e políticas no plano da preservação ambiental, alienando atores importantes e gerando conflitos. Brechin defende a não separação das questões sociais das ambientais, ao contrário do que prega a nova tendência - para a qual os problemas sociais devem ser resolvidos separadamente e as áreas de conservação não devem ser usadas para o desenvolvimento.

Contribui para o argumento em defesa de unidades de conservação sem gente a correlação estatística que coloca densidade populacional como prejudicial à cobertura florestal (FAO apud Drigo). Mesmo que a FAO e Drigo (DRIGO et al., 1999a; 1999b) reconheçam a influência de fatores socioculturais, econômicos, ecológicos e tipo de uso, a usar os dados agregados por município não revela as diferenciações internas a esta unidade territorial. O desmatamento e perda da biodiversidade, grandes preocupações dos ambientalistas, precisam ser qualificados segundo a variedade de situações que os motivam para que se possam encaminhar soluções adequadas. Pequenas roças de subsistência permitem regeneração da floresta nos períodos de repouso do solo; mas isso não é possível nas queimadas de milhares de hectares para a constituição de pastagens (SCHUBART, 1991). Quanto a biodiversidade, a permanência da floresta é uma condição mas não uma garantia de sobrevivência das espécies.

A combinação de tipos de áreas de conservação, assim como a combinação de tipos de uso e ocupação da Amazônia evoca a idéia de Mosaico - um modelo que liga diferentes unidades de conservação valendo-se de medidas para desenvolvimento sustentável no entorno que funcionam como áreas tampão das unidades de uso restrito (JANZEN, 1994). A idéia de Mosaico de Unidades, enquanto política conciliatória, poderia contentar a todos os interesses por apresentar uma visão mais integrada das áreas degradadas e preservadas, urbanas e florestais, ao contrário da tendência de vê-las como porções que se autodefinem. Mas não pode ser usada como desculpa para esvaziar áreas tidas como prioritárias para combiná-las, na escala regional, a espaços extremamente diferenciados (ocupados e degradados). Também não pode servir à prática de

transformar áreas à margem do desenvolvimento e áreas de difícil aproveitamento econômico (serras, por exemplo) em unidades de conservação, o que nem sempre é adequado do ponto de vista ecológico. A idéia de Mosaico serve - ou deveria servir - para equacionar prioridades e interesses diferenciados sobre porções territoriais - o que implica em ouvir todas as partes e não tomar decisões centralizadas em órgãos de planejamento. A solução mais democrática para definir o zoneamento é reconhecer e priorizar porções segundo tipos de uso, procurando atender aos diversos interesses (dos locais aos globais) de uso dos recursos, preservação e por modelos de desenvolvimento⁴⁴.

Na prática o zoneamento (mosaico) ocupação-desenvolvimento e desocupação e preservação da Amazônia existe. Um bom exemplo é comparar as figuras das emancipações municipais do Estado de Rondônia com a figura que mostra a atual distribuição das unidades de conservação. Entre os dois municípios originais, Guajará-Mirim e Porto Velho, para o segundo dirigiram-se os esforços de ocupação e desenvolvimento (orientado pela rodovia) e para o primeiro, menos ocupado, mais preservado mas “menos desenvolvido”, coube as unidades de conservação que se combinam no Corredor Ecológico Guaporé Itenez-Mamoré que reúne e mosaico 30 Unidades (Reservas Extrativistas Federais e Estaduais, Reserva Biológica, Estação Ecológicas e Áreas Indígenas, Floresta Nacional) (IBAMA, 2000). Mas quando se amplia a escala de foco para Rondônia e a Amazônia (Figura 7), vê-se que o mosaico não é apenas de UC.

A categoria de Resex se insere no Mosaico, não é uma exceção. Mas insere-se no processo de ocupação-desenvolvimento-preservação da Amazônia marcando oposição aos modelos de conservação que retiram o “humano” da “natureza” e ao modelo de desenvolvimento que afasta a natureza dos homens. Uma espécie de interseção; da perspectiva das unidades de conservação é uma das respostas possíveis para preservar e manejar a Amazônia. Assim como a Resex é um

⁴⁴Assim como o Mosaico, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um instrumento de planejamento ordenamento territorial que vem sendo aplicado na Amazônia para combinar diversos tipos de uso em áreas delimitadas e supostamente coordenadas.

das estratégias dos Seringueiros (CNS), dos remanescentes de Quilombo e dos Trabalhadores Rurais para conseguir o acesso a terra. A primeira grande vantagem com relação a outros tipos de unidades é que se trata de um bom exemplo da proposta de manejo a partir da escala e iniciativa local e não do planejamento centralizado. A segunda é que os proponentes das unidades habitavam previamente as áreas das unidades de conservação e que tais áreas apresentam cobertura florestal e diversidade biológica muito superiores a porções no entorno. Não é necessária a análise de imagens de satélite para ver a diferença entre um “cemitério de castanheiras” a beira de uma rodovia federal e uma estrada de seringa (apenas para mencionar um tipo de área que compõe uma Resex). Basta percorrer as estradas às margens das Resex e fotografar: áreas vazias e desmatadas no entorno de unidades de conservação.

Nas imagens “a” e “b” da Figura 8, duas áreas transformadas em pastagens no entorno da Resex Chico Mendes. Nas imagens “c” e “d”, duas pastagens na região da Resex Ciriaco, colocam o mesmo tipo de problema verificado no Acre: a substituição de mata por pasto, de extrativismo por gado. A diferença é que em lugar das castanheiras restam os babaçus.

A expansão das pastagens na Amazônia é uma das incongruências da política de ocupação e desenvolvimento da região: são áreas fracamente ocupadas e sem cobertura florestal.

Figura 8: Pastagens



2.3 Ocupar para desenvolver e preservar

A estratégia de ocupação e desenvolvimento da Amazonia, não foi social nem economicamente justa. Tampouco o desmatamento resultante contribuiu para o aumento da riqueza nacional.

"Mais de 15 bilhões de dólares foram gastos pela União na aventura de 'desenvolver a Amazônia' nos últimos 25 anos, uma despesa que foi possível pelo endividamento do país aos bancos internacionais e através de realocações internas dos mais pobres e da classe média para os mais ricos. Na realidade o desmatamento tem sido uma transferência de riqueza da União para o bolso de um pequeno número de empresários nacionais e estrangeiros." (MORAN, 1990: 285).

Entre projetos de colonização dirigida (pequena produção familiar) e os projetos agropecuários e de mineração que favoreciam empresas nacionais e internacionais financiados por agências como o Banco Mundial, USAID, Fundação Rockefeller⁴⁵, a ocupação foi contraditória (CARDOSO et al., 1977; IANNI, 1979b). A agropecuária dispensava mão-de-obra, os incentivos oficiais eram favoráveis aos latifúndios, ao grande capital e aos grileiros e bastante desfavoráveis aos índios e pequenos posseiros, os antigos habitantes (IANNI, 1979b: cap VII; LIMA, 1997). O resultado foi a expulsão de população para as cidades e os conflitos fundiários.

"O governo militar socializou os custos da ocupação capitalista da Amazônia, transferindo para toda a sociedade o preço da não realização de uma reforma agrária, isto é, a opção por um modelo concentracionista de propriedade e não por um modelo distributivista" (MARTINS, 1994: 4).

No confronto dos interesses de índios, posseiros, grileiros, mineiros, mineradoras, latifundiários e empresários; índios e extrativistas geralmente perdiam no choque com jagunços, pistoleiros e soldados. O quadro repressivo da ditadura militar tornava a situação ainda mais adversa (MARTINS, 1994). Índios e extrativistas eram parte do quadro de atraso que o projeto de desenvolvimento pretendia superar mas as "novas" relações de trabalho rural caracterizavam-se

⁴⁵Minério de Ferro na Serra dos Carajás-PA; Manganês na Serra do Navio-AP, Bauxita no Trombetas-PA; Cassiterita em Rondônia; Jari Florestal e Agropecuária nos rios Pará e Jari no Amapá e Fazenda de Gado de 72 mil hectares entre o PA e MA; Fazendas de Gado da Volkswagen do Brasil e da Liguigás (Itália) no PA e MT são alguns dos casos mencionados pelo autor no Quadro 1. O "capital estrangeiro compra nossa terra com nosso dinheiro" (IANNI, 1979b: 83).

pela violência física, por condições de superexploração denominada de “peonagem recente”, uma forma de escravidão por dívidas (MARTINS, 1994) ⁴⁶.

Mas mesmo que o golpe militar tenha “golpeado a luta camponesa”, os conflitos eram inevitáveis (MARTINS, 1989); foram postergados até que alianças e aliados se definissem. Desde a década de 60 a Igreja Católica atuava junto aos trabalhadores rurais através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nos anos 70, organizações ligadas à Igreja, a CPT e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), passaram a dar um apoio mais consistente às comunidades envolvidas em conflitos de terra, aos seringueiros e aos índios. Com relação aos seringueiros, a Igreja fortaleceu os grupos locais através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e pôs em contato as comunidades dispersas, constituindo-se num aliado importante na organização da resistência (DINIZ, 1994; SCHMINK et al., 1992). Também na década de 70 a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) instalou delegacias regionais nos Estados Amazônicos exercendo importante papel na assistência jurídica e na organização dos primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) (CÁRDENAS, 1997; LIMA, 1997). Conforme explicou um antigo participante do movimento

“No começo [dos anos 70] a organização era nas Comunidades Eclesiais de Base mas “e em 75 nós começamos a perceber que a Igreja tinha um certo limite de atuação e a gente passou a discutir a questão do sindicato... o primeiro foi fundado em Brasília” (Moradi da Reserva Chico Mendes).

Crescia a organização dos índios graças a encontros nacionais que levaram à criação da União das Nações Indígenas (UNI) em 1980. Os seringueiros, em torno dos STR, progressivamente se organizavam e se mobilizavam pela manutenção dos seringais - luta que levou à criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1985.

“Era só enfrentamento, nós não tínhamos tempo para discutir uma alternativa...”

⁴⁶“A peonagem se configura quando as condições propriamente servis das relações de trabalho dominam o relacionamento entre o peão e a fazenda (...) a condição de escravo emerge à consciência do trabalhador quando ele se dá conta de que não tem liberdade de deixar a fazenda, mesmo abrindo mão de qualquer ganho, pois se encontra endividado. Essa consciência emerge quando os pistoleiros da fazenda exibem armas ostensivamente ou tortura na frente dos demais os que eventualmente tenham tentado escapar sem pagar o débito...” (MARTINS, 1994: 17)

desenvolvimento. Era preciso uma entidade para levar a questão para fora da Amazônia. Em 85 teve a reunião do CNS em Brasília. O primeiro movimento foi o Projeto de Assentamento do Extrativista do INCRA mas havia uma discussão sobre a questão fundiária. Nós achamos que teríamos que nos espelhar nas reservas indígenas” (Morador da Reserva Chico Mendes).

Num momento de reabertura política no início dos anos 80, o clima mais favorável ao debate e aos grupos de oposição no plano nacional coincidiu com uma nova fase de movimentos de organização e resistência na Amazônia (SCHMINK et al., 1992: cap 4). A luta de seringueiros e índios por sua territorialidade, que Becker (1990) considera como uma forma de resistência à ação do Estado, começou isoladamente, nos locais dos conflitos, foi se constituindo numa resistência nacional - própria dos Índios (CIMI), própria dos seringueiros (CNS) e culminou em 1989 com a formação da “União dos povos da Floresta”.

Na década de 80, aos movimentos dos índios e seringueiros, fundamental para a criação da categoria de Reserva Extrativista, somam-se outras lutas e organizações que, na década de 90, foram importantes para a criação das reservas Maranhenses estudadas. Em 1988 o Movimento Negro encaminhou à Assembléia Nacional Constituinte uma proposta para garantir os territórios das comunidades negras rurais.

Como resultado do movimento, foram criados o Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias trata da regulamentação das Terras de Quilombos, e os Artigos 215 e 216 da Constituição, que tratam da preservação cultural das Comunidades Negras, incluindo os remanescentes de Quilombo. No mesmo ano o Ministério da Cultura criou a Fundação Palmares para a promoção de políticas de valorização da população negra e para identificação e reconhecimento das áreas solicitadas e, ainda em 1988 o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), fundado no final dos anos 70, criou o Projeto Vida de Negro (PVN) com apoio da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH). O PVN fez um importante trabalho de mapeamento das comunidades rurais no Maranhão e passou a se dedicar para assegurar a propriedade dos territórios aos Quilombolas através da reivindicação de titulação coletiva das áreas. Mas apesar da

organização e instrumentos criados, o Movimento Negro encontrava o mesmo tipo de problema enfrentado pelo CNS: a inação do INCRA na titulação das áreas - característica que se reproduziu nos anos 90 (CCN 1998).

No Maranhão a tensão e a violência no campo foi aguda pelo confronto dos camponeses índios com os fazendeiros. A presença da SMDH foi (é) importante por tentar garantir a justiça no campo (SMDH, 1999); os STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), para organizar os camponeses e fazer frente a grandes proprietários. Um dos focos de tensão era a região de Imperatriz próximo ao Pará e o Tocantins. Ali, o INCRA, nos anos 70 e 80, e o Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins - GETAT (criado no governo Figueiredo) não conseguiram acabar com problemas fundiários. As reservas de Frechal e Ciriaco - resultam da mobilização destes dois movimentos.

Merece destaque o papel das ciências sociais, particularmente dos antropólogos (LEIRNE 1995), tanto no estudo das populações nativas - inseridas no contexto da ocupação da Amazônia mas marginalizadas nos planos de desenvolvimento - quanto pela relevância na organização das comunidades. Entre 1970 e 1980, funcionaram como intermediários entre comunidades locais e entidades governamentais; assumindo o papel de *“elaborar, encaminhar e negociar projetos através de barreiras políticas, culturais e institucionais”* (ALMEIDA, 1992a: 115) e de formar organizações como o Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia (CEDOP), o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), e o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) - este último, uma importante ponte entre o CNS e os órgãos nacionais e internacionais⁴⁷. A importância se atesta pelos trabalhos científicos realizados (ALLEGRETTI, 1979; ALMEIDA, 1992b), pela ação individual

⁴⁷ O IEA foi de grande valia para o fortalecimento do CNS e para a definição da categoria de Resex. No Seminário realizado pelo IEA em Curitiba em 1988, voltado para a operacionalização da proposta de implantação de Reservas Extrativistas, discutiu-se a inclusão do modelo na legislação ambiental e redigiu-se a “Carta de Curitiba” importante síntese das reflexões (IEA 1988). O relatório do evento marca a participação de “dois atores centrais na trajetória da proposta das Resex: trabalhadores extrativistas e assessores diretos (pesquisadores e técnicos de ONGs) que trabalharam em conjunto. Destaca que o projeto reúne “diferentes atores sociais” que compartilham interesse em levar adiante o processo de criação das reservas mas que não necessariamente dão o mesmo grau de prioridade às Reservas, assim como em cada Estado a aplicação da proposta adquire características peculiares contextuais.

(Mauro Almeida e Mary Allegretti, com o CNS e Reservas acreanas; Alfredo Berno de Almeida com o PVN), e pelas ações institucionais feitas pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - que institucionalmente também se fortalecia na década de 80 em defesa dos direitos indígenas e das populações camponesas. Pela iniciativa dos profissionais da área, que vieram a se tornar importantes consultores das instituições de apoio às populações, e pelas denúncias, artigos e eventos organizados pela ABA (ABA 1986, 1987, 1989, 1990), grupos locais foram vistos e reconhecidos, instituições de apoio foram organizadas e a categoria de Resex, criada.

A união do movimento aos ambientalistas, já na década de 80, com Chico Mendes, desencadearam um conjunto de ações que repercutiram internacionalmente a ponto de abalar a relação com as agências financiadoras dos grandes projetos de desenvolvimento da Amazônia que passaram a exigir demarcação de terras indígenas e áreas de conservação para liberação de empréstimos (DINIZ, 1994), o que contribuiu para que um movimento local de resistência, originasse uma mobilização internacional e uma categoria de Unidade de Conservação Ambiental.

Segundo Velho (1983) a noção de “resistência” correntemente utilizada para caracterizar a atitude do camponês frente ao avanço do capitalismo é excessivamente simples, dicotômica, para dar conta da variedade de situações e estratégias adotadas. *“Resistência supõe uma atitude única de um ator único diante de atores também únicos”* (VELHO, 1983: 34). Entendo que a crítica é oportuna para chamar a atenção para a variedade de “atores” e interesses entre os extrativistas, mas da perspectiva do projeto de desenvolvimento regional o conjunto das suas ações significaram uma reação, senão resistência. Ao abordar os “vários interesses na fronteira”, Schmink (1992) distingue os conflitos entre os membros de um mesmo “stratum” (por exemplo, a disputa de uma área por garimpeiros e índios) daqueles que ela considera como resistência. A resistência, que pode assumir formas violentas ou não, ocorre quando membros de um grupo subordinado reage contra o “stratum” dominante que se apropria de recursos ou determina regras para a exploração dos recursos (por exemplo, conflitos entre um fazendeiro e camponeses pelo

acesso à terra, pelo uso da floresta). Isso é bastante adequado para situar o processo de criação do modelo de Resex nas disputas em fronteira: uma reação à uma forma de apropriação de recursos. Usando os “empates”⁴⁸ como metáfora, foi a mobilização - imobilização - dos seringueiros na floresta que fez o mundo ver as consequências sócio-ambientais do desenvolvimento regional.

A reação dos seringueiros assumiu feições locais (para resolver problemas locais e inimigos próprios) a princípio, tendo cada região onde hoje há uma reserva sua própria história de luta. Mas a existência do CNS atesta como um movimento bem localizado (em Xapuri e Brasiléia) e em pouco tempo se articulou com reivindicações similares no próprio Estado do Acre e em outros Estados da Amazônia e se fortaleceu com alianças externas aos seringueiros. A categoria Resex, originalmente pensada em função dos problemas dos seringueiros, agregou os grupos que tinham em comum a luta pela terra e o fato de que a integridade dos recursos em disputa se via ameaçada pelo modelo de desenvolvimento concentrador; o que depois veio a permitir a criação de Reservas Extrativistas em regiões fora dos seringais e onde o extrativismo não era mais característica predominante. É certo que as alianças, principalmente com ambientalistas, não são fáceis. É certo que mesmo as reservas não são vistas do mesmo modo pelos diferentes agentes e nem mesmo existe unanimidade entre seus moradores.

O choque de interesses de *“Povos da floresta, ambientalistas nacionais e mundiais, governos estrangeiros e firmas detentoras da tecnologia moderna convergem na defesa do patrimônio amazônico, embora com interesses diversos.”* (BECKER, 1990: 94). *“O que assistimos mais recentemente é a uma profusão de atores com discursos distintos, procurando, das mais diversas maneiras, legitimar, ou tornar senso-comum, uma idéia sobre o que é, como é, e o que é o desenvolvimento sustentável.”* (SOUZA, 1990: 10).

⁴⁸Em 1976 foram criados os primeiros STRs em Rio Branco e Cruzeiro do Sul, e o sindicalismo foi adquirindo grande importância para a organização dos seringueiros no Acre. Sob a presidência de Wilson Pinheiro, o Sindicato Rural de Brasiléia realizou o primeiro empate: no seringal Carmem 60 seringueiros detiveram a derrubada de cerca de 10 mil ha de floresta. Depois deste, outros ocorreram motivando reações violentas dos fazendeiros e mortes de vários líderes. Na década de 80, com o fortalecimento do STR de Xapuri e a liderança de Chico Mendes, o empate adotado como forma principal de resistência e ação coletiva (CÁRDENAS, 1997; LIMA, 1994; SOUZA, 1990).

deve ser a Amazônia” (LEIRNER, 1995: 119)

O processo de resistência e de busca de meios viáveis para a manutenção de populações locais se verifica também na história da criação de cada unidade.

Na região de Xapuri, de grande importância para a conquista das terras bolivianas que vieram a constituir o Estado do Acre, está a Resex Chico Mendes, berço do movimento dos seringueiros autônomos que reagiram ao desmatamento; à transformação da mata em pasto; contra pecuaristas e a especulação; contra os projetos de colonização do INCRA. Na Reserva Chico Mendes o surgimento da UC se confunde com a história da criação do próprio modelo de Resex. A Reserva se formou pela conquista sucessiva de seringais reivindicados por Chico Mendes e pelo movimento dos seringueiros, conforme ocorriam os empates, a organização institucional (Sindicatos Rurais e Conselho Nacional dos Seringueiros) e as discussões e ações em escala nacional que levaram a criação do PAE (INCRA) e da Resex (IBAMA). Parte significativa dos seringueiros por ali eram “seringueiros autônomos”, ocupavam as colocações como posseiros em função dos antigos patrões terem abandonado e/ou vendido os seringais aos empresários de fora do Estado. Tinham como principal inimigo os fazendeiros “paulistas” que trocavam mata por pasto, seringueiras por gado.

A região do Alto Juruá, literalmente na fronteira Amazônica, o isolamento dificultou a organização mas não impediu que os seringueiros dali também se envolvessem diretamente na criação do modelo de Resex - tanto que Alto Juruá foi a primeira reserva decretada. Os antecedentes são diferentes daquele verificado na região de Xapuri pois no vale do Juruá a organização em seringais com patrões prevaleceu até o final da década de 80. Assim, a ação não era diretamente contra a expulsão do seringueiro por fazendeiros mas ainda contra a exploração pelo seringalista. Os seringueiros reagiam contra a cobrança de renda, algumas vezes de forma radical: suspendendo o pagamento coletivamente.

Em Guajará-Mirim, cidade surgida em função da abertura da Ferrovia Madeira-Mamoré

mas mantida à margem dos projetos de colonização levados a cabo no Estado de Rondônia, este Resex Rio Ouro Preto. Ali, arrendatários ainda mantinham a produção da borracha nos princípios e antigos Soldados da Borracha reivindicavam direitos (terra e aposentadoria). Seguindo estratégia de expandir o movimento do eixo Brasília-Xapuri para outras porções da Amazônia onde se experimentava o mesmo tipo de problema e reivindicações, os líderes do C articularam-se às lideranças locais dos seringueiros dispersos pelo município e em seu entorno. A organização local foi tardia⁴⁹ se comparada com a verificada no Acre, em larga medida estimulada externamente (pelo CNS), e não genuinamente interessada no direito de uso.

No Amapá, na região de domínio do Projeto Jari, está a Resex Rio Cajari onde populações extrativistas (caboclos do delta do Amazonas e imigrantes cearenses) viram-se às voltas com restrições impostas pela grande empresa e com as ações de fazendeiros e industriais que invadiam a área extrativa. A Rio Cajari é parte da luta dos sindicatos dos trabalhadores rurais para tirar as terras das mãos da Jari e daqueles que as compraram posteriormente. A grande empresa, o grande projeto apoiado pelo Estado era o principal inimigo dos STR locais em aliança com o CNS. A ação conjunta, integrou a região onde hoje está a Resex do Rio Cajari ao debate sobre alternativas para a ocupação da terra já na metade da década de 80, o que num primeiro momento resultou na criação de três PAE - hoje vizinhos da Resex.

Enquanto a criação das reservas Alto Juruá, Chico Mendes, Rio Ouro Preto e Rio Cajari está diretamente ligada ao movimento dos seringueiros, ao cenário de valorização da questão ambiental na Amazônia, ao condicionamento de financiamentos estrangeiros à definição de unidades de conservação dos anos 80, a criação da Resex do Ciriaco e de Frechal corresponde a um segundo momento. As quatro primeiras foram decretadas em 1990, no final - mesmo - governo do Presidente José Sarney. As outras duas foram decretadas pelo Presidente Fernan

⁴⁹ Em 1989 realizou-se o 1º Encontro dos Seringueiros de Guajará-Mirim, invariavelmente mencionado pelos interlocutores como o marco inicial do surgimento da RESEX do Rio Ouro Preto. O Encontro fora marcado no ano anterior pelo próprio Chico Mendes, conforme faziam questão de enfatizar, e realizou-se sob a agitação da morte do líder.

Collor, às vésperas da Rio 92, num pacote de Reservas que buscava: apaciar pelo menos em parte os conflitos fundiários na região fronteira dos Estados do Pará, Tocantins e Maranhão (Resex Ciriaco mais Extremo Norte do Tocantins e Mata Grande), onde índios, extrativistas, pequenos lavradores (posseiros) vindos de outras regiões em busca de terras livres se chocaram com grandes pecuaristas; atender parcialmente as reivindicações dos movimentos dos quilombolas - as quais as convencionais instâncias de regularização fundiária não estavam preparadas ou dispostas a atender (Quilombo do Frechal); e, é claro, apresentar um conjunto de medidas “ambientalmente corretas” na Conferência.

As duas unidades representam a ampliação do escopo original das Reservas Extrativistas, um fato que alguns membros do CNS (seringueiros) avaliaram como comprometedor, ou um oportunismo, que pode comprometer a proposta pois não beneficiam populações realmente extrativistas. Mas se existem diferenças, existe um forte motivo para a união, segundo um ex-seringueiro do Amapá,

“O camponês é obrigado a desmatar porque o solo é a matéria-prima dele. Tem extrativista que é roceiro, da colocação usa uma parte para fazer sua roça. Para o seringueiro a roça é uma complementação da dieta e para o agricultor o extrativismo é o complemento da renda. Mas no enfrentamento do latifundiário se juntam o CNS, os Sindicatos, as Federações dos Trabalhadores.” (Liderança - Rio Cajari)

E nesta reunião, a adoção da categoria de Reserva Extrativista constituiu-se numa forma de garantir o acesso à terra.

Entre os moradores da Reserva do Quilombo do Frechal, a narrativa de criação de seu movimento e da própria Resex tem um marco inicial a formação do Quilombo, símbolo da resistência e da luta evocada pela comunidade rural de Frechal que se mobilizou no final da década de 80 contra a opressão de um novo fazendeiro, um suposto proprietário. A união que levou a criação da unidade e depois à regularização da área. O alto grau de coesão dos moradores da vila Frechal fica evidente ao longo do processo de luta pelo reconhecimento da área (PVN, 1996), é bastante enfatizado entre aqueles que acompanharam e analisaram o processo

(MALIGHETTI, 1998), e se mostrou fundamental para a regularização da unidade: em 1994, diante da inação do IBAMA e da possibilidade de invalidação do processo de criação, invadiram a Superintendência Estadual em São Luís onde permaneceram até que o dinheiro para desapropriação da fazenda foi liberado. Na Resex Ciriaco, muitos dos moradores chegaram em 1965 e 75 em busca de terras livres e melhores condições de vida. A presença dos moradores contraria o processo de concentração fundiária que impera na região, tomada pela pecuária. O antagonismo com os fazendeiros se marca pelo conflito fundiário e pelas divergências quanto ao uso dos recursos: a pecuária impedindo (ou dificultando) a produção extrativista, a coleta de babaçu. Como os moradores de Frechal, os de Ciriaco se organizaram com a ajuda de Sindicato e organizações de direitos humanos. Foram à Brasília e com o apoio do Ministro do Meio Ambiente conseguiram garantir a criação da Reserva em 2002.

Mas a garantia da terra custou a contrapartida da manutenção dos recursos, o que põe em relação ocupação, desenvolvimento e preservação ambiental; impôs o desenvolvimento sustentável como modelo, e o extrativismo como meio de realização do modelo.

O mérito do extrativismo

Nos séculos XVI e XVII a exploração da Amazônia foi feita por espanhóis, portugueses, franceses, ingleses, alemães e holandeses à cata de produtos florestais, as Drogas do Sertão. Na lista de produtos demandados destacavam-se, a canela, cacau nativo, baunilha, plumagens, óculos de tartaruga, tabaco. O extrativismo era uma atividade econômica voltada para o mercado externo, assim como as subsequentes tentativas (século XVIII) bem ou mal sucedidas de plantação de cacau, cana-de-açúcar e algodão (SANTOS, 1980; SLATER, 2002). Contra o gerenciamento colonial do vale Amazônico pesava o relativo isolamento que tornavam os fretes em Belém mais caros do que em Recife e Salvador, assim como as dificuldades de manutenção de culturas

ambiente da floresta (Santos 1980)⁵⁰. O cultivo passou a prevalecer sobre a antiga economia extrativista até que a descoberta do processo de vulcanização (1839, Charles Goodyear) propiciou a viabilidade comercial da borracha nativa (SLATER, 2002). A Amazônia teve um impressionante crescimento no seu nível de renda e experimentou um povoamento “*extremamente móvel e vigoroso*” pois a demanda européia era atendida com uma produção extrativista “extensiva” que exigia expansão territorial para o aumento da produção (SANTOS, 1980). Em seu início, a exploração do caucho era predatória e esgotava as áreas extrativas, o que levou à expansão ao longo dos cursos dos rios amazônicos, subindo os rios Acre, Purus e Juruá em busca de novas áreas produtoras (LIMA, 1997: 18).

Entre o extrativismo de coleta e o de aniquilamento (HOMMA, 1989)⁵¹, o entendimento da ocupação amazônica e exploração dos recursos florestais não pode perder de vista as ambivalentes reações que a própria floresta tem provocado ao longo do tempo. “Inferno verde” ou “paraíso na terra”; barreira à fixação e ao desenvolvimento ou fonte de belezas inspiradoras, espécies e recursos a desvendar, explorar e preservar. Sentimentos geralmente associados a constatação da grandiosidade da Amazônia alimentaram mitos e expedições em busca do El Dorado, despertavam o fascínio dos naturalistas (SLATER, 2002) e, por que não dizer, encontram-se no ambientalismo contemporâneo. Tais ambivalências revelam-se também na relação entre extrativismo e cultivo - ou entre extrativismo versus cultivo.

De forma concreta, o extrativismo é geralmente tomado como elemento importante da expansão territorial mas uma forma de exploração pouco eficiente na fixação da população, na

⁵⁰A experiência do Vale difere daquela da Província do Maranhão, que tinha um setor agrícola mais desenvolvido. No litoral havia o cultivo de cana-de-açúcar e, posteriormente, o algodão para atender a demanda norteamericana e inglesa (SANTOS, 1980). Ainda assim, a coleta figura como importante fonte de renda no período colonial e também na primeira metade do século XX com o côco da babaçu e a cera da carnaúba, ambos para o mercado internacional. No começo do século destacavam-se Alemanha e Dinamarca como compradores. Na década de 30 o mercado norte americano se expandiu até ao término da II Guerra, quando houve diminuição da produção dada a concorrência de produtos sintéticos e outras plantas oleoginosas (IBGE 1957).

⁵¹O extrativismo de “coleta” mantém a integridade do exemplar que gera o recurso (por exemplo, a seringueira, o babaçu e a castanha brasileira); no de “aniquilamento” destrói-se a matriz do recurso econômico (extração da madeira).

ocupação de fronteiras. Já o cultivo (produção agropecuária sistematizada e a domesticação espécies florestais) é tido como uma forma mais eficiente economicamente e mais adequada ocupação.

Exemplos não faltam. A coleta de cacau silvestre “*a que os portugueses chamavam bravo por oposição ao obtido pela agricultura, chamado manso*” prevalecia ao cultivo em função adversidade ambiental e de certa “*tradição colonial extrativista*” imediatista (SANTOS, 1980: 11) sendo a produção extrativista posteriormente foi sufocada pela produção sistematizada no litoral Bahiano. Com a borracha, o extrativismo extensivo, nômade e predatório (COSTA SOBRINI, 1992) levou à expansão territorial até o Acre mas muitos dos nordestinos pioneiros povoamento, fugidos das secas de 1877 e 1888, ocuparam os seringais apenas até a depressão econômica do início do século XX (BENCHIMOL, 1981; SANTOS, 1980). Não havia um projeto de colonização governamental para “*fixar o homem à terra*” e os seringueiros nordestinos “*Vinham guiados por propósitos imediatistas, sem nenhuma preocupação no sentido de uma permanência definitiva na região. Almejavam enriquecimento rápido, para então retornarem à sua terra de origem...*” (LIMA, 1997: 20). A exemplo do ocorrido com o cacau, a produção extrativa da borracha não resistiu à concorrência da produção organizada na Ásia, e a crise nos seringais silvestres provocou perda populacional no Pará e no Acre e crescimento urbano de modo geral nos Estados da Amazônia (BENCHIMOL, 1981). O movimento em direção aos seringais e para fora deles repetiu-se com a “Batalha da Borracha”, durante a Segunda Guerra Mundial. Na década de 50, com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA a tarefa foi integrar e desenvolver. Segundo o SPVEA o problema era o modo de produção extrativista e a agricultura era a solução para a Amazônia⁵². Raciocínio similar regeu a política de ocupação

⁵²Ao longo do século XX não faltam tentativas de transformar o extrativismo da borracha em agricultura: Campanha Nacional para a defesa da borracha (1909) proposta pelos governos estaduais para estimular o cultivo seringueiro e fazer frente à expansão asiática. A Ford Industrial Company of Brazil, criada por Henry Ford, com uma concessão gratuita do governo brasileiro (Fordlândia, início em 1926). O Programa de Incentivo à Produção da Borracha - PROBOR (1972) com recursos para estimular a produção por cultivo intensivo (CÁRDENAS, 1997: 183).

desenvolvimento das décadas subseqüentes.

De maneira mais abstrata, cultivo e extrativismo envolvem representações da floresta enquanto barreira ou aliada. Positivamente, o cultivo pode ser entendido como sinal da domesticação do espaço, de superação dos limites naturais, uma vitória sobre o meio, um indicativo do desenvolvimento humano; o extrativismo, como sinal de conhecimento e respeito das dinâmicas da natureza, uma via para a conservação. Negativamente, pode o cultivo simbolizar a perda de biodiversidade, o desrespeito ao ambiente; e o extrativismo, formas atrasadas de vida e interação com o meio.

Extrativismo e cultivo representam formas distintas de ocupar o espaço e manejar os recursos, ocasionando diferentes graus de degradação ambiental (na cobertura florestal, sobretudo). É evidente o desflorestamento no caso das pastagens e agricultura e, conforme a intensidade da exploração e as técnicas utilizadas, o extrativismo pode ter efeito para a preservação dos recursos. O problema é saber se esse extrativismo pode proporcionar desenvolvimento e manutenção das população nas Resex.

Há uma corrente descrente que o extrativismo possa proporcionar desenvolvimento (HOMMA, 1992). A opinião se sustenta na crítica economicista ao extrativismo, na sua incapacidade de competir com alternativas cultivadas e com os substitutos sintéticos. Entre os defensores do extrativismo e das Resex, rebate-se a crítica da viabilidade econômica com o argumentando-se que o extrativismo não tem apenas uma função econômica mas ecológica e social (ALLEGRETTI, 1992; ALMEIDA 1994b), ponto de vista que se reforça por análises de viabilidade econômica feitas na Resex Chico Mendes que contemplam o capital natural e os serviços ambientais do extrativismo (REYDON & MACIEL, 2002).

Na verdade o que se propõe nas Resex é um neo-extrativismo (RÊGO, 1996), a construção de uma nova base tecnológica; de um extrativismo com uso múltiplo da floresta e combinado às práticas agrícolas de baixo impacto. O significativo nessa definição do extrativismo, e de sua

função socioeconômica e ecológica, é que:

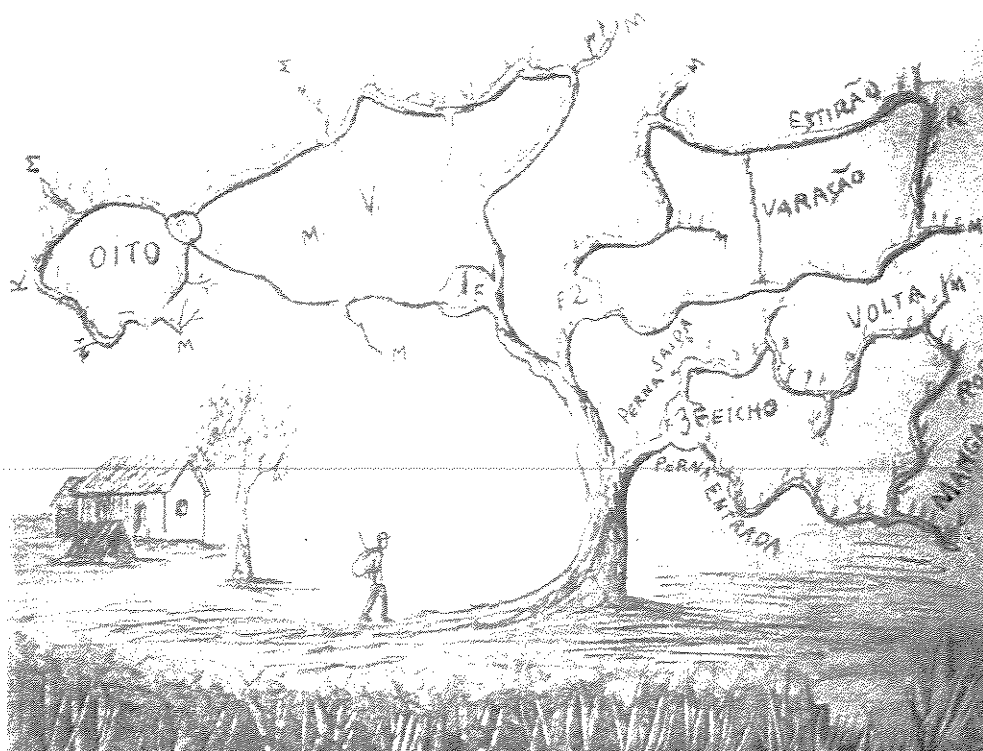
“O ponto de partida para a redefinição do extrativismo como atividade de caráter sustentável na Região Amazônica foi uma revisão nos conceitos tradicionais, surgida na metade dos anos 80, na Amazônia, no bojo de um movimento social em defesa da sobrevivência na floresta, liderado por seringueiros” (ALLEGRETTI, 1992: 150).

Torna-se inevitável transportar a relação extrativismo e cultivo para as reservas extrativistas. Quando da criação do modelo, as reservas fundamentaram-se na capacidade do extrativismo em conservar os recursos, manejando-os de forma sustentável, e em manter a população extrativista na floresta. Contra a tendência à crença na ineficácia do extrativismo, opôs-se à transformação no modo de ocupação e ao uso agropecuário (as grandes pastagens, os assentamentos em lotes). A definição da Resex é uma vitória do argumento de que a floresta não é um empecilho ao desenvolvimento e que o ser humano pode não ser um destruidor da floresta. Que o respeito às dinâmicas da natureza não precisa se associar a “formas atrasadas” de uso dos recursos mas a um modo tradicional, pouco intenso e pouco denso de ocupação. Um modo de organização do espaço que não pressupõe a remoção da floresta mas se combina a ela, à distribuição não homogênea de seus recursos, aos seus diferentes lugares.

Inevitável pensar na “colocação” enquanto unidade territorial de produção (CÁRDENAS 1997), composta por locais de moradia e produção (estradas de seringa), enquanto unidades de cooperação e base para a organização social (ALMEIDA 1992b), que organizam o espaço e as relações entre seus ocupantes de modo que o resultado sobre a cobertura florestal é bastante diferente do desmatamento que normalmente se verifica nos assentamentos em lotes do INCRA (do “tipo espinha de peixe”). Sem fronteiras visíveis ao forasteiro, uma colocação inclui o agrupamento de casas, as estradas de seringa, as roças, áreas de uso comum como rios e locais de caça. A lógica de ocupação das colocações, das estradas de seringas, das “pontas” de castanha é outra:

“A estrada não vai reto. Ela vem lá, vem cá...” (Morado da Resex Alto Juruá)

Figura 9: Representação de uma estrada de seringa



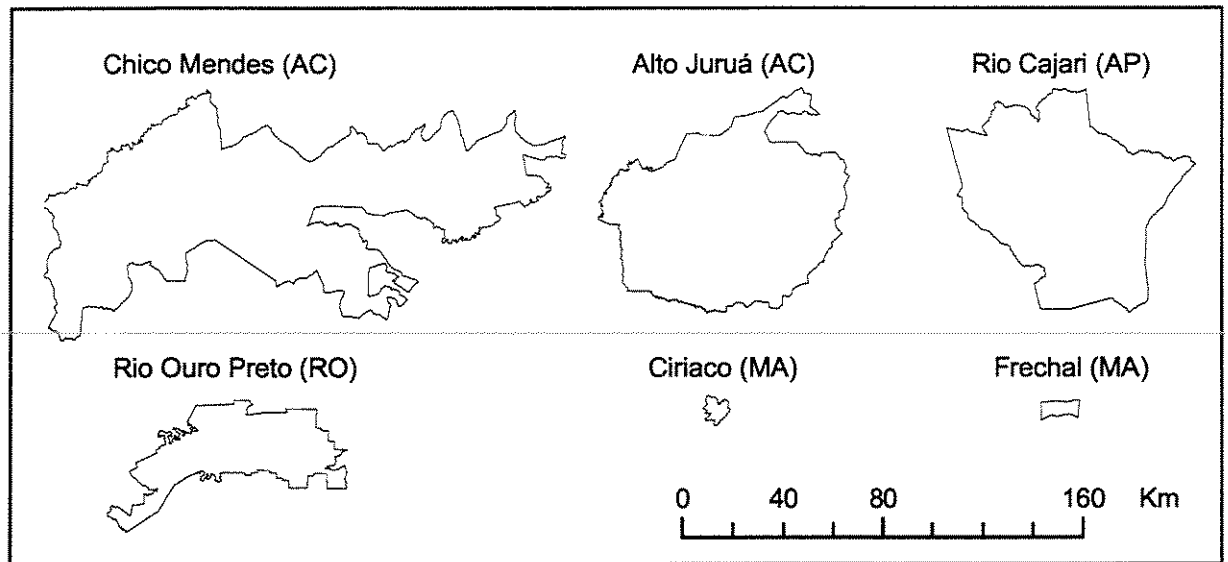
Na analogia da estrada de seringa com a própria seringueira, uma sensível representação da estrada e da sua integração com a lógica de dispersão de recursos da mata (MELO 1985 : 41).

Distribuição populacional

Para abordar aspectos relativos ao tamanho, características gerais e distribuição das populações nas Reservas é preciso mencionar que elas apresentam características distintas com relação aos recursos disponíveis.

A começar pelas dimensões, a Figura 10 mostra quanto as quatro unidades do Projeto Resex são maiores que as duas unidades maranhenses. Ciriaco e Frechal correspondem a pequenas frações das Reservas do Acre, Rondônia e Amapá. Entre as quatro primeiras, Chico Mendes é a maior; Alto Juruá e Rio Cajari tem tamanhos similares, enquanto Rio Ouro Preto é menor.

Figura 10: Resex consideradas - comparação de tamanhos



O tamanho da Reserva, assim como a densidade e distribuição dos recursos disponíveis influencia a possibilidade de existência da atividade extrativista e, esta, ajuda a entender a distribuição humana. As quatro reservas maiores foram criadas segundo a lógica das “colocações” e “estradas” de seringa, cujas áreas variam em função do número de seringueiras disponíveis (de estradas de seringas existentes) entre outros recursos. Em média, diz-se que uma família necessita de 300 ha e tal área média vem sendo usada como medida desde as reivindicações do INCRA na década de 80. A distribuição dos recursos (por exemplo: há baixa densidade de seringueiras por ha e a distribuição não é homogênea) e o tipo de uso que se faz deles (há áreas de uso comum e algumas estradas se cruzam, por exemplo) tornava inviável o modelo do INCRA pois os lotes eram pequenos para o uso que os seringueiros fazem da terra (floresta) e porque os lotes “geométricos” cortavam a terra e a lógica da distribuição “irregular” dos recursos florestais utilizados⁵³.

⁵³“Para o INCRA as árvores naturalmente distribuídas na floresta, como as seringueiras, não eram prova de ocupação e por este motivo, as estradas não constituíam um argumento para a legitimação e legalização das propriedades” (CÁRDENAS, 1997: 141). “... O INCRA denominava o seringueiro como posseiro e o seringalista como

Existe neste tipo de ocupação de espaço um ajuste entre população e natureza, possibilitado pelo modo de vida e produção extrativista,

“traduzido em baixa densidade demográfica e baixo impacto técnico sobre a natureza. Esses dois fatores baseiam-se no uso de técnicas não predatórias de coleta animal e vegetal (em áreas de 300 hectares em média por família) combinado com ilhas diminutas de domesticação (em roçados em uso de cerca de 2 hectares por família), além de zonas que, raramente freqüentadas, funcionam como reservas de caça” (CUNHA et al. 2002: 18).

Depreende-se que a extração sustentável em tais áreas, segundo a sua tradição, associa-se a um número restrito de extratores, à baixa densidade populacional (CUNHA et al. 2002: 21); mas que a distribuição humana não é homogênea, ela segue os usos e as características espaciais. Tal constatação, por um lado, sustenta o argumento que as condições de uso ideais das Resex (baseadas no uso tradicional) habilitam tais unidades ao combate do desmatamento mas não à absorção de migrantes nem a um adensamento humano (FEARNSIDE 1992). Por outro lado permite transpor para o interior das unidades a lógica do zoneamento, ou de um mosaico com peças menores, o que ajuda a perceber como até mesmo os desmatamentos (para roças, bem entendido) compõem um quadro que só se pode ver pela ampliação do tempo da análise. A pequena roça aberta na mata mantêm-se por dois ou três anos quando é abandonada para dar lugar à mata secundária (capoeira) num ciclo que pode se manter por muitas gerações sem que se utilize porção significativa dos 300 ha propostos por família.

A situação é muito diferente em Ciriaco e Frechal. São unidades menores que preservam apenas pequenas porções de mata (primária e secundária) que se combinam às áreas há muito tempo cultivadas e às outras transformadas em pastagem. A dispersão populacional é menor; há maior concentração em vilas, até mesmo em função da localização das áreas em seus municípios. Mas até nelas o mosaico se aplica conforme as comunidades passam a adotar o extrativismo e a

detentor de domínio por ocupação. Esse trato diferenciado estava baseado nos argumentos de animus domini ou espírito do dono, que segundo os técnicos do INCRA, os seringueiros não possuíam. Em decorrência dessas diferenças na nomeação, isto é, na classificação social dos agentes, para o seringueiro só era reconhecido o direito sobre um módulo dentre 50 e 100 hectares e não a terra que ocupava, e para o seringueiro era reconhecido até o limite máximo permitido de 2000 a 3000ha nos 100 km de cada lado das rodovias federais” (CÁRDENAS, 1997: 142).

sustentabilidade como estratégia para a manutenção da área - o que implica em restringir o uso agropecuário àquelas áreas onde já existam, designar porções degradadas para regeneração e preservar aquelas com cobertura florestal.

A Figura 11 e Figura 12 permitem uma aproximação da distribuição populacional nas quatro unidades do Projeto Resex. Trabalhando sobre os dados produzidos pelo Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA (CSR) e pelo CNPT (1999), e com base nas mesmas categorias anteriormente usadas nos mapas da Amazônia, simulou-se a densidade internamente às unidades, tomando por base a distribuição das colocações, o número de ocupantes por unidade doméstica e a ocupação por seringal - disponível nos cadastramentos do IBAMA. O levantamento foi feito no âmbito do Projeto Resex e revela a situação em que se encontravam as Reservas na segunda metade da década de 90, ou seja, após os anos iniciais das Resex, nos quais a falta de apoio financeiro e a queda do preço da borracha causaram o êxodo das unidades e, entre muitos dos que ficaram, a mudança do local de moradia e mudanças de atividades produtivas.

Figura 11: Distribuição da População na Resex Chico Mendes e Juruá

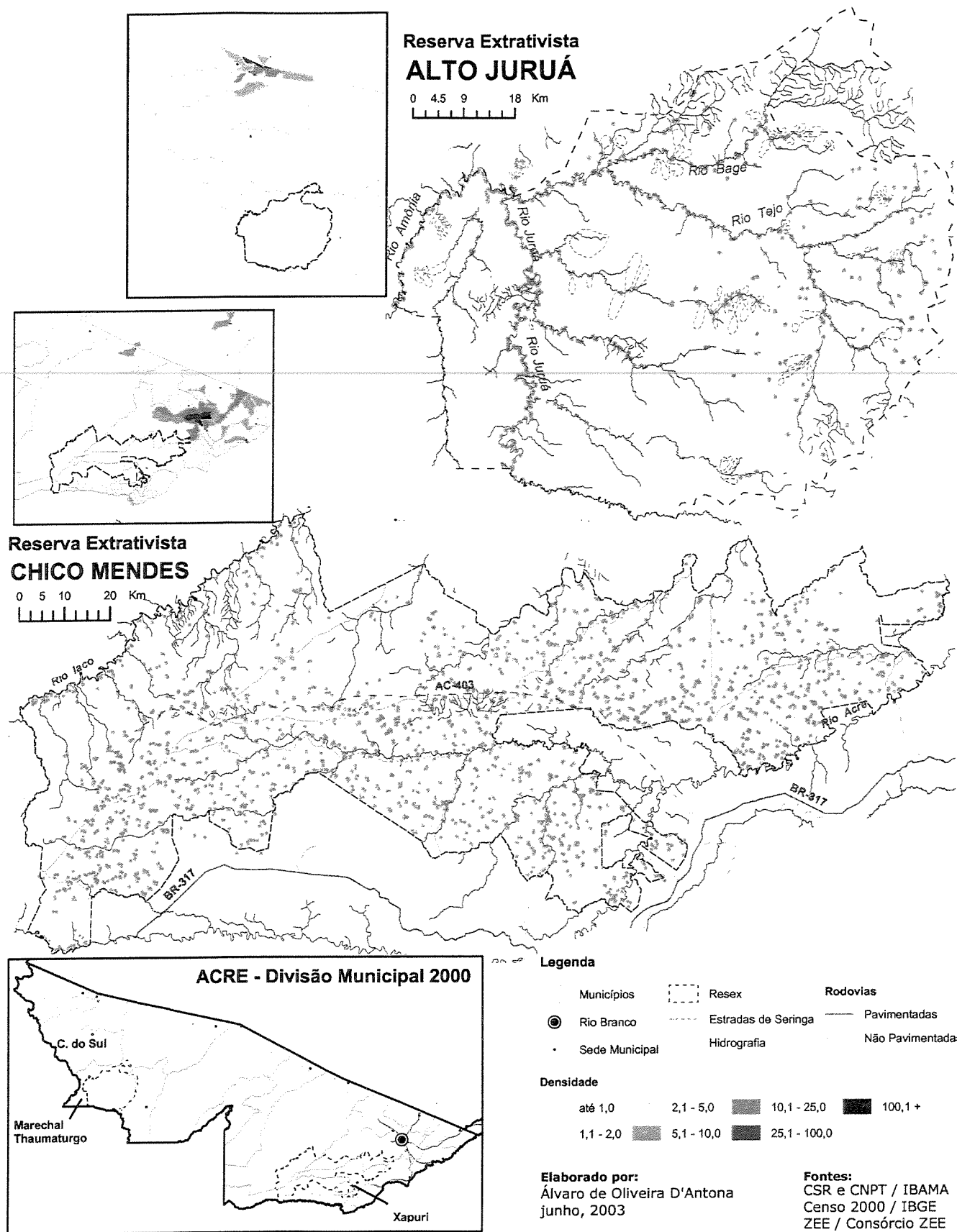
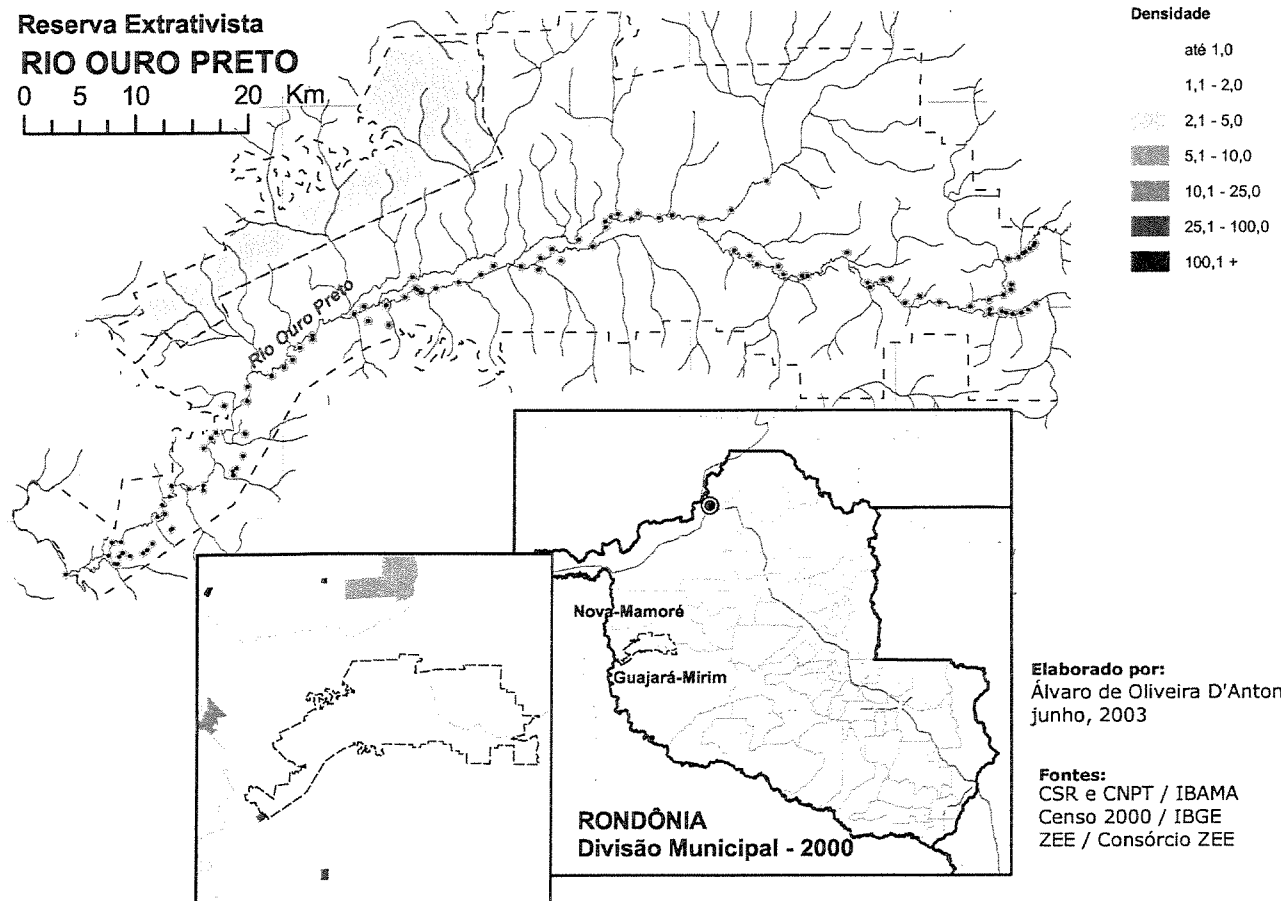
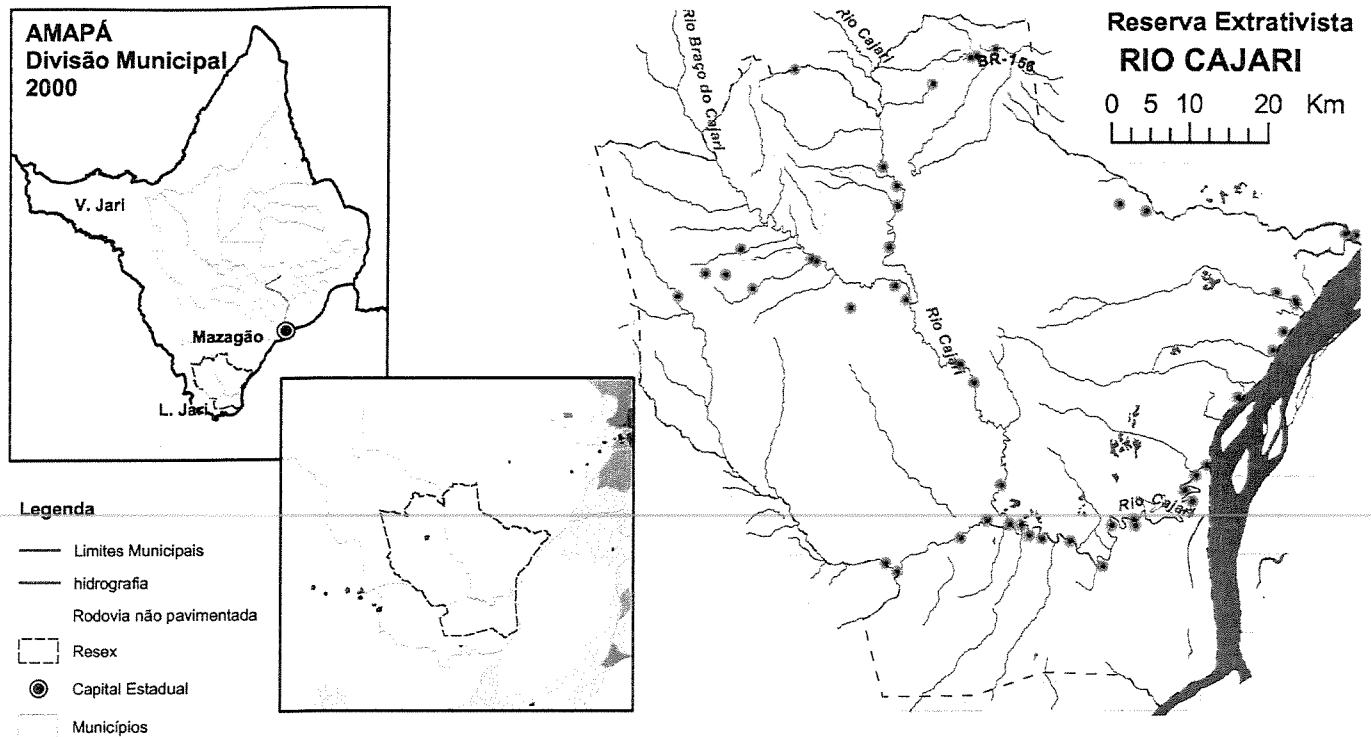


Figura 12: Distribuição da população na Resex Rio Ouro Preto e Rio Cajari



Na Figura 11 vê-se, na parte posterior, informações sobre a Resex Alto Juruá. No quadro menor nota-se como a Resex ocupa parte considerável do município Marechal Thaumaturgo e os dados demográficos do IBGE revelam certa desigualdade na baixa densidade humana dentro da Resex (área mais escura, ao norte, localiza-se a sede municipal de Cruzeiro do Sul). No mapa maior, baseado no Cadastro do IBGE, vê-se como as unidades domésticas se concentram ao longo dos principais cursos d'água, aqueles que permitam um melhor acesso durante boa parte do ano: Rio Juruá e dois afluentes, o Tejo e Bajé. Outra informação interessante disponibilizada pelo levantamento do CNPT é o traçado das estradas de seringa - cuja sinuosidade e localização permitem antever a inadequação do modelo de assentamentos em lotes “irregulares” para a realidade do extrativista.

Mesmo distribuídos ao longo do Rio, não se encontram grandes vilas nem aglomerados de casas na Resex, à exceção de algumas poucas comunidades onde um maior número de casas foi encontrado (Figura 13, “d”).

Ainda na Figura 11, o quadro menor com limite da Resex Rio Ouro Preto mostra como esta grande UC atravessa vários municípios. A densidade é baixa de modo geral, mas maior na parte sul da Reserva, efeito de ocupações externas, junto da Rodovia. Ao contrário do que ocorre com Alto Juruá, a Resex Chico Mendes está bastante próxima à porção densamente habitada, Rio Branco. Na imagem maior, nota-se uma distribuição mais dispersa que a verificada com Alto Juruá, boa parte das colocações estão afastadas dos maiores cursos d'água. As condições de acesso são também diferentes: a região da Chico Mendes é servida por estradas - ainda que estas não beneficiem a todos os moradores igualmente. No quadro na parte inferior da página (mapa do Acre) percebe-se melhor o maior isolamento da Resex Alto Juruá - somente acessível pelos rios, desde a sede de Cruzeiro do Sul.

Na figura 12, metade superior, há a situação na Resex Rio Cajari. No quadro menor (dados do IBGE por Setores Censitários) vê-se que a densidade é baixa como nas outras unidades, exceto

por uma pequena porção na parte superior da Resex, onde se encontra um maior aglomerado, com características rurais: Água Branca, em cujas proximidades habitam 400 pessoas, segundo levantamento do CNPT do Amapá.

A Reserva possui duas situações distintas. Na parte baixa (região do Rio Cajari) a população se espalha ao longo dos rios principais e na porção alta, ao longo da Rodovia que corta a unidade. O mapa da Reserva não dá uma medida tão precisa da dispersão populacional pois pontos tomados pelo levantamento do IBAMA privilegiam os maiores aglomerados de residências, aos quais se orientam um conjunto de outras mais dispersas. Mas vale destacar o respeito ao padrão de proximidade às vias de acesso (estrada e rios) e que mesmo nos maiores aglomerados na parte baixa não existe um grande número de casas (Figura 13, “c”).

Ainda na Figura 12, metade inferior, há a situação da Resex Rio Ouro Preto. No quadro menor observa-se que a densidade é baixa em seu interior mas que nas proximidades existem porções maiores e com densidades próprias de áreas urbanizadas (parte esquerda da Resex). O detalhe com o mapa da Resex revela que a população está concentrada em colocações ao longo das margens do principal Rio, o Ouro Preto. O restante da área (o “centro”) é realmente vazio do ponto de vista da existência de famílias residentes. A área cinza, nesta figura, corresponde a parte que está sendo excluída da Resex por conta de sua descaracterização (desflorestamento e uso agropecuário) provocado por não moradores - antigos assentados do INCRA e especuladores. Importante atentar, por enquanto, que segundo os dados do IBGE (quadro menor) a densidade na área excluída corresponde àquela da porção onde estão os moradores da Resex, os extrativistas. Ali, ao longo dos rios, encontram-se residências dispersas, conjuntos de duas ou três casas (Figura 13 “a”) que se referenciam à sete núcleos, ou povoados.

Comparando a figura de cada unidade com as figuras que as localizam em seus municípios (quadros menores, com dados do IBGE por Setor Censitário), nota-se como a densidade que aparece homogênea nos dados do IBGE, corresponde na verdade a concentrações humanas bem

diferenciadas. Além disso, os Setores do IBGE não correspondem aos limites das Reservas, o que pode induzir ao erro de tomar uma ocupação fora de uma Resex como sendo dentro da mesma. Isso ocorre especialmente com a Chico Mendes, cujas ocupações externas ao sul da unidade (centros urbanos e assentamentos do INCRA) aparecem como sendo dentro da Resex pois os Setores Censitários ali atravessam seus limites. Em compensação, os dados do IBGE para a região da Alto Juruá permitem boa aproximação do que ocorre na Resex.

Entrevistas apontaram que a proximidade de vias de acesso tem grande importância na determinação do lugar da casa. Um rio navegável todo ano ou mesmo um igarapé; uma estrada ou ramais abertos na mata, facilitam o escoamento dos produtos, a comunicação entre moradores. Igualmente relevante é o tipo de recurso utilizado e o modo como se explora o recurso, ou, de acordo com a decadência do mercado da borracha e com a vitória sobre os patrões, refletem as alternativas que os moradores passaram a usar para fazerem frente às mudanças.

Na Alto Juruá a queda do preço da borracha contribuiu para o incremento da lavoura feita nas margens dos rios, constantemente renovadas pelos ciclos das águas. Além disso, os rios são facilitadores no escoamento dos excedentes numa região marcada pela sazonalidade. Os entrevistados informaram que a floresta deixou de oferecer uma alternativa economicamente (comercialmente) viável em função da redução do preço do látex e do fato de não existirem castanheiras na Reserva⁵⁴. A solução foi partir para a lavoura ou abandonar a Resex; o declínio do extrativismo correspondeu ao esvaziamento do “centro” e o movimento para as “margens”.

“O povo se localizava mais pra cortar a seringa. Na época de queda o pessoal veio pra margem, até porque na margem é muito mais fácil para escoar o trabalho da agricultura”. (Membro Associação - Alto Juruá)

Na Chico Mendes, a existência de castanheiras foi, segundo moradores e membros do CNPT o responsável pela manutenção de famílias nas colocações. O preço vatajoso no início da década de 90 incentivou a mudança (ou combinação) do extrativismo da borracha com a coleta

⁵⁴Levantamentos feitos em 1991 e 1993 apontam para a tendência do esvaziamento das colocações de centro, na porção mais delimitada pelo Juruá e Tejo (ALMEIDA, 1994a).

da castanha, pelo menos naquelas porções onde o recurso natural existe. O mapa da Resex acaba por refletir essa maior dispersão decorrente da manutenção do extrativismo como forma predominante de uso e ocupação de áreas florestais mas não revelam que, ao declínio do preço da castanha seguiu-se êxodo da Resex, deslocamentos para porções mais próximas das estradas e também o incremento de atividades agropecuárias.

Na Rio Cajari, o declínio do preço da borracha já na década de 80 provocou ajustes no uso dos recursos, além de êxodo para as cidades. Na parte alta (terra firme) a castanha constituiu-se no principal produto. Na parte baixa (várzeas), o açaí (fruto e palmito) viabilizou-se comercialmente. Não houve significativa mudança no padrão de distribuição da população; novamente, manteve-se o uso extrativista da floresta como base para geração de renda. Outros usos e ocupações coexistem, também de forma diferenciada: os extrativistas de terra firme mostram-se resistentes em assumir a lavoura, enquanto que ao sul esta é uma prática incorporada. Outra atividade que se tem desempenhado (esta indevidamente) é o uso comercial da madeira.

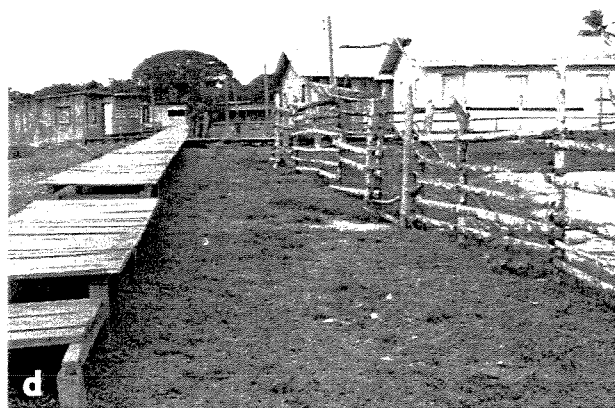
Na Rio Ouro Preto, os seringais estão na proximidade das margens do Rio. Cada unidade doméstica (colocação) combina as estradas com roças abertas a alguns quilômetros das margens. A queda do preço da borracha levou à progressiva incorporação de atividades agrícolas como forma de garantir a subsistência e os recursos monetários também estimulando a saída da Resex em caráter definitivo (famílias inteiras) ou parcial (de parte da família ou em parte do ano). Relatos indicam que as estratégias dependem a manutenção ou não de roças na Resex, tendo se criado uma distinção entre os tipos de moradores, segundo os membros das Associações locais: o “morador efetivo” aquele que tem roça e passa o ano todo na Resex e aquele “temporário” que para lá se dirige nos períodos de coleta.

A situação nas Reservas Maranhenses é radicalmente diferente. São pequenas, a população está em vilas com alguma infraestrutura, as áreas e os usos por áreas (roça, mata,

vilas) definiram-se por práticas antigas e há íntima relação com os centros urbanos, bastante acessíveis à partir das unidades. Possuem pouca cobertura florestal e, ao contrário das quatro primeiras Resex, o ajuste não é aperfeiçoar as práticas alternativas ao extrativismo tradicional como forma de garantir a subsistência e recursos monetários (produtos comercializáveis), mas ao contrário: trata-se de reenfatizar o extrativismo - atividade secundária por ali - como estratégia para a existência das Resex. A criação das unidades não causou alteração no modo de ocupação das áreas.

A Figura 13 “b” dá uma idéia da distribuição dos domicílios na Vila Frechal (uma larga e extensa área onde as casas se dispõem lado a lado) e a Figura 13 “e”, a vila de Ciriaco, cortada pela estrada

Figura 13: Habitações



Características da população

Para dimensionar a população das reservas foram considerados os levantamentos cadastrais feitos pelo IBAMA para as unidades do Projeto Resex desde a criação destas até o cadastro de moradores em 1998. Para Ciriaco e Frechal, sem cadastramentos do CNPT, utilizei estimativas do total da população baseadas nos dados disponibilizados pelas Associações de Moradores, dados do IBGE e CNPT.

Para a análise das unidades do Projeto Resex, as mudanças verificadas entre 1995 e 1998 (Tabela 15), face às constatações de campo não permitem dimensionar o que realmente ocorreu nesse período, em função de problemas com o levantamento⁵⁵.

“O problema com os cadastros anteriores foi com as colocações desocupadas. O pesquisador chega e o seringueiro está caçando, está na cidade... também tem seringueiro que não para muito na mesma colocação” (Membro do CNPT).

O que se verifica também entre as quatro Reservas é que os levantamentos diferem quanto a precisão, cobertura (Alto Juruá parece ter feito levantamentos mais consistentes) e momento do levantamento.

Os participantes reconhecem que o de 98 é melhor do que o de 95, de modo geral, mas trabalham sempre, em suas estimativas e projetos, com números maiores que aqueles encontrados no Cadastro de 98. Para a Resex Chico Mendes, por exemplo, alguns membros do CNPT e CNS trabalham com o arredondamento de 9.000 moradores. Apesar das dificuldades para uma mensuração mais acurada, a comparação dos vários levantamentos indicam a queda no número de habitantes no período considerado. E, mesmo que tal afirmação seja passível de

⁵⁵Os primeiros levantamentos foram realizados por consultores externos que conheciam as áreas (cada cadastro foi feito por uma equipe diferente). Depois, já na vigência do Projeto Resex, e segundo o Plano de Monitoramento do Projeto Resex (ALMEIDA e MILIKAN 1995) o CNPT IBAMA realizou levantamentos denominados Cadastro de Moradores em 1995 e em 1998. Durante meu trabalho de campo, um novo levantamento estava sendo realizado mas os dados não foram disponibilizados a tempo de serem incorporados. O mesmo se aplica aos levantamentos planejados pelo CNPT para Frechal e Ciriaco. Segundo técnicos do CNPT e as Associações, o levantamento de 1995 apresentou problema na localização dos moradores, o de 98 (feito por técnicos do CNPT) foi melhor e o cadastro em andamento, daria ainda melhores resultados posto que foi feito em parceria com os moradores. Os dados subsequentes baseiam-se no Cadastro de Moradores de 1998.

contestação, a densidade (Tabela 17) da área total das unidades, manteve-se em baixos níveis - até mesmo se considerarmos a faixa de 1 a 2 habitantes por km² que os membros do CNPT e CNS consideram como adequados às Resex. Essa constatação é importante para marcar que as transformações na cobertura florestal nas Resex não decorrem do volume de população em si mas de sua distribuição espacial e do modo como os recursos são utilizados.

Foi possível apurar pelo contato com os antigos moradores das áreas das Reservas que o declínio do interesse em importantes produtos extrativistas no pós-guerra levou ao êxodo nas regiões onde hoje estão as unidades. Os moradores mais antigos relatam a vitalidade de vilas e dos aglomerados junto aos barracões. Ou seja, quando as Reservas foram criadas a ocupação dos seringais já era menor do que aquela experimentada nas décadas anteriores.

A tendência ao êxodo continuou nos primeiros anos após a criação das reservas em função ainda das limitações do mercado da borracha, da dificuldade em encontrar um substituto comercialmente viável, e pela falta de ações mais efetivas nas unidades. Após o início efetivo do Projeto Resex em 1995 a tendência começou a se reverter. A queda do preço da borracha⁵⁶ foi invariavelmente apontada pelos entrevistados como causa do êxodo após 1990 - ou seja, a criação da Resex em si não motivou a saída dos moradores.

Trata-se de uma população total com quase 14 mil pessoas em mais de 2.400 domicílios nas quatro Resex. A mais populosa é Chico Mendes; a menos Rio Ouro Preto (Tabela 16).

Característica comum a todas é a predominância de moradores do sexo masculino, tendência que também se verifica com os chefes de família (Tabela 18). A maior parte dos chefes tem idade entre 20 e 39 anos, existindo também expressiva população entre os 40 e 49 anos - chefes em idade “produtiva” (Tabela 19).

Os domicílios são geralmente compostos por pais e filhos (poucos são os casos com outros membros de família ou agregados). As faixas mais expressivas são as famílias com 4 a 5

⁵⁶Em análise relativa ao Alto Juruá (ALMEIDA, 1994b: 168) o preço caiu de US\$1,80 em 1982 para US\$0,40 em 1992.

indivíduos, sendo que em boa parte destas famílias comportam até três filhos (Tabela 20). Do total de domicílios, 376 não possuem filhos. Tratam-se geralmente de colocações ocupadas por homens, com ocupação temporária posto que seus moradores as utilizam para a atividade extrativa. A produção extrativa ajuda a explicar a predominância de população masculina em diversas faixas etárias (Tabela 25).

É uma população jovem, com muitos menores de 15 anos e poucos idosos (Tabela 22). A predominância de homens se exagera nas faixas daqueles em idade de trabalhar (Tabela 25). As pirâmides etárias (Figura 14) refletem uma população com alta natalidade; em crescimento, mesmo na Rio Ouro Preto, onde se percebe o forte êxodo em determinadas faixas etárias - uma consequência da ocupação temporária da área da Reserva. Segundo o CNS, na época da criação da Reseva 153 famílias habitavam a região. Atualmente as Associações locais, consideram cerca de 50 famílias como de “moradores efetivos” da Resex Rio Ouro Preto enquanto outras 30 entram na Reserva em determinadas épocas do ano para práticas extrativas.

A Tabela 23 mostra que 914 das 2457 famílias certamente estão numa mesma colocação desde antes da reserva. A grande maioria móvel não significa a entrada de pessoas de fora, sobretudo porque as Associações privilegiam moradores antigos na ocupação das colocações. Os números revelam exatamente a grande mobilidade dentro das áreas.

Já Frechal e Ciriaco (Tabela 24) são áreas menores com uma população comparativamente maior que as quatro primeiras Resex, se considerarmos a densidade. Apresentam também maior concentração em vilas. Em Frechal aproximadamente 100 famílias estão junto das vilas maiores, Frechal e Deserto (PVN, 1996), enquanto que em Ciriaco, 105 famílias (484 pessoas) estão na vila de Ciriaco, no centro da Resex (IBGE, Censo 2000)

Tabela 15: Cadastro de Moradores (1995/98)

Reserva	Pop. 1995	Pop. 1998
Alto Juruá	4099	4171
Chico Mendes	6255	6028
Rio Cajari	2691	3283
Rio Ouro Preto	420	430
NI	3	3
PROJETO RESEX	13465	13915

Fonte: CNPT - Cadastro de Moradores

Tabela 16: Moradores (1998)

Reserva	Total	Homem	Mulher	NI
Alto Juruá	4171	2174	1971	26
Chico Mendes	6028	3326	2702	0
Rio Cajari	3283	1753	1530	0
Rio Ouro Preto	430	239	191	0
NI	3	2	1	0
PROJETO RESEX	13915	7494	6395	26

Fonte: CNPT - Cadastro de Moradores

NI: Não informado.

Tabela 17: Densidade (1998)

Reserva	Hab/km ²
Alto Juruá	0,8
Chico Mendes	0,6
Rio Cajari	0,7
Rio Ouro Preto	0,2

Fonte: CNPT - Cadastro de Moradores

Tabela 18: Número de domicílios e sexo dos chefes da família (1998)

Reserva	Domicílios	Homem	Mulher	NI - Sexo
Alto Juruá	646	617	29	0
Chico Mendes	1104	1049	53	2
Rio Cajari	604	577	27	0
Rio Ouro Preto	102	98	4	0
NI	1	1	0	0
PROJETO RESEX	2457	2342	113	2

Fonte: CNPT - Cadastro de Moradores

NI: Não informado.

Tabela 19: Chefes dos Domicílios - Faixa Etária (1998)

Faixa Etária	ALTO JURUÁ	CHICO MENDES	RIO CAJARI	RIO OURO PRETO	Não Informado	Total
até 19	18	16	6	0	0	40
20 - 29	197	268	149	16	1	631
30 - 39	162	293	153	25	0	633
40 - 49	118	252	112	26	0	508
50 - 59	71	160	80	21	0	332
60 - 69	47	79	76	10	0	212
70 +	16	18	24	3	0	61
NI	17	18	4	1	0	41
Total	646	1104	604	102	1	2457

Fonte: CNPT - Cadastro de Moradores

Tabela 20: Pessoas por domicílio (1998)

Pessoas	ALTO JURUÁ	CHICO MENDES	RIO CAJARI	RIO OURO PRETO	Não Informado	Total
1	5	59	44	21	0	129
2	45	78	63	15	0	201
3	47	161	71	9	1	289
4	83	173	73	17	0	346
5	88	145	78	11	0	322
6	82	133	63	6	0	284
7	72	104	61	8	0	245
8	67	92	56	7	0	222
9	50	64	36	3	0	153
10	45	40	33	3	0	121
11 até 17	61	55	26	2	0	144
Ni	1	0	0	0	0	1
TOTAL	646	1104	604	102	1	2457

Fonte: CNPT - Cadastro de Moradores

Tabela 21: Filhos por domicílio (1998)

Filhos	ALTO JURUÁ	CHICO MENDES	RIO CAJARI	RIO OURO PRETO	Não Informado	Total
1	61	171	85	15	1	333
2	84	193	69	15	0	361
3	88	146	68	9	0	311
4	89	131	65	8	0	293
5	67	101	61	4	0	233
6	67	83	56	4	0	210
7	46	55	39	3	0	143
8	38	32	22	1	0	93
9	27	22	7	0	0	56
10	13	8	5	0	0	26
11 até 14	13	5	3	1	0	22
Total	593	947	480	60	1	2081

Fonte: CNPT - Cadastro de Moradores

Tabela 22: Moradores - Faixa Etária (1998)

Faixa Etária	ALTO JURUÁ	CHICO MENDES	RIO CAJARI	RIO OURO PRETO	Não Informado	Total
menores de 15	2240	3072	1691	180	1	7184
entre 15 e 65	1648	2787	1477	231	2	6145
mais de 65	44	80	81	11	0	216
NI	239	89	34	8	0	370
Total	4171	6028	3283	430	3	13915

Fonte: CNPT - Cadastro de Moradores

Tabela 23: Há quanto tempo o chefe da família mora no domicílio (1998).

Anos	ALTO JURUÁ	CHICO MENDES	RIO CAJARI	RIO OURO PRETO	Não Informado	Total
<=1	61	172	14	23	0	270
>1e<=5	209	409	110	36	0	764
>5e<=10	133	235	97	16	1	482
>10e<=15	60	91	48	13	0	212
+15	165	191	332	14	0	702
NI	18	6	3	0	0	27
TOTAL	646	1104	604	102	1	2457

Fonte: CNPT - Cadastro de Moradores

Tabela 24: População em Ciriaco e Frechal

Reservas e Vilas	Famílias	População estimada	Área (ha)	Densidade (hab/km2)
Resex Frechal	183	310	9552	3,2
Resex Ciriaco	258	1147	7050	16,3

Fonte: SMDH (1999 : 29) e CNPT.

Figura 14: Pirâmides Etárias (1998)

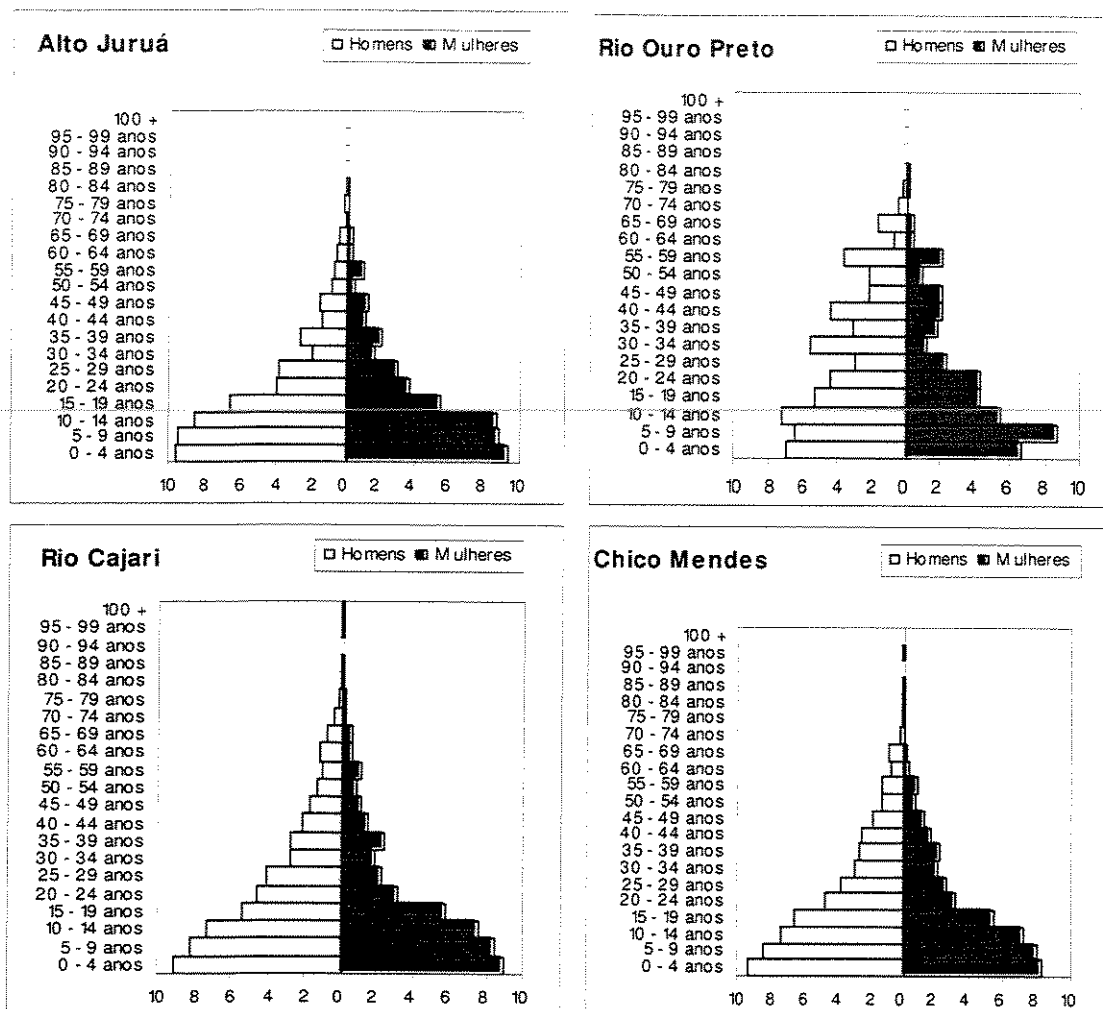


Tabela 25: Moradores - Faixas Etárias

	ALTO JURUÁ		CHICO MENDES		RIO CAJARI		RIO OURO PRETO	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0 - 4 anos	377	369	562	500	295	290	29	28
5 - 9 anos	373	346	505	480	267	274	27	37
10 - 14 anos	335	341	445	436	235	247	30	23
15 - 19 anos	257	214	394	326	176	185	22	18
20 - 24 anos	156	144	283	189	149	103	18	18
25 - 29 anos	152	121	221	154	130	75	12	10
30 - 34 anos	75	65	177	124	89	61	23	5
35 - 39 anos	102	80	156	134	92	76	13	8
40 - 44 anos	58	44	152	98	70	48	18	9
45 - 49 anos	62	49	109	78	56	36	9	9
50 - 54 anos	35	18	77	48	43	26	9	4
55 - 59 anos	29	38	79	53	37	37	15	9
60 - 64 anos	26	13	46	18	40	20	3	2
65 - 69 anos	17	13	49	10	28	19	7	2
70 - 74 anos	5	5	14	7	15	6	2	0
75 - 79 anos	6	1	5	1	7	8	1	1
80 - 84 anos	4	1	3	0	1	2	0	1
85 - 89 anos	0	1	2	2	2	2	0	0
90 - 94 anos	0	0	0	0	0	0	0	0
95 - 99 anos	0	0	1	0	1	0	0	0
100 +	0	0	0	1	1	0	0	0
SubTotal	2069	1863	3280	2659	1734	1515	238	184
NI	105	108	46	43	19	15	1	7
Total	2174	1971	3326	2702	1753	1530	239	191

Fonte: Cadastro de Moradores (1998)

Notas sobre ocupação e cobertura florestal

Comparando o desmatamento das unidades que compõem o Projeto Piloto financiado pelo PPG7 (Projeto Resex), nota-se que as áreas desmatadas brutas nas Reservas são menores que as verificadas nos Estados onde se localizam (Tabela 26) e que se desmatou em tais unidades num ritmo menor do que o praticado fora delas (Tabela 27), durante o período analisado pelo CNPT. Tal indicador usado pelo IBAMA para mostrar a relevância das Reservas é de fato bastante positivo do ponto de vista ambiental mas não basta para qualificar os tipos de uso e ocupação que se verificam na reserva.

Tabela 26: Áreas desmatadas brutas 1996 (%)

Reserva	%	UF	%
Alto Juruá	0,23	Acre	8,97
Chico Mendes	0,65		
Rio Ouro Preto	3,53	Rondônia	20,4
Rio Cajari	0,05	Amapá	1,24

Fonte: (CNPT, [s.d.]: 61-64)

Tabela 27: Índice médio de desmatamento anual 1990 -1996 (%)

Reserva	%	UF	%
Alto Juruá	0,0	Acre	0,37
Chico Mendes	0,02		
Rio Ouro Preto	0,17	Rondônia	1,06
Rio Cajari	0,0	Amapá	0,06

Fonte: (CNPT, [s.d.]: 61-64)

Tabela 28: Rio Ouro Preto - área desmatada

Ano	Área (ha)
1990	1.996
1996	7.113
1998	7.468

Fonte: (CNPT, [s.d.]: 61-64)

Das quatro Reservas apontadas aquela que apresentou maior desmatamento bruto e relativo foi a Rio Ouro Preto. Análise temporal (Tabela 28) demonstra que o grande desmatamento ocorreu depois da criação da Reserva Extrativista. O que isso significa? Que o desenvolvimento da comunidade implicou em intensificação do uso dos recursos? Que a população na reserva aumentou? Pela Figura 14 vê-se que o desmatamento ocorreu de forma desigual.

Figura 15: Desmatamento em Rio Ouro Preto

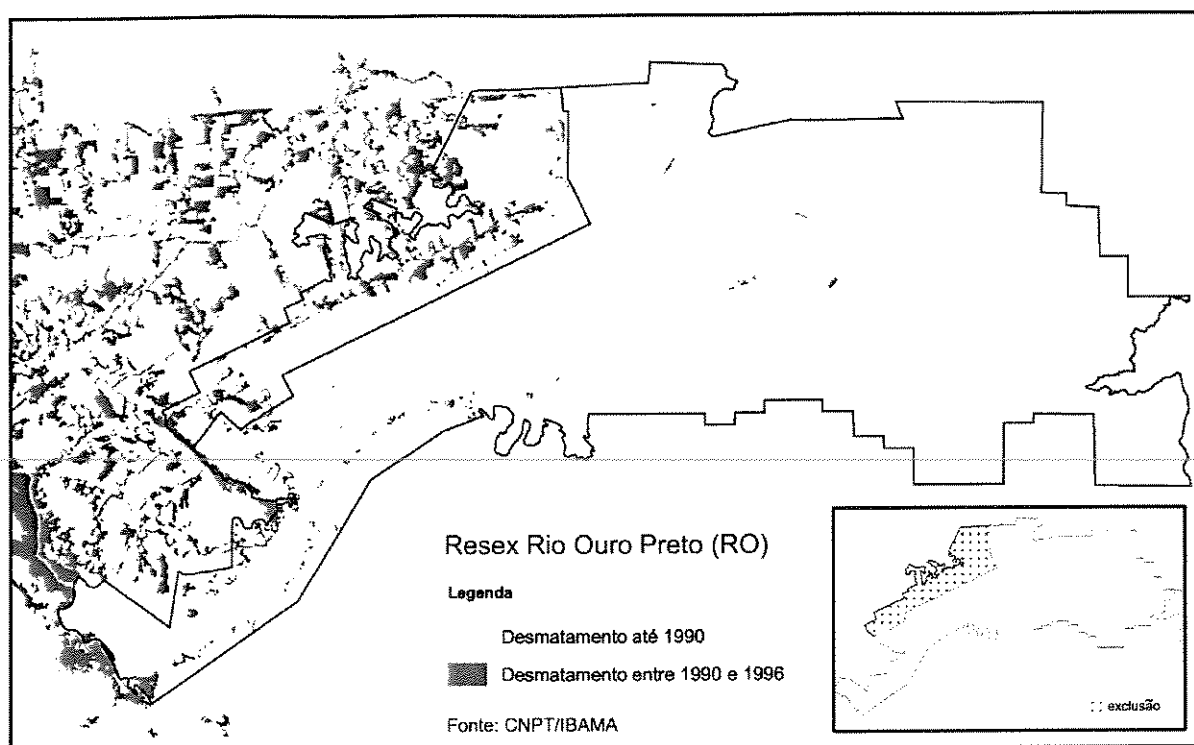
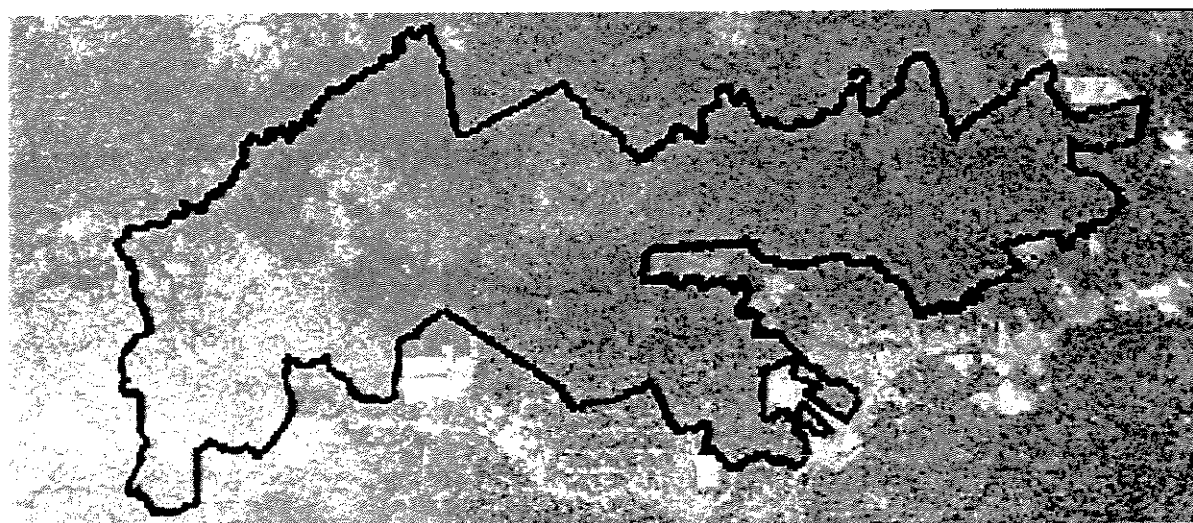


Figura 16: Desmatamento no entorno da Resex Chico Mendes



Fonte: CNPT/IBAMA

O maior desmatamento ocorreu a partir das bordas da reserva, sobretudo na área identificada como de “exclusão”, ocupada por não extrativistas (fazendeiros e agricultores) cujos lotes foram incluídos na unidade em função da criação apressada ao final do governo Sarney⁵⁷. O caso da Rio Ouro Preto ilustra uma situação em que a não presença de extrativistas, e da atividade extrativista, favorece à invasão, à mudança no tipo de uso e ocupação do solo (ao desflorestamento), não só pelo tipo de uso que se faz na área de exclusão, mas também pelas invasões que ocorrem junto aos limites da unidade, e em áreas desocupadas⁵⁸.

“Infelizmente a conservação de algumas partes da reserva não está sendo possível manter pelo fato das invasões que ocorreram desde a criação da reserva. Principalmente na parte da Serra Grande que é uma área muito próxima de assentamento agrícola do INCRA. O seringueiro mesmo fica mais concentrado nas margens do rio. Esse também foi um motivo dessa invasão ter ocorrido: não tinha seringueiro ali na divisa para evitar a invasão” (Membro do CNPT). “Você não vê invasão onde há uso na reserva”.

Ao redefinir o tamanho da unidade, “resolve” o problema de delimitação, soluciona um problema gerado por má condução das lideranças das Associações que por motivos políticos estimularam a permanência de pessoas na área, sob o argumento de que depois de invadida a área (e descaracterizado o seu uso) a mesma seria excluída da Resex. Mas também redefine a relação do próprio município de Guajará-Mirim, carente de áreas agricultáveis em função do grande número de unidades de conservação em seu território com a Resex

⁵⁷A Rio Ouro Preto está numa parte de uma grande gleba (Gleba Sumaúma) que o Incra destinara para assentamento e que posteriormente foi destinada para unidades de preservação conforme o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia (CNPT 1999c). Em 1992 a Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim ASGM (antecessora da atual Associação de Moradores) entrou em acordo com empresários e políticos locais para exclusão de 33.400 hectares da Rio Ouro Preto onde havia a existência de propriedades particulares em vários estágios de ocupação. O acordo foi feito sem estudo técnico na época (IRVING et al., 1997: 28), segundo interesses políticos e econômicos dos diretamente envolvidos e não dos moradores. A demarcação da Rio Ouro Preto (feita pelo Governo de Rondônia em 1994-95 no âmbito do PLANAFLORO, excluiu “oficialmente” a área informalmente excluída, o que acabou incentivando o desmatamento. Na área degradada, o levantamento do CNPT mostra que a grande maioria dos ocupantes chegaram ali depois da criação da Resex e que se trata de um processo de concentração fundiária, com especulação e usso não extrativista, em que se desmata para assegurar a posse da terra para depois vendê-la (CNPT 1999c)

⁵⁸O estudo para a exclusão da área (CNPT, 1999c) documenta que boa parte do desmatamento encontra-se em três grandes “propriedades” que abriram a mata para formação de pasto e especulação.

“A exclusão resolve os conflitos com aqueles colocados na marra dentro da resex, e também resolve um problema que Guajará-Mirim tem com relação à área disponível para agricultura. São mais ou menos 80% da área do município em unidades de conservação, dos 20% que sobram tem que descontar as áreas não agricultáveis, a cidade, as serras...” (Membro do CNPT).

Depois da Rio Ouro Preto, a Resex Chico Mendes é a segunda unidade em desmatamento no período de análise do CNPT. A situação ali é igualmente ilustrativa de como o desmatamento ocorre a partir das bordas e também de modo desigual. Na Figura 15 vê-se o desmatamento intenso na parte externa da Resex, nas porções que correspondem a pastos, centros urbanos e à margem da rodovia.

A análise da cobertura florestal no período 1986 a 1998 para a Chico Mendes mostra uma taxa de desmatamento preocupante em alguns seringais; as projeções indicam como próxima a superação do limite máximo (10% por colocação) permitido pelo Plano de Uso. Além disso, entre 1986 e 1992 a taxa de desmatamento foi de 0,137% ao ano enquanto que no período 1992-1998 foi de 0,227% ao ano (SASSAGAWA, 1999). Partindo de tais dados, Gomes (2001) demonstra que o desflorestamento apresenta grande variabilidade entre os seringais por ele considerados. Desde níveis muito baixos 0,02% até outros com 8%, um total ainda bastante baixo se comparado com áreas fora da reserva mas preocupantes pois sinaliza mudança no tipo de uso e ocupação do solo e mobilidade interna à Resex. Ou seja: incremento do uso agrícola e da formação de pastagens; abandono de seringais mas não o abandono das Reservas.

Tais constatações são coerentes com a tendência de transformação na ocupação da Alto Juruá entre 1991 e 1993 (ALMEIDA, 1994a), como o aumento de pastagens e de deslocamento para as margens e mais “concentração” das unidades domésticas - tendência que pude confirmar no trabalho de campo.

Em grande medida, a mobilidade interna e externa às quatro Resex está associada à queda do preço da borracha. Sem mercado, ir para a cidade é uma das alternativas. A outra é permanecer na área - posto que se conquistou o direito ao uso - e mudar de atividade extrativista

ou intensificar outros usos (a agricultura e a pecuária).

De modo geral, diz-se que o abandono de atividades extrativistas e incorporação de novas áreas à economia tem gerado “perda de função ambiental” em decorrência da substituição da floresta por agropecuária (CADAXO SOBRINHO, 1994). Em outras situações ocorrem transferência de produção dos seringueiros para a castanha e para a madeira (ALVES, 1997). No Acre o aumento do rebanho bovino desde a metade dos anos 80 foi a contrapartida da diminuição da borracha, e o aumento na agropecuária se faz pela expansão territorial e não pela intensificação tecnológica - o que significa aumento do desmatamento (CADAXO SOBRINHO, 1994).

Isso se verifica nas Resex. Na Alto Juruá, “fraca de castanha”, a alternativa principal foi o incremento da agricultura e o deslocamento em direção aos maiores rios. Na Chico Mendes, no início dos anos 90, a castanha foi o principal produto gerador de receita mas atividades agrícolas e a criação de pequenos e grandes animais foi aumentando com os anos. Na Rio Ouro Preto, em que o êxodo se sente de forma mais aguda nos últimos anos, a combinação lavoura-látex foi a solução adotada por muitas famílias. Na Rio Cajari, o açaí, castanha, lavoura e extração de madeira prevaleceram à queda da borracha. Em termos de ocupação e cobertura florestal Ciriaco e Frechal destoam das demais pois partem - enquanto Resex - de um “zoneamento” intenso bem mais consolidado. As vilas estão definidas. Áreas desmatadas (pastagens e roça) já foram criadas e são usadas há tempos enquanto que as áreas com cobertura florestal mais pujante e mesmo aqueles onde só existem babaçuais estão sendo revalorizadas agora, ainda que o babaçu também esteja com preço baixo. Técnicos e moradores argumentam que se já tem área aberta, para que desmatar mais? Face ao que se tem estudado sobre uso e ocupação do solo nas Resex, os discursos do CNPT, do CNS e das Associações convergem.

A relação entre cobertura florestal e densidade humana existe mas não é completa, não basta em si mesma; depende do tipo de ocupação dos recursos. Tanto o esvaziamento quanto a concentração populacional de parte ou de toda a unidade pode, a princípio, causar resultados

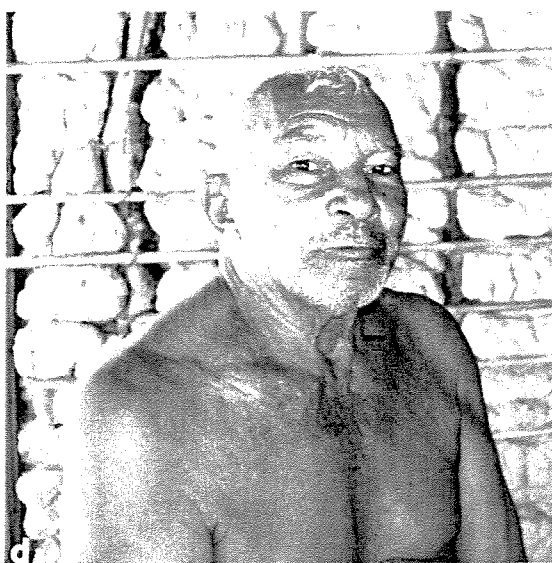
opostos em termos de cobertura florestal. Uma estrada “vadiando”, inativa, numa colocação abandonada é muito diferente de uma área transformada em pastagem - ainda que possam ter a mesma densidade humana. Uma área desmatada pode tanto ser a solução que uma família encontrou para permanecer na área (abrir um pasto ou ampliar a roça para atender ao mercado e compensar a queda do preço do produto coletado); a estratégia adotada para corrigir recursos financeiros rapidamente e abandonar a área (vender madeira, por exemplo); ou ainda o resultado de uma estratégia “errada” (insustentável) que causou degradação e obrigou a família a abandonar o local.

Por esta lógica o extrativismo é um bom tipo de uso para a cobertura florestal, e manutenção da Reserva. O problema (e a controvérsia) é se é bom para o desenvolvimento concebido por todos os moradores.

Se o extrativismo integrado às novas técnicas de manejo funcionar como meio de vida digno aos moradores, o desmatamento se conformará aos padrões aceitáveis pelos Planos de Uso e previsíveis de um modo de produção extrativista e agrícola baseado na sucessão anual de pequenas roças em meio as matas primárias e capoeiras.

Para que isso aconteça de forma consistente, a experiência da última década demonstra que são necessários recursos financeiros e suporte às comunidades, ou seja, a efetiva cooperação entre co-gestores das unidades.

Figura 17: Moradores das Reservas



3 SERINGUEIRO, O “BOM SELVAGEM”?

“Tinha muita madeira. Era mata... mata fria mesmo. Eu pensava que essa mata nunca se acabava não... mas agora eu fiquei sabendo que homem é bicho marvado” (Morador da Ciriaco, 85 anos).

3.1 Moradores das Reservas

Apesar das divergências conceituais a respeito da definição de população tradicional e da vocação preservacionista de tais populações - e das implicações de tais divergências sobre a abordagem estática ou dinâmica do conceito de cultura - o conjunto da argumentação das Ciências Sociais assume grande importância no debate sobre populações em unidades de conservação. De modo geral, crê-se na possibilidade de relação harmoniosa com o ambiente enquanto

“vários conservacionistas pessimistas parecem acreditar que a humanidade, por sua própria natureza, é incompatível com a manutenção da diversidade biológica, em termos dos atuais números de espécies animais e vegetais do planeta. Entendendo este pessimismo, não acho entretanto que se deva culpar toda a espécie humana” (BALÉE, 1993: 385).

Não se pode negar que a crítica ao mito moderno da natureza intocada (DIEGUES, 1994) e as constatações de que no passado populações encontraram soluções ajustadas ao manejo ambiental, compatibilizando a exploração do ecossistema com a sua conservação (MORAN, 1990: 124-125), são essenciais para o reconhecimento da diversidade de formas de ver e interagir com a natureza e para o reconhecimento de que a convivência é possível ou, pelo menos, que já foi possível. São muitas as evidências da contribuição das populações amazônicas pré-coloniais para a biodiversidade (BALÉE, 1989) e o mesmo raciocínio se aplica a ocupações mais recentes: castanhais e florestas com dominância de palmeiras como o babaçu - recursos importantes nas Reservas Extrativistas - indicam áreas manejadas no passado (MORAN, 1990); a região do Alto Juruá por séculos habitadas por grupos indígenas e seringueiros, depois de décadas de exploração da borracha, constitui-se ainda em área de fantástica biodiversidade, uma das maiores do planeta

(CUNHA & ALMEIDA, 2002) - o que se soma às evidências de que grupos não indígenas (seringueiros, ribeirinhos, caboclos e pescadores) têm preservado e ampliado a biodiversidade nas florestas (CUNHA & ALMEIDA, 1999). Outra posição importante é que o manejo feito pelo povos das florestas pode nos ensinar sobre os recursos disponíveis; e se podem ensinar sobre o manejo (uso e conservação de recursos) podem também contribuir com alternativas à conservação ambiental, contrariando as premissas de que existem áreas em estado selvagem (intocado) que precisam ser mantidas afastadas (intocáveis). No caso específico dos seringueiros, a valorização de suas capacidades é importante inclusive para sua afirmação enquanto grupo:

“Todos sabem, em teoria pelo menos, do cabedal de conhecimento e práticas dos grupos indígenas. Mas os seringueiros eram descritos pela literatura, até uns dez anos atrás, como pessoas deslocadas e jogadas na Amazônia para extrair suas riquezas, desprovidas de cultura própria e relegadas a uma vida de mera escravidão e privação. Quisemos mostrar que se trata na realidade de um grupo que se enraizou e constituiu uma cultura própria; que fez sua própria história a partir do que a história fez com eles. E que esse extrair de riquezas da natureza é na realidade um manejo sutil, um conjunto de práticas, conhecimentos e técnicas que, se em parte foram tomados emprestados aos grupos indígenas, também, criaram uma síntese própria.” (CUNHA et al., 2002: 15).

Certamente as circunstâncias do passado não garantem a preservação no presente nem no futuro. Crer nisso é alimentar um mito do “bom selvagem”, do seringueiro preservacionista, do quilombola ecologicamente correto, do lavrador que só planta em capoeiras. Também é ignorar as diferentes motivações que levaram e levam várias populações a restringir o uso de recursos e, pior, é ignorar o dinamismo das relações entre os indivíduos (e entre os indivíduos e a natureza); é cometer o equívoco de cristalizar tais populações tradicionais (CUNHA & ALMEIDA, 2000). Elas não são necessariamente conservacionistas apesar das evidências no passado; se continuarão a ser depende do “pacto” materializado em Concessões de Uso e Planos de Uso (por exemplo) - é preciso saber se essas populações têm interesse e se “qualificam” à parceria de gestão de unidades de conservação (CUNHA et al., 1999).

Considerando o que disse o membro da coordenação do CNS ao analisar o movimento dos seringueiros que culminou com a criação da categoria de Reserva Extrativista, não parece

adequado associar seringueiro (sindicalista) a ambientalista:

“Existe uma junção muito forte, que até atrapalha, entre o sindicalista e o ambientalista. Nós somos sindicalistas, defendemos a terra porque achamos que ela é um meio de sobrevivência de quem mora nela. Quem é ambientalista defende ela porque acha que ela é bonita, que tem a mata, os animais, porque produz o gás não-sei-o-que... e tem que ser intocável. Muita gente vê o movimento sindical também como um movimento meramente ambientalista, e não é. Chico Mendes defendia o macaco, o jabuti, a anta, a capivara porque ele acreditava que dali ia tirar a sobrevivência do seringueiro que tava morando dentro do mato e não para manter a mata intocável” (Membro do CNS).

Então, por contingência do processo de ocupação da Amazônia e também do seu desflorestamento, teria se constituído “o mito do seringueiro preservacionista”, uma reedição da figura do “bom selvagem”, como uma estratégia das populações locais para a conquista de direitos e também para o manejo-conservação da floresta? Participantes dos empates na década de 70 e 80, Lideranças atuais, relatam que havia uma motivação comum (a mata em pé) e que isso proporcionou a aproximação entre sindicalistas e ambientalistas:

“o movimento ambiental, ecológico, passou a apoiar o nosso movimento. No começo nós nem entendia o que era essa questão ecológica de defender o meio ambiente. Da primeira vez que eu ouvi isso eu chamei o Chico Mendes e falei: - Chico eu não estou entendendo essa coisa ecológica... (risos) (Morador Chico Mendes).

Da perspectiva das lideranças, a aproximação com os ambientalistas nos anos 80 se encaixa num conjunto de opções estratégicas e de alianças. Pode-se afirmar que os líderes do movimento foram se educando no ambientalismo e viram nele uma oportunidade:

“Os ambientalistas diziam para a gente que tinha uma camada de gelo acumulada em não sei que lugar e que se ela derretesse todas as cidades na beira-mar iam ficar debaixo d'água; que tinha uma camada de ozônio e que se o buraco aumentasse com o efeito estufa ia dar câncer de pele. Isso para nós não significava nada: nós estamos longe do mar; nós não vivemos no sol” (Morador da Reserva Chico Mendes).

“Nós passamos a discutir quem eram os nossos aliados. Os primeiros eram os índios que tinham uma luta em comum. Aprendemos com eles a viver na floresta, muitas coisas os índios ensinaram aos nossos avós e foram passando para nós. Os ambientalistas também eram aliados, eles queriam a floresta em pé e nós também” (Membro do CNS).

A associação do seringueiro (extrativista) como defensor da floresta foi se constituindo ao longo da organização dos movimentos dos seringueiros até a definição de “povos da floresta”,

conformando-se a um processo de conversão que se iniciara décadas antes. Do migrante nordestino que no passado se confrontava com os índios nas correrias de caboclo, à condição de nativo (miscigenado) ou habitante legítimo⁵⁹; de “desambientado” a “ambientado”, “brabo” ou “manso”. Até mesmo a percepção dos “Empates”, tomada como importante evidência da postura preservacionista dos extrativistas, é dual: garantir o modo de vida e produção e preservar a mata.

A expressão “bom selvagem” dá conta da percepção externa que transforma os “povos da floresta” para manter a floresta. Num passado não muito distante, eram tidos como incapazes de superar o meio; mais recentemente, reconhecidos como detentores de um profundo conhecimento que torna os extrativistas em defensores “naturais” do meio em que vivem. Trata-se, portanto, da transformação do forasteiro em nativo, e da transformação no modo de ver o nativo.

A dualidade está na figura da Resex. Para alguns ambientalistas, uma estratégia para a preservação da Amazônia. Para os moradores, uma estratégia para a melhoria de condições de vida. Certamente tais objetivos são convergentes, a preservação da floresta depende do desenvolvimento das populações residentes, mas não isentos de contradições

ONGs e o próprio IBAMA alimentam o mito. Nos materiais, folders e periódicos como o “Extrativismo na Amazônia” - publicação bimestral do CNPT - lêem-se artigos e frases enaltecendo os extrativistas: “verdadeiros ambientalistas”; “corajosos” no enfrentamento dos tratores, motosserras, madeireiros e grileiros; a “prova viva” do desenvolvimento sustentável. O fato de muitos dirigentes do CNS terem negado a associação com o ambientalismo denota a parceria antagônica que envolve extrativistas (CNS) e o IBAMA, além das próprias contradições

⁵⁹Em seu estudo baseado na população da Reservas Extrativista do Alto Juruá, Martini (1998) considera que as correrias de caboclo eram “faxinas interétnicas”, expedições para amansar, escravizar ou exterminar grupos indígenas. Tinham como objetivo espantar os moradores das terras acreanas, “os brasileiros legítimos”, permitindo a entrada dos novos ocupantes, os “futuros acreanos legítimos”. As correrias foram grandes responsáveis pela constituição étnica dos seringueiros atuais: as vidas das mulheres e meninas eram geralmente poupadas em função de sua importância nos trabalhos domésticos e como companheiras dos trabalhadores. *“Dessa mistura, entre as brasileiras legítimas e os arigós de fora, resultou grande parte da população atual dos seringais”.*

com o ambientalismo.

O CNS e lideranças sindicais fazem questão de marcar as diferenças. Como disse um líder do Amapá:

“Somos extrativistas mas somos extrativistas modernos... queremos ter as coisas, pensamos em desenvolvimento... sabemos que o próprio extrativismo vai ser afetado”
(Membro do CNS).

Mas se o dinamismo das mencionadas populações não garante a conservação ambiental e sustenta a crítica daqueles que acham arriscado entregar-lhes a conservação das áreas que habitam é justamente o desejo de transformar suas condições de vida, de se organizar, de combinar conhecimentos ancestrais às novas técnicas, que pode indicar o caminho para o desenvolvimento comunitário com conservação de recursos.

Segundo Cunha et al (1999), podemos pensar em “novas populações tradicionais”, grupos que se tornam “tradicionais” ao se assumirem como tal para garantir o acesso à direitos (à terra, aos recursos) em troca de obrigações (práticas sustentáveis de desenvolvimento e proteção da biodiversidade). Olhando para as Resex, percebe-se como a categoria “populações tradicionais” se torna ampla, com muitos grupos definidos por critérios étnicos, ocupacionais ou culturais. Mesmo o grupo dos “Povos da Floresta”, dada a diversificação das áreas onde atualmente existem reservas extrativistas, se torna pouco preciso. Considero mais apropriado usar a expressão “Moradores das Reservas” para designar aqueles seringueiros, castanheiros, quebradores de coco, lavradores, caboclos, quilombolas... “populações tradicionais”, que coletivamente assumiram o compromisso de habitar uma unidade de conservação - ainda que internamente aos grupos se possam perceber divergências.

Voltando ao “pacto”, ao compromisso de conservação e desenvolvimento previsto na Lei 98.897, a criação da categoria de Resex e das unidades indica que, senão todos os moradores, pelo menos entre as lideranças existe a disposição de aceitar obrigações de conservação da biodiversidade em troca de direitos. Os moradores não precisam ser ambientalistas para se

qualificarem como parceiros numa unidade de conservação, eles demonstraram interesse na parceria ao reivindicarem para si uma reserva extrativista. A capacidade de se tornarem os sujeitos de seu desenvolvimento coletivo e simultaneamente garantir a manutenção dos recursos ambientais já foi indicado pelo processo que culminou com a criação de um tipo de unidade de conservação com reconhecimento nacional e internacional. Mas se a “*tragedy of the commons*” (HARDIN, 1968)⁶⁰ pode ser evitada, isso dependerá das transformações no modo de vida, produção e organização dos moradores das reservas. Da organização de mecanismos de tomada de decisão (associações locais) para manejo sustentável, do apoio dos governos e de ONGs. Da transformação na qualidade de vida, da organização comunitária, das condições de produção (com pesquisa e aperfeiçoamento tecnológico) não só para a preservação do ambiente mas para o benefício dos moradores. Depende também da sua integração ao desenvolvimento regional: as Reservas Extrativistas não devem - nem podem - ser ilhas auto-sustentáveis (ALLEGRETTI, 1992; WEINGAND JR & PAULA, 1998).

“A criação de uma reserva extrativista não significa sua imobilização, seja em termos econômicos ou sociais. Ao contrário, é um processo de intervenção planejada em uma realidade que apresenta a mais variada gama de problemas: são populações pobres, sem infra-estrutura social, com pequena capacidade organizativa e altas demandas emergenciais. Não significa, portanto, que se pretenda manter a base extrativista tal como se encontra no momento em que uma reserva é criada.” (ALLEGRETTI, 1992: 156).

Não se trata apenas de perceber que as populações no passado contribuíram com a biodiversidade e com a manutenção da floresta. Não se trata apenas de constatar que no presente as comunidades firmaram o “pacto” assinando o Plano de Uso da Reserva. É preciso que se criem Instituições Robustas (OSTROM, 1990; OSTROM & BECKER, 1995) que capacitem os moradores a usarem os recursos, segundo os novos termos, de forma sustentável e por um longo

⁶⁰Segundo o autor, a tragédia decorrente da destruição dos recursos naturais de uso comum é inevitável. Sem coação os indivíduos não se dispõem a adotar uma postura de respeito, de responsabilidade comunitária.

período. E isso leva tempo⁶¹.

Preservar as florestas com assentamentos humanos sustentáveis é uma alternativa para populações que não teriam boas condições de vida e emprego nas cidades (LEFF, 1999). Reserva Extrativista garante a terra, o acesso aos recursos, mas o uso dos recursos deve propiciar a melhoria das condições de vida dos moradores (saúde, educação, locomoção e direitos civis) ao mesmo tempo em que precisa garantir a conservação dos recursos conforme definido pela Associação de Moradores com aprovação do IBAMA. Entre esses dois parâmetros extremos se colocam os elementos que estimulam a permanência ou a saída de moradores. Ficando podem contribuir para a conservação dos recursos (presença que impede invasões, uso que estimula a recuperação da flora e da fauna) ou elemento que acelera a degradação (desmatamento para plantio e pastagem, caça). Saindo, deixam colocações expostas sujeitas à invasão e se sujeitam a um conjunto de condições de vida desfavoráveis nos centros urbanos. Uma Resex vazia não será uma boa área de conservação; o morador fora dela não terá grandes oportunidades na cidade.

Na busca pelo desenvolvimento sustentável nas Resex, a presença dos moradores é a chave. Não apenas quantos são e onde estão, mas o que estão fazendo e o que podem fazer. O texto a seguir aborda como a criação das unidades visitadas afeta as comunidades e o que se tem buscado fazer para reorganizar os modos de vida e produções locais. As informações obtidas no campo foram sintetizadas conforme categorias que o CNS e o CNPT consideram essenciais para o êxito da proposta de Resex: o direito de uso, a organização comunitária e a melhoria das condições de vida e produção.

⁶¹São consideradas robustas aquelas “instituições” (arranjos, práticas, regras, organizações...) que existam há muito tempo e que garantiram a conservação dos recursos naturais. Num contexto em transformação, com antigas instituições sendo revigoradas e/ou substituídas não é adequado considerá-las robustas. Cardoso (2002) usa o conceito de robustez ao considerar as Resex, em especial a Chico Mendes.

3.2 *Direito de Uso*

“Estamos vendo uma sociedade onde nós acabamos com o patrão” (Morador - Chico Mendes).

Todas as unidades possuem em comum a reivindicação de seus moradores pela terra. Logo, a regularização fundiária de uma Resex - a obtenção do Direito de Uso - e a segurança de poder usar os recursos naturais sem o receio da expulsão pelo patrão ou fazendeiro é um grande incentivo às ações na Reserva.

“Hoje graças a Deus cada um é dono de sua pessoa; acabou-se o negócio de patrão” (Morador - Rio Ouro Preto).

Estar livre do patrão e do fazendeiro é elemento importante para a mobilidade, pois dá maior poder para que o morador decida sobre sua permanência na Reserva ou em determinado local dela. Nos tempos dos patrões a mobilidade nos seringais estava condicionada ao saldo, à produção do seringueiro. *“Quem tinha saldo podia baixar”* (ir para a cidade); e a produção condicionava também a permanência do trabalhador numa determinada colocação de um determinado seringalista. O “mau seringueiro” aquele que não era produtivo ou que entrava em atrito com o patrão raramente permanecia trabalhando num seringal: *“se o seringueiro não produzia aquilo que o patrão queria, perdia a colocação”*. Estar submetido ao dono das terras (no caso das reservas do Maranhão), como arrendatário ou empregado, era estar sujeito às regras por ele impostas e, nos casos de desentendimento, significava estar obrigado a partir atrás de terras livres ou se a sujeitar a outro proprietário.

O patrão-fazendeiro-empresário-especulador-pecuarista desempenha o importante papel de antagonista na história das comunidades das Resex. Não só pela restrição ao acesso aos recursos mas por degradá-los. Por oposição, o extrativista e o lavrador, protagonistas de suas histórias, assumem o papel dos que reivindicam a terra e dos que podem conservar a natureza.

Na verdade, as seis reservas têm em comum o passado de luta pelo direito à terra e a

incorporação de questões ambientais aos seus discursos. Afinal, reivindica-se um “assentamento” numa unidade de conservação. É significativo que o antagonismo seja integralmente assumido também entre os moradores das reservas maranhenses. Nos discursos, o conflito com os fazendeiros é marcado não apenas pela referência à questão fundiária mas pela postura com relação aos recursos e, principalmente, por terem os proprietários lutado contra a criação das Resex.

No passado os donos da terra eram vorazes destruidores de recursos:

“Os donos de terra faziam era vender madeira. Acabou a madeira, acabou a caça, ficou o chão. Passava caminhão dia e noite levando madeira” (Morador de Ciriaco).

Donos da terra, exploravam a força de trabalho dos moradores:

“Quem tá por aqui não tem terra, tem que se assujeitar a trabalhar por uma diária sem valor” (Morador da Ciriaco).

Depois, com o decreto da Resex a situação se tornou pior pois os fazendeiros passaram a reprimir violentamente os líderes dos moradores, a restringir o acesso aos recursos em suas propriedades, a limitar o arrendamento e a derrubar a mata que ainda restava

“Para descaracterizar a reserva, ou seja, acabar com a riqueza que ela tinha para que dissessem que não tinha sentido ter a reserva” (Membro da Associação de Ciriaco).

“Só sobrou o babaçu, e ainda é pouco. Tinha muito mais. Esses fazendeiros que entraram aí começaram a derrubar palmeira como o diabo por causa da reserva” (Morador da Ciriaco).

O mesmo tipo de atitude foi tomada pelo “paulista” que na década de 70 chegou como dono da Fazenda Frechal:

“Em 1974 ele apareceu como dono, com toda a papelagem. Ofereceu vantagens para nossos pais saírem da propriedade. Depois [década de 80] fez muita pressão mesmo. Mandava derrubar casa... ficamos trabalhando meio coagido” (Morador da Frechal).

Com o decreto da Resex, e diante da inação do IBAMA para sua regularização, contam as lideranças que o patrimônio natural foi sendo destruído pelo dono da fazenda como um modo de pressionar os moradores a saírem e de descaracterizar a reserva. A violência e a restrição ao uso

dos recursos, aumentaram.

“O fazendeiro, que falsificou documentos da área, cujo primeiro registro data de 1792, tratava os negros como se ainda fossem escravos e os reprimiu mais ainda depois que o Decreto 536, de 20 de maio de 1992, transformou a área em Reserva Extrativista Quilombo Frechal” (SMDH, 1999: 36).

“a gente não tinha direito de tirar uma palha para cobrir uma casa, a gente não tinha direito de tirar um esteio, nada...” (Membro da Associação de Frechal).

Mas não se pode deduzir que estar livre do patrão e do fazendeiro contribua necessariamente para a permanência do morador que deseja ficar na Reserva. Nos seringais, era o patrão quem dava o crédito para que “baixassem” para a cidade, era ele quem dava assistência ao extrativista, que o colocava em contato com o mercado. No Maranhão, era o fazendeiro quem gerava a demanda da mão-de-obra e do produto dos camponeses. Estar livre do patrão pode significar, pelo menos para parte dos moradores, estar órfão, não ter assistência, não ter mercado nem mercadoria e, portanto, é estar obrigado a deixar a Reserva.

“Bom era no tempo do patrão... o patrão era que nem um pai no seringal. A gente confiava. Hoje não tem mais aquela pessoa que responde por nós. Cada um recebia pelo que fazia. Hoje o ganho está muito difícil, ninguém vive mais de seringa” (Morador da Rio Ouro Preto).

Ter o direito ao uso da terra é condição necessária mas não suficiente, ou melhor, a mera criação das unidades não basta para a manutenção da população nem como garantia da integridade da área. É preciso criar condições de vida e produção adequadas às necessidades das comunidades e às condições do mercado. Sobretudo no Acre e em Rondônia, os relatos indicam que a queda do preço da borracha aliado ao fato de não se terem criado mecanismos eficientes de substituição das funções anteriormente desempenhadas pelos patrões, ocasionaram a ida de muitos moradores para as cidades e a progressiva substituição do extrativismo por outras atividades. Moradores, Lideranças, CNPT e CNS entendem que a garantia da terra é importante mas que a permanência do seringueiro não está garantida

“...se não tiver saúde, transporte, educação, forma de produzir... sem isso, daqui um tempo as Resex vão estar todas vazias” (Membro do CNS).

Mas a criação das unidades beneficiadas pelo Projeto Resex é um grande êxito sob a ótica de um programa de Reforma Agrária, se compararmos o tamanho da população beneficiada e a grande área convertida em Reservas Extrativistas entre 1988 e 1998 face aos assentamentos do INCRA (ALMEIDA, 1998). Como justificou um participante do movimento desde os anos 70,

“Nem o movimento dos sem-terras teve a conquista que nós tivemos porque eles têm que entrar na terra e nós já estamos nela. Então, para tirar a gente é muito mais difícil” (Morador da Chico Mendes).

Tais Resex (as quatro primeiras decretadas) tiveram evidente vantagem com relação a conquista do Direito Coletivo de Uso, um grande problema para as comunidades das Resex Maranhenses. Mas mesmo com recursos ficou patente o despreparo - limitações técnicas - do IBAMA para lidar com questões fundiárias, como o próprio CNPT reconhece. A situação era nova para o IBAMA e somavam-se complicadores decorrentes da delimitação inadequada de algumas reservas (Rio Ouro Preto), da força dos proprietários, ou supostos proprietários, de áreas a serem desapropriadas (Rio Cajari) e do clima de acirrado conflito no Acre. Assim, nos primeiros anos do Projeto Resex a regularização fundiária acabou por receber maior ênfase que as questões ambientais (IRVING et al., 1997).

Na Resex Chico Mendes foram 172 processos de desapropriação; no Alto Juruá 14 - todas as áreas marcadas por uma história de conflitos intensos. Na Rio Ouro Preto o INCRA havia “cortado” lotes para os soldados da borracha no início dos anos 80 (IRVING et al., 1997: 27) mas não os tinha efetivamente implantado. Na Rio Cajari a situação era complicada apesar das áreas à desapropriar estarem em nome de apenas três proprietários - a empresa Monte Dourado, S.A. (Jari), João de Souza e o Banco Meridional. A imprecisão dos títulos dificultava a definição dos limites das propriedades e várias pessoas (grileiros) reivindicavam a propriedade de áreas menores, o que gerou a necessidade de um estudo detalhado da cadeia dominial dos títulos (IRVING et al., 1997: 29). O poder local e a inabilidade do IBAMA em atender os procedimentos para solicitar a desapropriação geraram um longo processo judicial, de tal modo que em 2001

ainda existiam processos pendentes e mesmo já tendo sido feito o depósito dos valores da indenização, os moradores não haviam recebido o título.

Fora do Projeto Resex, Frechal e Ciriáco enfrentaram grandes problemas, só compensados pela organização local e pelas parcerias feitas com Sindicatos Rurais, Centro de Cultura Negra do Maranhão, Caritas e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Terminada a Rio 92, o governo nada fez para a efetiva regularização fundiária das áreas.

“O Collor assinou o decreto mas deixou pra lá. Quando o Sindicato soube que tinha a reserva decretada, começou a lutar” (Morador da Ciriaco).

“A gente ficou sabendo porque passou na televisão. Só que ninguém se mobilizou em nada e aí ela caducou. O primeiro decreto caducou [em 1994] e o segundo estava para caducar. Mas tem essas pessoas dessas organizações, o sindicato... daí a gente se juntou e foi atrás. Em 2000 fizemos uma Assembléia e definimos uma comissão de sete moradores para conversar com o Ministro do Meio Ambiente. Ele sendo do Maranhão tinha que resolver, para sim ou para não. A situação era tão delicada que tivemos que pedir dinheiro para outras associações [Sindicato dos Trabalhadores Rurais] para podermos ir pra Brasília” (Morador da Ciriaco).

Como resultado, foi criada uma Comissão de Levantamento Fundiário para a avaliação das propriedades a indenizar. Em Ciriaco existiam no momento da pesquisa de campo 30 proprietários, geralmente fazendeiros-pecuaristas. Segundo o INCRA de Imperatriz por ali há tendência à concentração fundiária e a Reserva acabou sendo uma possibilidade de romper esse processo. Vários moradores chegaram a ser beneficiados com “lotes de papel” dados pelo INCRA entre a década de 70 e 80 - os lotes não chegaram a ser cortados - e outros receberam lotes “no tempo da GETAT”. Mas com o passar dos anos, os pequenos proprietários foram perdendo a terra para os grandes fazendeiros.

Na mesma situação em que se encontrava Ciriaco, Extremo Norte do Tocantins e Mata Grande em 1994, a regularização da Frechal também dependeu da organização local. Às vésperas de caducar o decreto de criação da unidade, o IBAMA ainda não havia feito o depósito legal para cobrir as despesas com a desapropriação

“... a resistência das famílias, diante da demora do Governo Federal para desapropriar a

área, levou 65 pessoas de 2 a 19 de maio de 94 a ocuparem a sede do IBAMA com seus atabaques, até a liberação da área. O sangue dos antepassados das nações Mandinga, Benguella, Mina, Cabinda, Angola e Congo falou mais alto” (SMDH 1999: 36).

Apesar da demora generalizada para a regularização fundiária das reservas, e das evasões verificadas em alguns momentos, as pessoas que permaneceram e apoiaram suas unidades tomaram tal atitude baseada na segurança com relação a terra. A mais evidente consequência verificada em todas as Resex visitadas é que, garantida a terra (ou diante da possibilidade de sua garantia) muitos começaram a se dedicar a melhorar suas condições de habitação, reformando e construindo novas casas.

Segundo os Coordenadores do CNS, as Resex são importantes pois resolvem o problema fundiário, garantindo ao morador o direito de uso e evitando que ele vá para a periferia das cidades. Com a Resex, o morador pode ter um plano de longo prazo para uso dos recursos. O problema, do ponto de vista da manutenção da cobertura florestal, é que a garantia da terra sem que existam condições para a prática do extrativismo incentiva a mudança de atividade econômica na Reserva e não necessariamente a mudança para a cidade - mais freqüente no passado.

Ficar na Reserva ou ir para a cidade

Rios navegáveis todo o ano e vias de acesso como rodovias, estradas e caminhos - assim como a disponibilidade de meios de locomoção (caminhões, barcos, motores) - facilitam o contato entre diversos pontos da Reserva, ajudam na organização e coesão dos moradores (realização de reuniões entre comunidades e assembléias maiores). Facilitam o intercâmbio de produtos internos à reserva - os moradores constituem (ou deveriam constituir) o primeiro mercado dos produtos locais. Determinam a possibilidade de adquirir produtos de fora sem depender de intermediários (“marreteiros” que cobram preços exorbitantes pelas mercadorias). Ao influenciarem no intercâmbio de informações e produtos, nas idas e vindas para os centros

urbanos, podem incentivar a fixação populacional (às margens do rio ou estrada), o monitoramento ambiental, mas também invasões e desmatamento. O isolamento, em compensação, pouco conveniente ao desenvolvimento das comunidades, pode ser um fator importante para a não exploração de recursos naturais.

A existência de centros urbanos, as características de tais centros e o tipo de vida que se pode ter neles é um fator que pesa bastante nas decisões de ir ou ficar. Mas não há unanimidade quanto as vantagens ou desvantagens de ir para a cidade. Entre os moradores que ficaram, percebe-se que a cidade não funciona apenas como um pólo de atração, como geralmente se supõe.

A cidade é um lugar de referência, para onde se vai às vezes. É lugar onde moram parentes que não mais desejaram ou puderam se manter na Reserva.

“Todo mundo que mora na reserva tem um parente na cidade. Quando não é um tio, é um primo, o pai... mas uma família que mora na reserva garante a quem está lá dentro e ajuda aqueles que estão na cidade, que ganham salário de miséria ou estão desempregados (Morador da Chico Mendes).

Nos momentos difíceis dentro da mata, a cidade é um lugar para onde se vai quando faltam alternativas, e de onde se sai quando possível. Assim, não é uma situação rara voltar (ou tentar voltar) para a Reserva.

“Na baixa da borracha uns foram para Cruzeiro [do Sul]. Muitos ficaram na agricultura passando um pouco imprensado... Sempre volta alguém mas as famílias que estão chegando já moravam aqui” (Morador da Alto Juruá).

Posto que

“A vida na cidade não é fácil pra ninguém... quanto mais para nós que nunca fomos preparados. Os que vieram de lá [Rio Ouro Preto] há muitos anos, até hoje não conseguiram um trabalho digno. Estão aí no subemprego” (Membro da Associação de Moradores da Rio Ouro Preto).

Assim, os moradores estabelecidos, com boa colocação, com uma roça suficiente - enfim, que tenham conseguido equacionar produtos de subsistência com produtos para o mercado - não se interessam em sair. Não há motivo para se arriscarem em um lugar para o qual não se está

preparado, e no qual é difícil conseguir a subsistência, ao menos.

“Ninguém da família tem intenção de sair daqui não. Pra cidade eu não tenho vontade de ir... eu tenho visto o exemplo dos meus parceiros que saíram daqui para a cidade e hoje em dia tão querendo voltar e não tem mais recurso para voltar. Ainda tem colocação desocupada mas quem foi pra cidade não tem mais patrão, não tem mais quem auxilia ele lá, e ele não tem mais recurso para voltar. Os filhos de muitos deram para roubar porque não tem recurso lá... o camarada que não tem emprego na cidade vai viver do que? Vai roubar; só pode é roubar” (Morador da Rio Cajari).

Para pessoas nas Reservas (e vários dos que saíram) a atração da vida na cidade *versus* as dificuldades em permanecer na Reserva, motiva o êxodo daqueles que não acreditam na viabilidade da proposta.

“Tem muita gente que saiu daqui porque disse que aqui não dava... que era muito fraco, não dava para viver. Só que muitos dos que saem voltam e os outros, lá pra frente, a gente sabe que não fica bem - muitos não voltam porque não têm como voltar” (Morador da Ciriaco).

“Teve gente que saiu e voltou mas tem aqueles que querem voltar mas não consegue porque não tem recurso para construir casa” (Morador da Rio Ouro Preto).

Nas quatro unidades do Projeto Resex e na Ciriaco a questão do ir para a cidade ou ficar na Reserva esteve sempre presente nas entrevistas com ex-moradores ou lideranças que estão nas cidades, com os membros do CNPT, do CNS e de outras instituições parceiras. Ao mesmo tempo em que os centros urbanos foram considerados por todos como importante para as Reservas do ponto de vista do mercado e como concentradora de serviços, raríssimos foram os interlocutores que defenderam a possibilidade de uma vida confortável nas cidades. Na justaposição das condições de vida na cidade com condições nas Reservas, normalmente não se pesa as vantagens de um e de outro mas sim as desvantagens. Ou seja, vai-se a cidade quando a situação na área da Reserva é muito ruim (dificuldade de produzir e vender o produto, falta de escola e condições de saúde); se não for assim, a pessoa está indo “iludida”.

Mesmo que não seja estímulo suficiente para mover uma família inteira para fora da Reserva, a cidade pode provocar a combinação de diversas estratégias de mobilidade populacional. A saída de parte dos membros da família: mulheres, jovens em idade escolar,

idosos, adultos que se aventuram em outras regiões (garimpos, seringais, centros urbanos), é uma dessas estratégias comuns. Outra é o deslocamento dentro da Reserva, para porções mais próximas das rodovias e centros urbanos (Chico Mendes, por exemplo), para junto dos rios navegáveis (Alto Juruá, por exemplo), ou mesmo para a ocupação combinada de porções conforme a estação do ano e tipo de uso dos recursos, tanto dentro da Reserva quanto passando parte do ano nela e parte na cidade (algo mais comum entre os moradores da Rio Ouro Preto).

A proximidade com a cidade é determinada não apenas pela distância mas pelas condições de acesso. Quanto mais fácil o acesso, melhor para o intercâmbio direto, menor a necessidade do marreteiro, e menos propenso estará a se mudar para a cidade o morador insatisfeito com a sua colocação: ele pode ir para lá temporariamente, numa parte do ano, como é comum na Rio Ouro Preto; ele pode ir até a cidade para acessar mercados e serviços urbanos quando necessário, beneficiado pelas centenas de quilômetros de vias de acesso abertos na Chico Mendes.

Isso ajuda a entender a mudança de muitos moradores para porções mais próximas dos rios e das rodovias nas unidades do Projeto Resex e a entender a situação dos moradores de Frechal e Ciriaco. Muitos deles residem em vilas ou na vizinhança de vilas e sedes municipais, contando com considerável infraestrutura em seus locais de moradia. A facilidade de acesso às sedes dos municípios - as Resex são cortadas por estradas e há transporte rodoviário disponível - permite o intercâmbio diário. Mesmo aqueles que eventualmente tenham atividades urbanas podem perfeitamente trabalhar na cidade e morar dentro das Reservas. Com a garantia da terra, os moradores não encontram motivos para sair das Resex nem para mudar o local de residência dentro delas.

3.3 Organização

A organização local é considerada como fundamental para o êxito das Resex, por todos os envolvidos, a garantia da ocupação sustentável. É reportada como o grande avanço no caso das unidades do Projeto Resex; e, no caso das unidades maranhenses, é tida como o fator que compensou a falta de recursos, o distanciamento com o CNS e com o CNPT, garantindo pelo menos a regulamentação das Reservas. Apesar dos avanços, CNS e CNPT concordam que a organização local é um aspecto que precisa ser ainda trabalhado para o maior fortalecimento das comunidades e comprometimento dos moradores com a proposta do desenvolvimento sustentável, da preservação ambiental e do uso comum dos recursos. Afinal, nem sempre o discurso das lideranças é compartilhado pelos moradores. Concordam ainda que o relacionamento com órgãos públicos, ONGs, instituições de pesquisa, dentre outros que possam vir a se constituir em parceiros de projetos dentro das Reservas, precisa ser estimulado para que se multipliquem as ações nas Resex e as comunidades não fiquem dependentes de poucas fontes de apoio técnico e financeiro. Como bem disse um membro do CNPT:

“O difícil é planejar... se hoje está começando a funcionar, amanhã muda a política, muda o chefe... não dá para saber o que será amanhã”.

Existe uma rede de organizações e parcerias que abrange desde as colocações até o plano nacional e internacional. Restritas aos moradores das Reservas, existem duas escalas de organizações: os Núcleos de Base, unidades mínimas, elementares, cada uma delas agregando uma comunidade ou conjunto de colocações; e as Associações de Moradores, que representam as Resex e que detêm o Direito Coletivo de Uso.

Não restritos aos moradores das Resex, entrecruzam-se vários tipos de organizações e parceiros. Geralmente, tais organizações reúnem comunidades da Reserva a outras comunidades com características e/ou interesses similares. São as cooperativas, a princípio com preocupações mais voltadas à produção e comercialização, mas que acabam tendo grande importância na

política local; os Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios, importantes para o suporte e defesa das comunidades em seus conflitos pela terra; as organizações com representação Estadual, Regional e Nacional como a Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco da Região Tocantina (MIQCRT), a Associação das Comunidades Negras Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ) e o CNS. Este último, originalmente voltado aos interesses dos seringueiros, em função de sua importância para a representação dos moradores das Reservas Extrativistas e sua atuação nacional, passou a incorporar preocupações dos outros grupos. Para tais organizações, as Reservas Extrativistas constituem um tipo de solução para a regularização fundiária das terras onde vivem seus representados – e não a única.

Há também ONGs e instituições externas aos moradores, ou seja, instâncias que não possuem os moradores como membros ou associados, mas que desde a década de 70 apóiam os moradores. São essencialmente organizações humanitárias, de direitos civis, ambientalistas e universidades. Somam-se a elas, órgãos públicos (municipais, estaduais e federais) que bem ou mal dão suporte às demandas dos moradores em termos de crédito, suporte técnico, serviços públicos e infraestrutura. Dentre estes, destaca-se o CNPT, co-gestor das unidades.

A definição de uma linha de organizações articuladas, da escala local até a nacional (com articulações internacionais) foi fundamental para que se criasse um aparato institucional e legal que não existia antes da definição da categoria de Resex, e que instrumentalizou o Governo Federal, permitindo a criação dos meios legais de manter os moradores nas áreas reivindicadas. Dentre as modalidades de regulamentação fundiária - assentamentos do INCRA - não existia uma solução como o Direito Coletivo de Uso, sem lotes “cortados”. Dentre as modalidades de manejo e conservação - unidades de conservação do IBAMA - não existia um tipo que permitisse a co-gestão da área entre moradores e o Estado.

Na escala das unidades, a organização dos moradores é fundamental para ocupar o vazio

causado pela perda do patrão, servindo para colocar o morador em contato com o mercado - levando o produto coletado/produzido e trazendo mercadorias, garantindo o fornecimento dos equipamentos e insumos necessários à produção, fornecendo crédito ou canais de crédito. Isso é o ponto de partida para que o morador consiga se manter na Reserva: ter destino para o que produz e uma fonte que lhe antecipe crédito:

“No final do ano de 90 [com a criação da Resex], nós não tivemos saldo, nem tinha o patrão para dar o abono. Muitos foram para a cidade” (ex-morador da Rio Ouro Preto).

A organização local deve substituir a figura do patrão que tomava as decisões - algumas lideranças dizem que muitos *“ainda vivem na ilusão do patrão”* - ajudando na superação de antigas formas de organização paternalistas e instituindo formas de cooperativismo e associativismo compatíveis (democráticas) com o uso comum dos recursos e com próprio desenvolvimento sustentável. Precisam suportar os moradores no processo *“de deixar de ser freguês para ser patrão”* (Membro da Associação de Moradores da Rio Cajari).

As organizações locais têm também a responsabilidade de representar os moradores externamente, buscando apoio e parceiros para o aperfeiçoamento das condições de vida e produção, fortalecendo as alianças com instituições externas àquelas que os representam. Tanto o CNS quanto o CNPT enfatizam que a relação com parceiros é condição para que sejam gerados os benefícios que estão além das capacitações e responsabilidade do IBAMA (por exemplo, a educação) e das finalidades do CNS - que se atribui uma função muito mais política do que a de organizar produção e conservação ambiental.

Núcleos de Base, Associações e Cooperativas

Os núcleos de base têm atuação local, reúnem os residentes numa mesma comunidade, num mesmo seringal; pessoas com objetivos comuns de curto, médio e longo prazos, e que normalmente estão dispostos a ações coletivas (mutirões, por exemplo) para a melhoria das

condições de vida (alimentação, saúde, habitação, educação) e produção. A participação comunitária na construção de benfeitorias e edificações foi verificada em todas as seis reservas visitadas, uma evidência que as bases podem funcionar quando estimuladas a resolver problemas comuns, mesmo naquelas Resex, ou porções de Resex, onde a Associação de Moradores seja menos eficiente. Também foi verificada em diversas atividades produtivas, como a produção da farinha de mandioca e a quebra do coco do babaçu, em que os moradores “trocam serviço”, ou seja: um produtor(a) ajuda na produção de seu vizinho ou parente e, posteriormente recebe o mesmo tipo de ajuda, em retribuição.

A idéia do Núcleo de Base é apresentada pelo CNPT como uma extensão do trabalho de Chico Mendes para a iniciação nos movimentos sociais dentro das Resex (RUEDA, 1998), tratando-se de uma instância que evoca as CEB e que se poderia definir, juntamente com as Associações de Moradores, a partir da idéia de organizações locais para o manejo de recursos naturais (RASMUSSEN & MEINZEN-DICK, 1995). Núcleos de Base *“atuam como embriões da organização comunitária, gerenciando os problemas do dia-a-dia e agindo como postos avançados na educação ambiental dos moradores”* (CNPT, 1999a: 19). Assim, desenvolvimento e manejo sustentável de recursos, vão sendo disseminados entre os moradores.

O CNPT dedicou-se com afincos ao fortalecimento dos Núcleos e à capacitação das Lideranças, depositando nelas a esperança da propagação de informações importantes para a melhoria das condições de vida, para a aplicação dos conceitos e a conservação dos recursos. Para isso foram realizadas reuniões para a formação de lideranças, publicação de cartilhas sobre desmatamento e fogo; saúde e noções de higiene (CNPT, 1995a); fortalecimento do grupo, condições de vida e organização (CNPT, 1995b). Dentro das Reservas, o CNPT realiza reuniões periódicas com pequenos grupos de lideranças de várias comunidades (Figura 18 “a” e “b” - Alto Juruá, 2000) para treinamento, divulgação de propostas e resultados. Trocam com eles informações, mas certamente esperam deles a propagação de suas idéias, a constituição de

aliados dentro da unidade.

Nem todos os moradores fazem parte de uma associação mas, pelo menos, fazem parte de um Núcleo. Estes estão ligados à Associação de Moradores, às Organizações, Conselhos, Cooperativas e ao próprio CNPT, de tal modo que a existência de “boas” Lideranças locais é essencial para a comunicação entre os moradores e as instâncias externas sem que se dependa das Associações (sujeitas a desempenhos melhores ou piores conforme a Diretoria eleita); para que os moradores se façam ouvir e para que recebam as orientações “ambientalistas” (do CNPT) e “políticas” (do CNS). Boas lideranças comunitárias, inclusive, são a esperança de que no futuro não existam Associações ruins. Por isso o fortalecimento dos Núcleos foi estimulado nas quatro unidades⁶² do Projeto Resex e o êxito da proposta -face ao seu baixo custo e aos seus efeitos de longo prazo - levou à sua expansão para outras unidades e à sua valorização na extensão do Projeto Resex.

“No [Projeto] Resex II nós idealizamos fortalecer o núcleo... porque onde você sente que a coisa realmente funciona é onde há um bom líder lá na base, na comunidade” (Membro do CNPT).

As Associações dos Moradores são as co-gestoras das Resex; cabem a elas garantir o respeito ao Plano de Uso. Normalmente se constituem por um Conselho Deliberativo (Presidente e Tesoureiros) e um Conselho Fiscal (Titulares e Suplentes), com membros eleitos em Assembléia Geral Ordinária, conforme orientação do CNPT (CNPT, [s.d.]).

Antes das Resex as comunidades já se organizavam em Associações e Cooperativas, mas a ação do CNPT acabou levando, na década de 90, à criação de novas organizações padronizadas para o trabalho em parceria, que implicava não só no gerenciamento como no recebimento de repasses orçamentários, no recebimento do Direito de Uso, na elaboração de Planos de Uso e Planos de Desenvolvimento. Tais associações foram criadas conforme um modelo orientado pelo

⁶²No conjunto das Reservas do Projeto Resex foram implantados 107 Núcleos de Base, com participação ativa de 1718 família (CNPT 1999a), um número expressivo se considerarmos a população contabilizada no Cadastro de Moradores de 1998.

CNPT, que cobre desde a criação dos Estatutos de cada uma delas, as formas como tais associações deveriam conduzir seu funcionamento e as condutas dos membros da diretoria (CNPT, [s.d.]). Comparando-se os estatuto das Associações, assim como os Planos de Uso das Resex, nota-se como todos seguem o mesmo padrão de direitos e deveres, ainda que os ajustem aos contextos locais de cada unidade.

Inicialmente as Associações tentaram assumir as funções dos antigos patrões, intermediando produtos entre os moradores das Reservas e o mercado. “Cantinas” (locais de compra de borracha e venda de mercadorias) foram criadas nas principais comunidades de cada reserva e entregues para que as Associações administrassem, garantindo o abastecimento de mercadorias vindas da cidade e comprando a produção de borracha dos seringais. O CNPT criou um fundo rotativo de R\$540.000,00 para a comercialização da produção e o valor foi repassado para 21 cantinas comunitárias. O resultado da experiência foi desanimador em boa parte das cantinas. Algumas prosperaram, muitas faliram, conforme o grau de organização da comunidade e a ação das Associações. A inexperiência administrativa, as vendas “fiadas” e a crença de que a fonte dos recursos não se acabaria foram as principais justificativas para os fracassos.

Segundo o CNPT,

“A nossa intenção na época era que as cantinas fossem a fonte de abastecimento mas os seringueiros, apesar do treinamento, não se adaptaram a nova condição” (Membro do CNPT).

A inexperiência administrativa e problemas na condução das Associações colaboraram para a falta de representatividade de muitas delas. As Associações reportam que o número de associados não é alto mas cresce com os anos. Na opinião de muitos moradores as vantagens de ser associado não compensam as taxas de admissão e de manutenção - na venda da produção para a Associação, seus membros geralmente recebem um valor maior pelo produto do que os não associados – principalmente quando há desconfiança quanto à integridade ou ao tipo de trabalho que vem sendo feito pela diretoria. Com um número baixo de membros efetivos, as Associações

não dispõem de recursos financeiros próprios que lhes permitam sequer autonomia com relação ao CNPT para a realização de Assembléias (Figura 18 “c” e “d” - 7ª Assembléia Geral dos Moradores da Chico Mendes, 2000), eventos que exigem o deslocamento de muitos moradores para o local da reunião, o que gera um custo que mesmo as Associações maiores não conseguem arcar sozinhas.

Há muita diferença nas organizações por Reservas e no desempenho (e interesse de seus líderes). Passados alguns anos da criação das Associações, vê-se que a matriz comum não garantiu um desempenho comum a todas as unidades. As Associações mais organizadas e com administrações mais honestas foram essenciais para o bom uso dos recursos, para os resultados obtidos, para a coesão dos moradores e funcionaram como estímulo à permanência nas Reservas - à luta por seu êxito. A credibilidade das Associações afeta o interesse dos moradores em participarem dela, e uma associação com poucos membros é mais fraca, menos representativa. A boa condução da Associação, o cumprimento de obrigações legais e bom uso das verbas recebidas, implica nas condições de crédito que elas podem obter, e isto afeta a sua existência futura.

Das quatro reservas do Projeto Resex, a que teve mais problemas com a Associação de Moradores foi a Rio Ouro Preto. Justamente a Reserva Extrativista com menor número de moradores (e associados) experimentou, relativamente à sua população total, o maior êxodo. Ali a credibilidade da Associação é muito baixa:

“A associação dos seringueiros não resolve nada... fizeram besteira com dinheiro” (Ex-morador da Rio Ouro Preto).

Entre as unidades do Projeto Resex, as lideranças da Chico Mendes apresentam um grau máximo de comprometimento, enquanto que em Rio Ouro Preto impera a desorganização. A tradição sindical gera um compromisso grande por parte dos antigos líderes - muitos das quais ainda residentes em suas colocações - com o êxito da Reserva Chico Mendes e com o próprio

modelo⁶³. A proximidade com o CNS é bastante sentida e favorece a propagação da informação e a organização das comunidades; funcionando como um elemento de oposição às práticas que não estão de acordo com proposta original mas que se verificam em alguns lugares da Reserva (por exemplo, a formação de pastagens).

Na avaliação das associações feitas pelo CNPT,

“lá na Ouro Preto, todas as diretorias das associações que foram eleitas e passaram um determinado período na cidade não voltaram mais. É impressionante. Em Chico Mendes não. Os moradores que vieram para participar do movimento de diretoria quase todos voltam quando terminam o mandato.”

Na Rio Ouro Preto a tradição é o uso político das Associações e dos recursos, questões trabalhistas, falhas e desentendimentos com a comunidade, não prestação de contas, problemas que levaram ao impedimento de repasse de verbas e assinatura de convênios. A baixa credibilidade das Associações provocou cisões entre os moradores e a criação de outras Associações dentro da Reserva, para driblar os problemas legais e dar voz aos grupos de moradores que não se sentiam representados.

A criação de novas Associações pode ser uma tendência nas comunidades que não se sentem representadas ou beneficiadas pelos recursos que são repassados às Associações. Para os moradores da parte baixa da Resex Rio Cajari,

“Tudo ia para o Alto Cajari, os projetos de transporte, de produção e faltava recursos para cá” (Morador - Cajari).

A solução encontrada foi a organização local e a criação de uma segunda Associação de Moradores. Nas Reservas do Projeto Resex é difícil aglutinar as pessoas e a distribuição do poder ainda estão se definindo. Nas Reservas Maranhenses as vilas acabaram por orientar os

⁶³Muitos dos interlocutores faziam questão de se identificar como amigos ou parentes de Chico Mendes, ou de outros líderes falecidos, inclusive para destacar suas participações nos empates e nos debates da época sobre o tipo de solução que se deveria dar para as suas reivindicações. O confronto com os pistoleiros, a expulsão dos moradores para a cidade, a inadequação da proposta de assentamento do INCRA eram os elementos mais comuns de seus relatos. A presença e a atuação da Igreja na organização e orientação das comunidades, no passado e recentemente, foi algo bastante valorizado, assim como a importância dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais inicialmente em Brasília e depois em Xapuri. Para alguns, o pioneirismo no sindicalismo e no movimento dos seringueiros, a tenacidade do enfrentamento, as mortes dos amigos e companheiros, permitiam o paralelo com as campanhas que levaram à conquista do território acreano no início do século XX.

agrupamentos institucionais: na Ciriaco a Associação de Moradores se estrutura em torno da vila principal; na Frechal existe uma Associação de Moradores para cada uma das principais vilas (Frechal, Rumo e Deserto).

Se os núcleos e as Associações têm a função de garantir a ocupação da Reserva conforme os Planos de Uso e o propósito do desenvolvimento sustentável, cabem às cooperativas o papel de facilitar a produção e o comércio dos produtos florestais.

As Cooperativas não existem em função das Reservas. Reúnem cooperados e associações de dentro e de fora das unidades. Geralmente lhes cabe a funções relativas a produção (beneficiamento) dos produtos extrativistas e também a comercialização de tais produtos com o mercado nacional e internacional. Trata-se uma instância importante na estratégia de agregar valor ao produtos das Reservas, eliminando atravessadores. No Acre, Cooperativas antecedem as Reservas e suas funções não se restringiam apenas às atividades de comercialização e produção mas também na organização dos seringueiros - funcionavam como concorrentes dos patrões, empurrando o preço da borracha para cima. Atualmente cuidam do beneficiamento da borracha e da castanha, no Acre e em Rondônia, do Açaí no Amapá e babaçu no Maranhão. O IBAMA construiu as usinas de beneficiamento que foram repassadas para as cooperativas dos extrativistas, juntamente com o capital de giro para colocá-las em funcionamento.

Essas três instâncias (Núcleos, Associações e Cooperativas) constituem a base para o funcionamento adequado das Resex, propiciando estímulos à ocupação e à produção sustentáveis.

A experiência com o Projeto Resex convenceu os principais parceiros (CNPT e CNS) que as três instâncias mencionadas não bastam para garantir o funcionamento das Reservas. É importante estender a parceria CNPT e CNS aos governos locais, sobretudo para a instalação de serviços saúde, educação (CNPT, 1999a: 28); e para que esses serviços e benefícios requisitados, e outros que venham a ser no futuro, possam ser atendidos de forma regular e não sujeita a disponibilidade de recursos de projetos com data para acabar. Também porque a sobrevivência

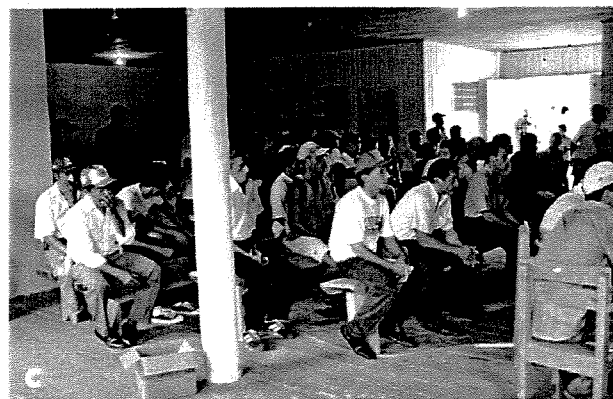
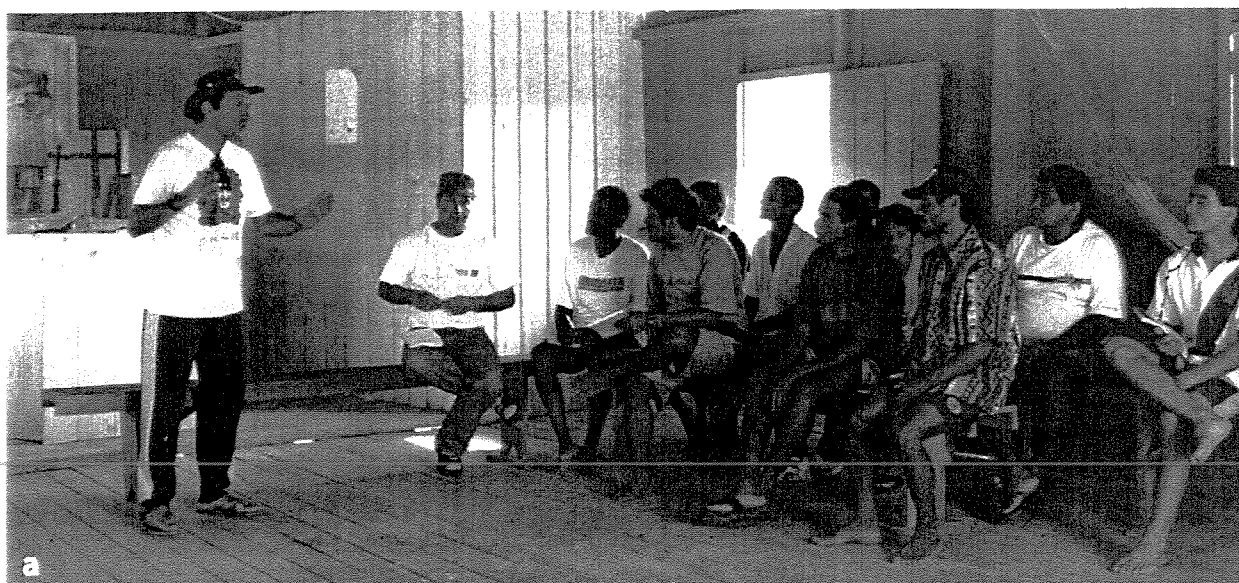
das Reservas depende de suas inserções na microrregião e Estado onde se localizam - em alguns casos as Reservas podem assumir papel importante no desenvolvimento municipal.

Os governos do Amapá e do Acre, reconhecem a importância social e econômica do extrativismo e implementam medidas de incentivo à geração de renda e cidadania na floresta, pois entendem que isso contribui também para a redução de miséria nas cidades, assim como a de preservação da floresta.

Mas a parceria com Estados e municípios depende da disponibilidade das autoridades e também da atuação política das lideranças das Associações. A relação com o movimento sindical é comum a todos os casos estudados. A relação dos seringueiros com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e deste com o CNS já foi anteriormente mencionado. No caso de Frechal e Ciriaco, as Lideranças mantêm relação estreita com o movimento sindical desde a década de 80. Muitas dessas lideranças de moradores se candidatam a cargos públicos e progressivamente a representação dos moradores das Reservas cresce no contexto político local e estadual.

O tamanho da população e as dimensões da Reserva com relação ao(s) município(s) onde se situam, influenciam o tipo de relacionamento das comunidades com governos municipais e estaduais; podem sustentar a candidatura de moradores a cargos públicos, garantir recursos e serviços (escolas, postos de saúde) à unidade, e definem os papéis que a área preservada assume (fornecer recursos naturais e/ou produtos agrícolas à região, por exemplo). Tais elementos podem tornar mais fácil e oportuna a permanência dos indivíduos na Reserva.

Figura 18: Reuniões e Assembléias



CNS e CNPT

Estabeleceu-se entre os principais co-gestores uma parceria significativa mas não livre de contradições. A parceria foi mantida durante todo o Projeto Resex I (1995-1999) e durante as negociações do Projeto Resex II. Esteve presente nos projetos de maior custo (Usinas de Beneficiamento de Borracha) também em projetos científicos com vistas ao aprimoramento das condições de vida e produção nas unidades.

Para o CNS, o CNPT existe por sua demanda

“... dentro do IBAMA tinha vários departamentos. Departamento que cuidava de peixe, departamento que cuidava de animal, departamento que cuidava de floresta... mas não tinha nenhum departamento que cuidava das pessoas” (Membro do CNS).

No início da década de 90, os seringueiros precisavam ser ouvidos dentro do IBAMA pois

“O que o IBAMA sabe fazer é ir lá e te multar, dizer o que tu não pode fazer. Mas ele nunca vai lá na colocação do seringueiro dizer o que ele pode fazer para melhorar de vida” (Membro do CNS).

O CNPT representou uma ponte para o IBAMA. Aquele departamento que cuida das pessoas, um parceiro que estimula o contato com a população, uma via de transformação da vida dos moradores e da relação com o próprio IBAMA. Os moradores e o CNS reconhecem essa postura diferenciada do departamento.

De acordo com os coordenadores do CNS existe uma divisão de tarefas. O CNS faz a articulação política, reivindica, dá voz ao seringueiro. Leva as demandas para que a Secretaria Especial da Amazônia garanta o recurso e para que o CNPT execute as propostas. Mas o CNPT tem também a função de fiscalizar, segundo o próprio CNS; tem acesso aos recursos financeiros, poder de decisão e de interferência nas Resex, atribuições exercidas por pessoas de fora do CNS. Isso gera disputa por recursos, poder político e de orientação dos destinos das Resex. Essa é a base do conflito.

A relação entre CNS e CNPT, do ponto de vista do CNS:

“É uma relação política... com divergência no campo das idéias” (Membro do CNS).

Na verdade, trata-se de um jogo de forças do CNS com o IBAMA, que envolve uma disputa por hierarquia. Para o IBAMA, o CNPT é o responsável pelas Resex e o CNS, o órgão máximo da representação de um grupo de moradores. Para o CNS, o CNPT é uma ponte. Acrescente-se a isso a preocupação do IBAMA com a conservação ambiental e o CNS o compromisso com os seringueiros.

Para o CNPT, o CNS é um *“forte aliado”* que muitas vezes *“está preocupado demais com a política, com os recursos”*, ao qual não se poderia deixar a incumbência da conservação, nem a responsabilidade exclusiva das áreas. É um aliado que *“não fez nada”* ou *“fez muito pouco”* nos anos iniciais das unidades, entre 1990 e 1995.

Nas relações entre os parceiros, cabe de fato ao CNPT a função de fiscalizar, ainda que todos (CNPT, CNS, Moradores, Membros das Associações) compartilhem o discurso de que o monitoramento das unidades - assim como outras atribuições - são e devem ser feitas em co-gestão. Pelas entrevistas com Fiscais Colaboradores e com Membros das Associações, ficou claro que determinadas atitudes são recriminadas pelos próprios moradores mas de modo geral há condescendência quanto as faltas consideradas leves, inevitáveis ou necessárias à sobrevivência. Casos mais críticos ou de reincidência são repassados ao IBAMA, até mesmo por orientação do CNPT, de tal modo que ação negativa fica sempre por parte deste órgão. A postura dos membros do CNPT está muito distante daquela imagem impositiva e policial que normalmente as populações fazem dos agentes do IBAMA - que multam, apreendem, desrespeitam práticas locais. Eles privilegiam o diálogo, acolhem as demandas mas a eles cabe a função de dizer *“não, isso não pode ser feito”*. Nesse sentido sua imagem é menos simpática que a do CNS, cujo principal compromisso é com o seringueiro, no presente.

Com relação a disputa por recursos e a capacidade de decidir, do modo como se estruturou o Projeto Resex, coube ao CNPT atribuições ligadas ao gerenciamento do Projeto e

várias funções foram sendo assumidas pela equipe.

“O CNPT é um órgão articulador mas acaba tendo que atuar em áreas que não são da competência do Ministério do Meio Ambiente muito menos do IBAMA. Manejo de recursos, organização social, transporte, aquisição de insumos, investimentos produtivos (construção de Usinas de Beneficiamento, por exemplo).” (Membro do CNPT)

O CNS entendeu que o CNPT estava extrapolando suas atribuições, passando por cima do Conselho em muitas decisões

“O CNPT foi criado pelo Conselho Nacional dos Seringueiros. Foi criado para apoiar, para fiscalizar. O que ele não pode fazer é tomar as decisões. As decisões precisam ser das lideranças” (Membro do CNS).

Alguns dos membros do CNS acusam o CNPT de manipular o movimento dos seringueiros, o que teria centralizado os projetos no PPG7, sob a responsabilidade do CNPT. Na verdade, o CNPT é o responsável pelos recursos e pelas unidades o que certamente conflita com os interesses do CNS.

A disputa pela gerência dos recursos, pela condução do processo e por poder, inclusive, levou o CNS a pressionar o IBAMA e a buscar alianças fora dele, seja no Ministério do Meio Ambiente, seja na Secretaria Especial da Amazônia. Entre 2001 e 2002 foram destituídos das funções principais do CNPT aqueles funcionários e contratados tidos como contrários “aos seringueiros”, substituídos por pessoas do próprio CNS - foi empossado chefe do CNPT, um ex-presidente do CNS. A equipe contratada (não-funcionários do IBAMA) mais ligada aos antigos chefes foi progressivamente substituída. Segundo Membros do CNS

“Havia uma necessidade de mudar... eles estavam querendo interferir na administração num sentido geral, porque na realidade eles são uma assessoria do movimento dos seringueiros... eles queriam ser os executores do Projeto Resex” (Membro do CNS).

Este acontecimento é bastante significativo pois colocou dentro do IBAMA uma representação do CNS, pelo CNS. Analisando o fato pela perspectiva do movimento dos seringueiros, assumir o IBAMA foi mais um passo - um passo lógico - na caminhada que começou como uma mobilização local, que se estruturou até se transformar numa organização nacional

que propôs um tipo de unidade de conservação e que, 15 anos depois do 1º Congresso em Brasília, finalmente pode ter nas mãos o controle das Resex. Tem-se num órgão público os representantes da sociedade civil que propuseram unidades de conservação. Um marco na história de ações centralizadas de criação e gerenciamento de UC no Brasil - e talvez no mundo. Ainda que os Membros do CNS tenham reconhecido que se trata de *“apenas uma voz pequenininha lá no IBAMA em Brasília”*, trata-se de uma posição estratégica pois *“nós ainda não estamos capacitados para gerar nossos projetos, não temos recursos”* (Membro do CNS).

O CNS é um bom exemplo de uma organização local, voltada a conflitos locais, que se ampliou com velocidade considerável. Mas do ponto de vista da co-gestão, ou mesmo do equilíbrio de forças entre os parceiros (Estados e Sociedade Civil), talvez se tenha provocado uma fratura ao se colocar o desenvolvimento e a preservação nas mãos do mesmo grupo.

3.4 Condições de Vida e Produção

“Há muita discriminação quando você diz que é seringueiro, que é filho de seringueiro... nós estamos tentando transformar a nossa cultura em coisas valiosas” (Membro da OSR).

A necessidade da melhoria das condições de vida é desejo presente em todos os discursos dos moradores, lideranças locais e participantes das associações. O atendimento das necessidades é colocado como condição para a permanência nas Reservas com garantia da integridade dos recursos naturais. Mas a precariedade das condições de acesso a bens e serviços nos locais das Resex não colocou uma pauta de reivindicações sofisticadas, pelo contrário. As reivindicações ao longo das entrevistas restringiam-se àquilo que se poderia considerar como “mínimo” ou “básico”: saúde, educação, reconhecimento (cidadania), abastecimento de mercadorias, condições de produção e melhor transporte - uma reivindicação sempre associada com as anteriores; “para levar um doente”, “para trazer mercadoria”, por exemplo.

Sob o lema *“a melhor política ambiental é acabar com a miséria”*, o CNPT dirigiu recursos do Projeto Resex para a construção de escolas e postos de saúde (Tabela 29), para a aquisição de equipamentos para ensino à distância (parabólicas, vídeos), para melhorar as condições de transporte (abertura de 2000km de varadouros, aquisição de motores, barcos e veículos), além de instalar rádios e equipamentos para a comunicação. Também dirigiu recursos para a formação de hortas, viveiros, galinheiros; dedicou-se ao aprimoramento de técnicas para os produtos florestais e investiu na construção de usinas de beneficiamento de borracha.

Tabela 29: Ação do CNPT na recuperação e construção de escolas e postos de saúde.

Resex	Escolas reformadas e construídas	Postos de Saúde ativados
Chico Mendes	42	27
Alto Juruá	30	5
Rio Ouro Preto	11	1
Rio Cajari	19	5

Fonte: (CNPT, 1999a: 21)

Feitos os investimentos descobriu-se que não basta construir os prédios, é preciso prestar os serviços. Repor materiais e equipamentos que quebram; garantir as estruturas e os serviços ao longo do tempo. É preciso ter professores nas escolas e, pelo menos, enfermeiros nos postos criados. Tanto o CNS e CNPT se desculparam nas entrevistas por não terem obtidos melhores resultados face ao volume de recursos disponibilizados, e reconheceram que não conseguem atender sozinhos as demandas nessas áreas tanto por falta de recursos financeiros quanto porque não são suas atribuições principais.

Projetos de Saúde e Educação são complicados para a implementação nas Resex. A dispersão da população torna impraticável que se coloque uma escola em cada colocação. Há ainda o problema de quem poderia prestar o serviço de saúde em caráter “permanente”. Alguns membros do CNPT e do CNS esperam que daqui há alguns anos moradores formados nas cidades possam se estabelecer nas Resex para a prestação de serviços. Mesmo longe das condições ideais, os moradores indicam que educação e saúde, fatores que normalmente levam ao êxodo para a cidade, melhoraram muito.

Mais que escolas e postos de saúde, motores e estradas, projetos e benefícios, todos os entrevistados destacaram “o benefício” da valorização e reconhecimento dos extrativistas enquanto cidadãos. Isso foi especialmente tocante no caso dos seringueiros.

“Antigamente ninguém era enxergado aqui dentro” (Morador da Rio Ouro Preto).

O reconhecimento e a valorização dos moradores começou com a obtenção de itens simples como certidão de nascimento e carteira de identidade, sem os quais se quer poderiam pleitear as linhas de crédito abertas ao extrativismo. Extrativistas não existiam para os bancos.

Na valorização do extrativista a participação do Estado foi benéfica. Acre e Amapá deram importante contribuição. A opção do Acre pela valorização da floresta não leva apenas ao incentivo da produção da borracha e de produtos florestais enquanto atividade econômica (um potencial que precisa ser aproveitado) mas enquanto componente de um modo de vida que

precisa ser respeitado, justificando o investimento público não só nas cidades mas na floresta (saúde, educação, lazer, formas de produção). Uma cidadania na floresta, para o governo acreano: Florestania.

“Nós precisamos encontrar um modelo sustentável para a Amazônia. Esse modelo importado do sul e sudeste não serve. Esse conceito de que tudo de bom está na cidade não é verdade. Hoje é possível ter educação e saúde na reserva” (Membro do CNPT).

Os co-gestores estabelecem relação direta entre condições de vida e produção com a permanência dos moradores e com o tipo de exploração de recursos naturais daqueles que permanecem na Resex. Êxodos de moradores coincidem com momentos em que as Resex foram pouco assistidas entre 90 e 95, e pelas dificuldades com o mercado da borracha. Depois de 98, mais saúde, educação, tecnologia e subsídio à borracha provocaram o retorno de muitos dos antigos moradores.

É opinião corrente no CNS e no CNPT que a sobrevivência das Resex e a melhoria das condições de vida locais dependem de sua viabilidade econômica, da transformação do extrativismo. Nos primeiros anos, o beneficiamento da borracha e a diversificação da produção foram considerados como chaves para a manutenção da população nas Reservas, justificando os investimentos feitos em desenvolvimento de novas tecnologias de produção.

“A nossa preocupação, eu diria, não é adaptar o modo de vida à preservação. O que nós procuramos preservar é a tradição econômica deles, ou seja, o forte deles sempre foi o extrativismo, então nós estamos procurando fortalecer e melhorar o extrativismo. Agora estamos numa luta ingrata, muito difícil, porque exatamente no momento em que se cria a figura da Reserva Extrativista, pensava-se que sempre o sustentáculo econômico da Reserva - especialmente essas primeiras que foram criadas - seria a borracha e a castanha. Os dois produtos que economicamente tem mais valor na floresta onde eles habitam. E coincidentemente, por uma infeliz coincidência, a partir da criação das Reservas despencaram os preços internacionais desses dois produtos” (Membro do CNPT).

A ênfase no extrativismo como forma de sustentar economicamente a Reserva e ocupar seus espaços de modo sustentável encontrou as condições do mercado como principal obstáculo. Os problemas apontam para a velha questão da viabilidade econômica do extrativismo. Com relação a borracha,

“... a política neoliberal, tanto do Collor como do Fernando Henrique, escancarou as portas e o pessoal começou importar borracha do mundo inteiro sem pagar uma taxa de compensação - que existia numa lei antiga que obrigava o produto importado a ser equalizado com o valor do produto nacional, e inclusive essa taxa servia para sustentar os trabalhos com a borracha. Isso tudo acabou. Então, os grandes fabricantes de pneus, a Pirelli, Firestone, Goodyear, começaram a trazer borracha e a abarrotar seus estoques, seus armazéns. E o preço de nossa borracha caiu totalmente, a tal ponto que desde 1991, 92, muitos e muitos seringueiros foram abandonando o trabalho com a borracha, e nós temos lutado... por exemplo: criamos três fábricas para o beneficiamento da borracha, para cooperativas de seringueiros; incentivamos com capital de giro para comprar borracha... fizemos todo o possível mas até hoje, realmente, eu acho que 50% dos seringueiros das reservas extrativistas abandonaram a borracha porque consideram que não é lucrativa” (Membro do CNPT).

A inviabilidade do extrativismo da borracha levou inicialmente a ênfase do extrativismo da castanha, mas diante de problemas de mercado progressivamente os moradores passaram a se dedicar a outras formas de ocupar o espaço. As implicações sobre a manutenção da biodiversidade novamente esbarram nas limitações impostas pelo mercado.

“Por sua vez, toda a comercialização da castanha no Brasil está nas mãos de dois ou três grandes comerciantes de Belém, que estabelecem os preços em cada safra. Então, isso tem feito com que nós tenhamos grande dificuldade em levantar economicamente os extrativistas das reservas porque os dois alicerces que nós pensávamos que seriam os alicerces pra soerguer economicamente os extrativistas praticamente acabaram. O que está havendo é uma tendência, por parte deles, os extrativistas, a diversificar a produção e desesperadamente procurar opções econômicas, especialmente através da agricultura - isso que tem sido mais ou menos a tendência deles. De nossa parte, para evitar que se transformem em pequenos agricultores - isso até certo ponto apresenta um pequeno perigo por causa do desmatamento - nós tentamos valorizar os produtos extrativistas, fazendo estudos, procurando mercados, vendo como se agrega valor aos produtos... essa é nossa atual luta mas, de antemão, eu diria que é o aspecto mais difícil com relação às reservas extrativistas, realmente... Todo mundo, todos os cientistas, a pesquisa, o mundo acadêmico, diz que a Amazônia é o celeiro do mundo, a Amazônia tem a maior biodiversidade do mundo, que é uma riqueza imensa... mas ninguém nos diz como transformar essa riqueza potencial em dinheiro. Por exemplo os fármacos: nós temos levado empresas para ver se se interessam, mas o interesse dos fármacos é apenas pela matéria-prima baratíssima para elaborar os produtos fora da Amazônia, em regiões onde têm mais condições” (Membro do CNPT).

O contexto da criação das Reservas pôs por terra as expectativas de que a viabilização da produção extrativista bastaria para colocar as Resex em funcionamento. Diversificar a base da economia extrativista passou a ser o principal mandamento.

Produção

Conveniente reforçar a distinção entre o grupo das quatro reservas do Projeto Resex (tradição extrativista e disponibilidade de recursos do PPG7) e o grupo com as reservas maranhenses (ênfase na agricultura e sem recursos do PPG7).

Nas duas últimas, as comunidades assumem um discurso de valorização das atividades extrativistas mas se pratica a agricultura para os mercados com menor “culpa” ou “preconceito”. Com orientação técnica mas sem disponibilidade de recursos financeiros, as lideranças procuram trabalhar as áreas já desmatadas e revalorizar práticas extrativistas de modo a desincentivar a alteração das poucas áreas remanescentes com cobertura florestal.

Já nas Reservas do Projeto Resex o procedimento foi criar alternativas para que os moradores não trocassem atividades extrativistas por outras que pudessem trazer prejuízo ambiental.

“Se ele [morador] vier a tirar renda de um pequeno espaço ele vai deixar as atividades que precisam abater a mata” (Membro do CNPT).

Recursos foram canalizados para estimular a produção extrativista - entendida como um modo de ocupação e uso de recursos que mantêm a cobertura florestal. Mais, as ações enfatizaram a necessidade de criação de mercados, geração de renda monetária como condição para a melhoria das condições de vida.

O raciocínio: sem os padrões, rompe-se o aviamento, o sistema de troca de produtos e o crédito. Não existindo mais a troca de borracha por mercadorias, os extrativistas necessitam de dinheiro para adquirir os bens e serviços desejados. Sem os adiantamentos (“abonos”) é preciso fornecer crédito e instrumentos necessários ao extrativista para que ele possa viver e produzir.

No passado, a produção do látex era intensa e difícil de compartilhar com a lavoura. Além disso, o seringueiro vivia a incerteza de continuar ou não na mesma colocação no ano seguinte. Mesmo assim a agricultura de subsistência podia existir conforme o seringalista e as condições de

produção no seringal. Garantida a terra, a agricultura teria a função primordial de atender a subsistência familiar, reduzindo a necessidade de sobreexploração de recursos para a geração de produtos comercializáveis - cuja venda geraria dinheiro para comprar alimentos. Mesmo que atualmente os produtos agrícolas se destinem ao mercado, manter o desmatamento para abertura de roças em torno de 1ha por ano - área compatível com o que um trabalhador pode dar conta sem o uso de implementos agrícolas - é compatível com a prática de abandono da roça depois de dois ou três anos sem que se ultrapasse o limite de desmatamento permitido nos Planos de Uso de cada Resex. Tal estratégia continua a permitir a formação de capoeiras que podem vir a ser utilizadas futuramente.

“Quando a seringa presta ela protege mais a natureza do que a roça. Mas nós aproveitamos a capoeira... a gente não luta com mais de 1 hectare; senão não dá conta”(Morador da Chico Mendes).

Assumiu-se a necessidade de tornar o produto florestal apto a concorrência no mercado. Valorizou-se o controle da qualidade (acompanhamento das fases coleta, produção, transporte e armazenagem; a classificação e descarte de produtos com qualidade inferior; obediência às normas técnicas) e a disciplinarização do trabalho do extrativista (CNPT, 1999b).

Investimentos foram feitos para equipar unidades produtivas - o maior deles na construção de Usinas de Beneficiamento de Borracha. O grande problema da estratégia foi desconsiderar que o mercado não se restringe apenas a própria oferta. O preço da borracha despencou no começo da década em função da concorrência e da suspensão de vantagens durante o governo Collor.

“Antes com um kg de borracha fazia o rancho. Hoje não dá nem para uma lata de óleo” (Morador da Rio Ouro Preto).

“Faz 20, 30 anos, que parou tudo... o seringal está empatado! E tem muito aí para tirar” (Morador da Rio Cajari).

“Quem viveu só da seringa já deu de vê que não dá para viver só da borracha. Ele tem que viver sim, da produção da borracha mas ter um outro tipo de atividade” (Morador da Alto Juruá).

O motivo do empate é o preço baixo. Moradores e técnicos concordam que “o seringueiro

não consegue viver só da borracha e da castanha". O que significa que o extrativismo fundamentado nestes itens não tem se mostrado eficiente mesmo com as inovações tecnológicas. Para alguns moradores e coordenadores do CNS, inclusive, isso significa que as Resex não conseguiram provar sua viabilidade econômica ainda que já tenham demonstrado eficiência na questão fundiária e ambiental.

"Supondo um bom seringueiro, só trabalhando no corte da seringa, faça 1000 kg de borracha num ano e consiga R\$1000,00. Isso é a metade de um salário mínimo por mês. Além da borracha o desafio é encontrar alternativas de renda com baixo impacto ambiental e que demandem pouco tempo do seringueiro. A roça de farinha é importante para a subsistência mas não dá um bom ganho (saco com 60Kg em torno de R\$25). É preciso um produto como o café, a pimenta do reino, que tenha um maior retorno por hectare. E produtos que não sejam perecíveis. Conciliar o látex com 2 ou três alternativas de renda para aumentar a qualidade de vida e reduzir o impacto sobre o ambiente" (Membro do CNPT).

Para alcançar a viabilidade econômica CNPT e CNS procuraram introduzir novas técnicas para aperfeiçoamento e agregação de valor aos produtos florestais já existentes (borracha, castanha, açaí), diversificar a produção e combinar culturas perenes às espécies florestais nativas. Com isso esperam: aumentar receita sem intensificar o uso da floresta; tornar o morador menos dependente do mercado externo, pelo menos com relação a itens de subsistência; tornar o morador menos suscetível às variações do mercado do produto florestal, usar as atividades econômicas e de subsistência para recompor a flora e a fauna. E, claro, manter os moradores nas Reservas executando tarefas compatíveis aos objetivos da UC.

Eu parei de cortar porque deu uma época que a borracha acabou o preço e aí a gente ia para a agricultura... para a agricultura ou ia embora" (Morador do Alto Juruá).

Além da borracha, as Reservas do Projeto Resex possuem grande potencial para o aproveitamento de produtos florestais cuja exploração pode ocorrer respeitando-se a lógica das *colocações e estradas* como é o caso do óleo da Copaíba. Em termos de culturais anuais, o café, a pupunha, o guaraná e árvores frutíferas trazem a vantagem de recuperar áreas degradadas (capoeiras que não conseguem mais se recuperar) e de possibilitar a reposição de espécies como Mogno, Cerejeira (Cumaru) e Cedro, junto com as culturas perenes. São os chamados Sistemas

Agroflorestais (SAF), onde se procura plantar essências madeireiras combinadas com alguma cultura que proteja o solo e outra que gere renda.

“Fazer que as pessoas sobrevivam da área que residam sem explorar de forma perniciosa é viável. As pessoas estão se transformando em agroextrativistas e isso vai proteger a natureza” (Membro do CNPT).

Um importante exemplo do uso integrado da agricultura e das espécies florestais são Ilhas de Alta Produtividade (IAP) onde se procura melhorar a produtividade de seringais nativos fazendo pequenos plantios de seringueiras em áreas de antigos roçados, em meio à floresta nativa. A Universidade Federal do Acre (UFAC) implantou, entre 1995 e 1998, 59 IAP - cada uma com menos de 1ha - em 9 seringais da Resex Chico Mendes. Apesar de se esperar a produção plena por volta de 2010, existem evidências que em tais Ilhas de Alta Produtividade já houve um aumento nos ganhos dos seringueiros (COSTA FILHO, 1995).

Análise econômica-ambiental baseada no conceito de Valor Econômico Total mostra a viabilidade econômica e ambiental das IAP na Reserva Chico Mendes quando se inclui no cálculo seus serviços florestais. A IAP aumenta a renda familiar e gera *“externalidades positivas”* (reflorestamento, por exemplo) para toda a sociedade mas são *“necessários instrumentos econômicos para capturar os valores monetários oriundos das externalidades”* (REYDON & MACIEL, 2002). Ou seja, o extrativismo gera benefícios ambientais para toda a sociedade que podem ser estimados monetariamente mas na prática não geram rendimentos para os extrativistas pois ninguém paga por elas. O problema é identificar quem é que vai pagar pelas externalidades ambientais positivas. O mercado, através de “selos verdes” e certificados ambientais? O Estado, através de subsídios à produção e repasses de verbas? As organizações ambientalistas e humanitárias?

A racionalidade econômica privilegia o curto prazo, e o baixo rendimento do extrativismo provoca mudanças de atividade associadas a deslocamento humano e desmatamento. Há a necessidade de inovação tecnológica para tornar a produção do extrativismo competitivo com

relação à agricultura, pecuária e exploração de madeira. A criação de gado (atividade que se expande na Chico Mendes) é muito vantajosa em termos de renda e muito desvantajosa do ponto de vista de serviços florestais (REYDON & MACIEL, 2002). Mas os moradores precisam ver vantagens em não mudar de atividade.

Um argumento comum para boa parte dos envolvidos com as Resex é que se deveria pagar direta e/ou indiretamente pelos serviços de proteção ambiental feito pelos moradores das reservas.

“O pensamento das pessoas... querem ver a gente desenvolvido mas na camisa de força do mercado tradicional. E eu não acredito nisso. Estamos fazendo a nossa parte mas é preciso pensar na valoração daquelas coisas que nos mantêm vivos mesmo não sendo mercadorias. Independente de seu valor econômico mas por seu valor ambiental. Quem vai pagar por isso?” (Membro do CNS).

“Assim como existe esses fundos de participação de Municípios, as unidades de conservação também deveriam ter algo parecido” (Morador da Rio Cajari).

“Eu sou pago pelo IBAMA para proteger. Por que não pagar os seringueiros? Tem mais de 1000 famílias lá dentro! Não é preciso monitorar lá de cima, monitora aqui debaixo mesmo, onde as pessoas estão” (Membro do CNPT).

Do ponto de vista do mercado há vantagens na produção sistematizada - a borracha é um bom exemplo disso - mas o extrativismo agrega outras dimensões que não as de mercado e que não as de curto prazo. A economia para subsistência; a manutenção de capital natural; a contribuição para não aumentar a marginalidade nas cidades; os bons resultados do modo de vida e ocupação extrativistas quando comparados a outros usos do espaço florestal; as vantagens do ponto de vista social e político; os interesses internacionais na preservação da Amazônia são os argumentos mais usados para justificar que a sociedade retribua monetariamente os serviços prestados pelos moradores das Resex.

Esta posição não é unânime. A parte discordante normalmente argumenta que a responsabilidade, a cidadania, a autonomia devem ser também conquistadas. Os moradores precisam alcançar a auto-suficiência, a independência de recursos de projetos e de dinheiro de fora.

“Se o PPG7 for suspenso as associações estão praticamente acabadas”. (Membro do CNPT).

Para essa corrente as unidades não devem

“viver só de projeto... isso um dia vai acabar” (Membro do CNS).

Portanto, tornar o agroextrativismo economicamente viável parece ser para eles o caminho correto.

Os caminhos buscados ao longo da última década seguem todas as direções. Investimentos em grandes unidades produtivas para ajustar os produtos às normas das grandes indústrias (por exemplo, usinas de beneficiamento de borracha). Aberturas de linhas de crédito especiais diretas para os extrativistas (por exemplo, o Programa de apoio ao desenvolvimento do extrativismo - PRODEX). Programas assistenciais como o “Amazônia Solidária”. Subsídios federais e estaduais (Acre) para a produção da borracha, pagos através das Associações e Cooperativas aos coletores. Estímulo à formação de “fiscais colaboradores”, moradores que recebem uma retribuição monetária por fiscalizarem as Reservas.

Para um mesmo tipo de estímulo os resultados foram díspares e não necessariamente satisfatórios. Moradores que não tiveram como pagar pelo crédito recebido; usinas de beneficiamento com grande capacidade ociosa; Associações em situação financeira delicada foram os problemas mais comuns. Não apenas por inexperiência ou estratégias erradas mas porque o mercado não correspondeu às expectativas. Encerrado o projeto piloto do PPG7 não houve como prosseguir com projetos nas Resex.

Ambas as correntes discordam quanto aos caminhos para a viabilização econômica da presença do extrativismo e dos extrativistas nas Reservas mas concordam que o extrativismo combinado às novas práticas (o agroextrativismo) é a direção acertada.

Isso fica claro na comparação das Reservas do Projeto Resex com as maranhenses. No primeiro grupo a experiência levou a “transformação” dos seringueiros em agroextrativistas pelo

fortalecimento de práticas ligadas à agricultura. No segundo grupo (Ciriaco e Frechal), no entanto, a relação com o extrativismo vai sendo reconstruída pelo menos como uma estratégia para justificar a Reserva. Além do coco do babaçu, principal produto, as Associações planejam ampliar o extrativismo, incluindo outras atividades e outros produtos como o murici, bacuri e o buriti.

“O grande potencial é o babaçu mas tem o açaí, buriti, pesca, tucum... para uso e venda” (Morador de Frechal).

Associado ao extrativismo, se reconstrói também uma consciência ecológica:

“Nós aqui da reserva já temos consciência, já sabemos técnicas para extrair sem destruir, o que antes a gente não fazia. Antes a gente chegava em baixo do pé de açaí e cortava tudo. Hoje já temos consciência que podemos extrair sem precisar destruir” (Membro da Associação de Moradores - Ciriaco).

Os Membros do CNPT e dos Sindicatos rurais, acham viável a combinação do extrativismo com a agricultura:

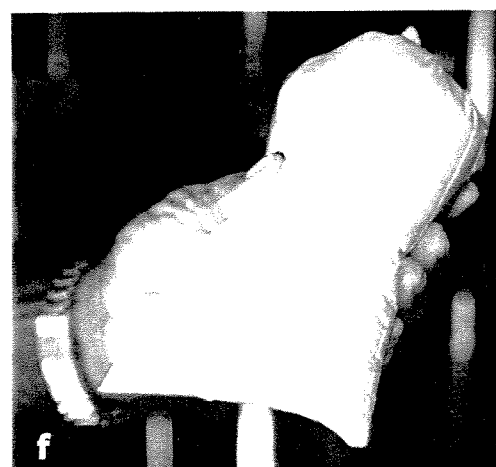
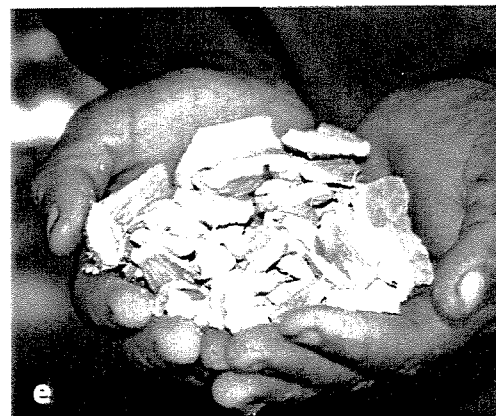
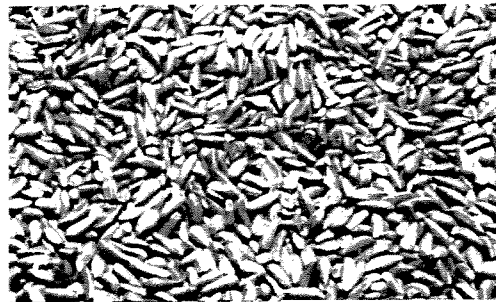
“Os agricultores mais idosos cultivam o arroz, o feijão, a fava, milho, consorciado com o babaçu. Tem pessoas que criam gado de leite e corte com o babaçu, bode com babaçu... Dá para plantar mogno, jatobá, murici, criar abelhas. O babaçu está na cultura do pessoal daqui” (Membro do CNPT).

O re-estímulo à atividade extrativista passa também ali pela inovação tecnológica - ainda que sem grandes investimentos. O mérito é a “invenção” de novos usos para antigos produtos. A re-valorização do extrativista - na verdade da extrativista, a quebradora de coco do babaçu.

“O babaçu é uma mãe e precisa ser bem zelada” (Morador da Ciriaco).

Na figura ao lado. As quebradeiras de coco-de-babaçu, “nossas quebradeiras” são a bandeira da Reserva Extrativista de Ciriaco. “A quebradeira corta o macete, amola o machado bem amolado e vai pro mato”. No passado quebravam o babaçu lá mesmo, conseguindo entre dez e 15 quilos num dia. Com as disputas pela Reserva os fazendeiros não permitem que as quebradeiras quebrem mais em suas terras. Elas retiram o babaçu e quebram em suas casas, em mutirão (Figura 19 “a” e “b”). A desvantagem de ter que transportar os frutos (desconforto, trabalho, tempo) é compensado pelo “novos” usos que estão aprendendo. Do coco verde aproveitam o mesocarpo (que antes jogavam fora) fazendo uma farinha largamente utilizada na alimentação “eu mesmo não sabia que gente comia massa de coco” (Figura 19 “f”). Depois de seco, tiram a “castanha” (Figura 19 “c” e “d”) e com o que sobra (Figura 19 “e”) produzem o azeite (útil para o sabão e alimento), e fazem o carvão.

Figura 19: Quebra do coco do babaçu



Notas sobre o beneficiamento da borracha

“Naquele tempo trabalhava no caucho, só depois é que fazia as estradas de seringa. Derrubava a árvore e sangrava ela todinha... fazia 60, 70 kg de repente” (Ex-Seringueiro - Rio Branco).

A atividade extrativa não é necessariamente sustentável ou ecologicamente correta. Formas extremamente predatórias fazem parte da história do desenvolvimento da produção do látex.

“Ninguém mais faz a [borracha] defumada... mas era melhor. Porque ela pode passar 10 anos que na hora que cortar é a mesma borracha. Essa que faz hoje em dia, ela começa a perder a cor... fica que não tem valor” (Morador Alto Juruá).

Formas tradicionais de extrair e processar o produto florestal não são necessariamente as mais adequadas à integridade do coletor - na defumação do látex a fumaça e a temperatura do fogo causam sérios problemas de saúde. Em compensação procedimentos mais modernos não são necessariamente mais eficientes técnica e economicamente, ainda que possam ser menos nocivos à saúde.

“Conseguir tecnologias adaptadas ao extrativismo é o nosso grande desafio. Nós já conseguimos alguns avanços mas não foi o suficiente. Todas as semanas nós estamos em contato com a Embrapa, Emater... mas as respostas ainda são insignificantes para aquilo que nós esperamos em termos de tecnologias adaptadas” (Membro CNPT).

Buscar tecnologias adaptadas às condições locais e adequadas ao desenvolvimento sustentável tem gerado soluções distintas, como se pode observar com o processamento do látex.

No âmbito do Projeto Piloto de Manejo Sustentável do Extrativismo da Borracha na Amazônia BRA 95/029 (1995), com o objetivo de reativar a economia da borracha - considerada o “carro chefe” das Reservas - foram desenvolvidos estudos sobre várias técnicas com resultados satisfatórios. Além da placa prensada - que evita a necessidade da defumação - ou combinada a ela (como o beneficiamento do Granulado Escuro Brasileiro - GEB), foram testados e aplicados o beneficiamento na forma de folha de defumação líquida, produção estendida com óleo (óleo

mineral usado durante a coagulação), dentre outros processos desenvolvidos pelo Centro Tecnológico de Polímeros/SENAI-RS; Centro de Formação de Seringueiros, UFAC, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e Laboratório de Tecnologia Química da Universidade de Brasília.

Destas, duas estratégias produtivas merecem destaque por suas diferentes implicações do ponto de vista do investimento realizado; do valor que se pode agregar ao produto e ao bolso do seringueiro; e da própria idéia de sustentabilidade. As grandes usinas de beneficiamento do GEB; as pequenas unidades domiciliares de produção do FDL.

A primeira, tida como mais desenvolvida, está associada a uma forma rudimentar de coleta e tratamento do látex.

O látex é coletado (Figura 20 “a”, no interior da Reserva Rio Ouro Preto) e coagulado por um reagente químico na própria tigela formando uma pequena bola geralmente com impurezas (folha e terra por exemplo) (Figura 20 “b”). O conteúdo de várias tigelas é prensado em caixas feitas na própria mata (Figura 20 “d”) para que percam água e se compactem em blocos (Figura 20 “c”). O produto gerado é repleto de impurezas, tem baixo valor e não é aceito pela indústria e precisa ser beneficiado⁶⁴.

Usinas de beneficiamento da borracha foram construídas em vários pontos-chaves da Amazônia, com dinheiro repassado pelo CNPT. Tais usinas foram entregues às cooperativas visando atender não apenas aos moradores das Reservas. São grandes unidades de produção que se justificam pela necessidade de ampliar a produção e disponibilizar um produto de maior qualidade e padronização, exigências da indústria pneumática. A idéia do CNS é reunir grandes lotes de borracha beneficiada para então discutir preço com os compradores.

Na Figura 21 vê-se a Usina de Beneficiamento de Borracha Natural da Cooperativa dos Extrativistas Seringueiros de Rondônia (COOSERON). Situada no distrito industrial de Porto Velho

⁶⁴Na Alto Juruá o látex não é coagulado nas vasilhas. O leite coletado em um dia de trabalho é despejado em caixas onde são coagulados e depois prensados, gerando uma placa de melhor qualidade.

(Figura 21 “a”) tem capacidade de processar cerca de 100 toneladas/mês e capta produtos do Vale do Guaporé (incluindo Rio Ouro Preto), Machadinho D’Oeste e Porto Velho. A matéria prima é placa prensada (Figura 21 “b”) que é triturada, lavada, levado ao forno e prensada por funcionários assalariados - não seringueiros necessariamente - (Figura 21 “e”) nas grandes e modernas dependências do barracão (Figura 21 “c” e “d”). O produto final (GEB I) é inspecionado, embalado e está pronto para o consumo industrial (Figura 21 “f”).

Trata-se de uma unidade distante do extrativista, ainda que seringueiros e ex-seringueiros ocupem cargos na Usina e na Cooperativa. Mesmo que abra as portas do seringal para a indústria concorre com usinas similares ou mais modernas no sudeste do Brasil. São caras, consomem muito espaço, energia elétrica mas atestam que é possível se produzir algo com qualidade aceita pelo mercado. O problema que para ser competitivo e ao mesmo tempo gerar algum benefício ao produtor depende do subsídio. Em 2000 a borracha bruta foi comprada do seringueiro por R\$1,00/kg, incluindo o subsídio de R\$0,35, e a borracha beneficiada foi vendida por R\$1,65/kg incluindo frete e icms. A grande capacidade da Usina requer uma produção constante, o que é um problema se considerarmos as condições de um seringal nativo - para se ter uma idéia no mesmo ano a produção do Rio Ouro Preto foi inferior a capacidade de um mês de produção da Usina.

“... só aumentando a produção nós vamos conseguir manter a usina funcionando”
(Membro da OSR).

Na Figura 22 (“a”, casa à direita; e “b”) vê-se a unidade doméstica de produção da Folha Defumada Líquida (FDL)⁶⁵ do Sr. José (Figura 22). Situada na Reserva do Alto Juruá, ao lado da casa do produtor (Figura 22 “a”, casa à esquerda), tem a capacidade de processar um dia de coleta numa estrada de seringa. O seringueiro chega do trabalho e filtra o leite (Figura 22 “c”); sua família ajuda a distribuir o leite em bandejas e a colocar o Ácido Pirolenhoso para a coagulação (Figura 22 “d” e “e”). O produto é passado então numa pequena prensa manual para

⁶⁵Durante o trabalho de campo o processo desenvolvido pelo Laboratório de Tecnologia Química da Universidade de Brasília estava em fase de testes. “Kits” (denominação da unidade produtiva) foram instalados na Foz do Tejo, Arara e Amônia, junto das residências daqueles que se interessaram em participar da experiência.

que seja retirada a água e posto para secar em varais. Técnica simples, pode ser produzida em casa, sistema não agride o meio ambiente nem a saúde dos seringueiros e o resultado é livre de impurezas e está pronto para ser vendido para a indústria. As unidades domésticas não usam energia elétrica nem insumos ou equipamentos sofisticados e, melhor, representam um maior ganho para o produtor. Em 2000 a Cantina de Restauração pagava R\$1,20/kg da borracha em prancha e R\$2,40/kg da FDL.

Estes dois casos servem para pensar em quais são os objetivos dos investimentos e das inovações tecnológicas que se aplicam nas Reservas. A pensar em quem deve ser beneficiado e que tipo de benefício se está procurando. Para provar que o extrativismo é viável comercialmente as usinas são um bom caminho. Mas se a proposta é de fato valorizar um modo de ser extrativista e de ocupar a floresta, iniciativas como a FDL são mais adequadas. O que é bom para o mercado pode não ser o melhor para o extrativista.

Figura 20: Coleta do leite - Resex Rio Ouro Preto

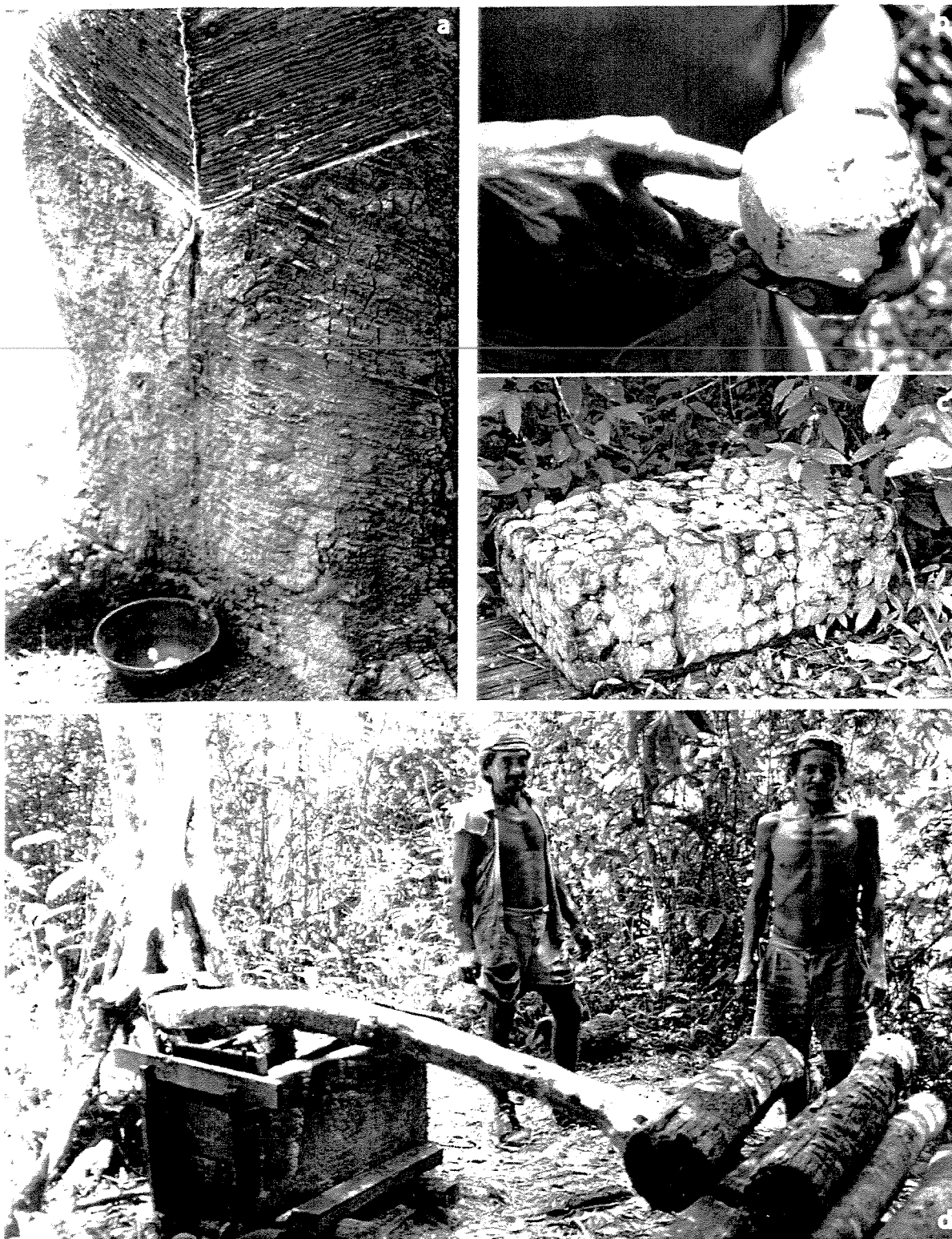


Figura 21: Beneficiamento da Borracha - Usina



Figura 22: Unidade Doméstica de Produção da FDL



CONCLUSÃO: PENSANDO RESPOSTAS

“Minha experiência passa por todos os tipos de unidades de conservação... depois de toda essa experiência eu fui premiado com esse trabalho com Reservas Extrativistas. Depois de dois anos aqui eu me pergunto se nós não erramos no passado... se eu estou fazendo agora um trabalho que já devia ter feito há mais de 20 anos” (Membro do CNPT).

O desenvolvimento da Amazônia, nos locais e comunidades analisados, corresponde a um processo de deslocamento e fixação populacional cujas finalidades, aliadas ao modo de vida em cada período, têm definido os tipos de apropriações e os níveis de utilização de recursos naturais.

O desenvolvimento proposto pelas Resex afeta as formas de ocupar o espaço e a vida daqueles que estão nas Reservas tanto por introduzir novos métodos e finalidades às suas atividades, quanto por garantir-lhes o acesso à terra e a outros recursos sobre determinadas condições. Não se trata apenas de desenvolver; não se trata apenas de preservar; mas de ocupar para desenvolver e preservar. E isso só será possível pela concretização de um desenvolvimento sustentável.

Seringueiro, o “bom selvagem”? Ocupar para desenvolver ou ocupar por desenvolver? O desenvolvimento sustentável existe? Apresentando respostas na ordem inversa da apresentada na tese, retomo elementos centrais que perpassam os capítulos.

Seringueiro, o “bom selvagem”?

A associação extrativista-ambientalista pode ser inadequada segundo o discurso dos seringueiros atualmente, mas foi incorporada ao movimento pela terra. Fundamentava-se na evidência de que em áreas extrativistas e indígenas a cobertura florestal se manteve por gerações enquanto que nas áreas “em desenvolvimento” ela estava sendo removida.

Os seringueiros desejavam a Reforma Agrária, terra com floresta, e encontraram como aliados os índios, com os quais constituíram uma identidade: “Povos da Floresta”, aqueles que conheciam a mata e como manejá-la. Tal definição marcou a diferença entre os habitantes que

dependiam dos recursos florestais para sua sobrevivência e aqueles (de fora) que consideravam a floresta como um obstáculo a ser superado ou como uma fonte de recursos a serem explorados integralmente no curto prazo.

O desejo de manter a “floresta em pé” e a oposição a um desenvolvimento insustentável, aproximou os seringueiros dos ambientalistas. A aproximação foi estimulada pois as instâncias responsáveis pela Reforma Agrária no Brasil não possuíam instrumentos nem disposição para assenta-los. Também, porque o ambientalismo internacional passou a se opor aos efeitos ambientais negativos das políticas de desenvolvimento da Amazônia, ao mesmo tempo em que incorporava à sua reflexão o modelo de desenvolvimento sustentável e abordagens que viam conjuntamente os problemas ambientais e os sociais - o que tornou conceitualmente viável a criação de uma categoria de UC com moradores.

Assim, trata-se de uma construção interna e externa ao grupo dos seringueiros; da escala local à global. O papel do “bom selvagem” decorre da estratégia dos líderes dos seringueiros para assegurar a terra, e da estratégia dos ambientalistas para assegurar a floresta - a Terra, se considerarmos a importância que se atribuía à Amazônia. Corresponde a um movimento de constituição e valorização de um grupo até então marginalizado, e da mudança do modo de ver e representar esse grupo (de obstáculo ao desenvolvimento para defensor da mata).

Assegurada a floresta em UC - que também assegura a terra - vê-se que a convergência de objetivo (floresta em pé) não basta para encobrir a diferente motivação dos parceiros: os seringueiros querem a floresta para usá-la; os ambientalistas, para não usá-la.

Os seringueiros (extrativistas) não são intrinsecamente “bons” ou ambientalistas, aqueles que preservam a floresta. Nem possuem um discurso único “homogêneo”: entre as Lideranças existem distintos graus de comprometimento com as Reservas e com o CNS (no caso das unidades do Projeto Resex); entre Lideranças e moradores, em vários locais, existe grande distanciamento entre as convicções e discursos do primeiro grupo e as ações dos segundo. Além disso, os

extrativistas de hoje não desejam ser como os do passado: almejam melhores condições de vida, desejam mudanças, a incorporação de novas tecnologias, a diversificação das atividades econômicas.

A adesão ao agroextrativismo e o fato de existirem unidades co-geridas por grupos que se definem por outros critérios sócio culturais, leva a pensar numa categoria de análise mais abrangente que “seringueiros” ou “extrativistas”. Como o proposto aqui: “Moradores das Reservas”. Os Moradores das Reservas; seringueiros, extrativistas, quilombolas, lavradores, populações tradicionais, povos da floresta, não são “bons selvagens” mas são potencialmente bons parceiros na co-gestão de uma unidade de conservação.

Sua presença significou e significa uma oposição às formas de ocupação (ou desocupação) reconhecidamente mais degradadoras, como por exemplo os projetos agropecuários, as grandes pastagens, as madeireiras. A solicitação da criação da Reserva e a assinatura do Plano de Uso consubstanciam a aceitação de um acordo de co-gestão, é um comprometimento do grupo de moradores em adotar formas não nocivas de uso de recursos - em troca, claro de condições dignas de existência.

O uso que fazem (ou podem vir a fazer) da mata, além do baixo impacto, pode contribuir para a recuperação dos recursos através do plantio de espécies florestais e da combinação de cultivos que pode recuperar a cobertura florestal. O próprio extrativismo de coleta dá sentido à existência da mata, mostra que ela não está vazia, que ela não está disponível a outras formas de ocupação e uso. Raciocínio similar pode ser aplicado à proteção da fauna. A ação dos moradores pode contribuir para a recuperação do estoque através de manejo direcionado para este fim, aliado a formas menos predatórias de caça - como é a caça sem cachorro, já praticada por muitos moradores. Ou seja, além de consumidores de recursos, os moradores podem ser vetores de recomposição da fauna e flora.

Numa unidade de conservação com situação fundiária regularizada, a fiscalização é um

sério problema. Controlar o acesso de pessoas de fora, evitar invasões e uso indevido de grandes áreas é bastante difícil. A presença de moradores cria um grupo de fiscais que habita, conhece e tem interesse em zelar pela área.

Além das vantagens potenciais, existem outros méritos para a permanência dos moradores, como o direito de permanência em áreas que ocupam há muito tempo, as dificuldades que poderiam passar nas cidades e as pressões sobre o meio ambiente que poderiam decorrer do fato de serem excluídos da área de conservação.

~~Pode-se afirmar que a presença de moradores em uma UC é vantajosa pois a ocupação~~ tem o efeito de reduzir pressões externas à unidade. Por outro lado, a presença gera pressões internas decorrentes das necessidades dos moradores. A busca pela sobrevivência e por melhores condições de vida demandam recursos; tal demanda pode levar à degradação incompatível com os objetivos da Resex. Mesmo porque as Reservas não foram criadas em locais onde existem boas condições de vida, o que significa dizer que mudanças no modo de vida e produção são necessárias; o que significa dizer que o desenvolvimento sustentável ali não existe mas que precisa vir a existir.

O desafio dos co-gestores, especialmente do IBAMA e o CNS, é compatibilizar a satisfação das necessidades dos moradores com a conservação ambiental; é transformar potenciais bons parceiros em bons parceiros de fato. Uma tarefa complicada pois os caminhos não estão prontos e existe uma tensão entre as prioridades dos co-gestores: conservar, para o IBAMA; desenvolver, para o CNS.

Claro que todos concordam que uma conquista não virá sem a outra. O desenvolvimento das condições de vida e produção terá como consequência a manutenção da mata e, a mata, garantirá as condições de vida no futuro. Mas a existência do pacto não garante a conservação dos recursos naturais nem o desenvolvimento nas Reservas, e os esforços das organizações gestoras visam justamente alcançar meios para a permanência sustentável dos moradores. Não basta ter

garantido a terra, é preciso que os moradores se organizem e superem antigas formas de organização. Não basta que se mantenham nas áreas, é preciso que tenham condições de sobreviver de recursos que dêem sentido à mata.

O êxito da proposta e das unidades depende, então, da forma que se estrutura a ocupação humana e da possibilidade de aplicação do modelo de desenvolvimento sustentável.

Ocupar para desenvolver ou ocupar por desenvolver?

O desenvolvimento e a ocupação da Amazônia, historicamente, se confundiram. A ocupação do território como forma de garantir, explorar e desenvolver a fronteira - a despeito daqueles que ali estavam previamente - resultou numa ocupação desigual, num desenvolvimento questionável e em degradação ambiental. Áreas menos densamente habitadas combinam-se às áreas urbanas que concentram grande contingente da população de cada Estado. Nas áreas urbanas é óbvia a relação entre desflorestamento e presença humana, mas nas áreas menos habitadas, não. A variação de formas de apropriação, uso e ocupação do solo definem resultados diferentes tanto do ponto de vista de degradação quanto da conservação ambiental: áreas de pastagens são fracamente povoadas mas não apresentam cobertura florestal; áreas de conservação delimitam porções com recursos naturais íntegros graças (ou apesar de) presença humana prévia.

Ocupar (transformar, produzir) para desenvolver (tirar do atraso, crescer economicamente) não gerou necessariamente desenvolvimento nem crescimento econômico. Há péssimas condições de vida na periferia das maiores cidades. Há carência de infraestrutura nas pequenas cidades; faltam recursos, escolas, postos de saúde, para as populações fora da cidade. A ocupação (meio, segundo as mais diversas políticas para a Amazônia) não deve ser tomada como evidência de desenvolvimento nem de crescimento econômico.

No processo de ocupação e desenvolvimento, populações locais, até então marginalizadas, beneficiaram-se de uma conjuntura nacional e internacional mais favorável na década de 80. O

ambientalismo internacional, a abertura política nacional, a maior organização da sociedade, transformaram lutas locais em defesa do direito de ocupar a floresta (a terra com floresta) em desejo globalizado, em condição para um desenvolvimento mais justo e sustentável, em garantia da Terra. Este movimento modificou o modo de ver os povos da floresta, não mais tidos como sinal de atraso; e modificou o modo de ver a floresta, não mais o vazio a ser ocupado, não mais a barreira à ocupação e ao desenvolvimento.

Em contrapartida à incapacidade institucional de regularização fundiária conforme as necessidades e desejo dos extrativistas, o ambientalismo ofereceu aos seringueiros o IBAMA como parceiro. Tal encontro constituiu uma solução para a demanda do CNS (a Resex) em troca do compromisso da conservação da floresta. A novidade da solução adotada, a co-gestão, somente foi possível pelo debate internacional sobre desenvolvimento sustentável, que aproximou os problemas ambientais aos sociais e trouxe a valorização de modelos de unidades de conservação com moradores. Até então, desocupar para preservar era a tônica das políticas de criação e manejo de áreas de conservação.

Entre um modelo de ocupação e desenvolvimento que pouco desenvolveu mas degradou, e um modelo dominante de preservação que afasta tradicionais moradores das áreas tidas como intactas e a preservar, a categoria de Resex surgiu como uma nova síntese que rompeu conceitualmente a idéia de desocupar para preservar como uma consequência do ocupar para desenvolver. Pela proposta, é possível ocupar para desenvolver e preservar ajustando o modo de vida e produção extrativista. A base extrativista é assumida como o caminho de um modo de ocupação sustentável.

A criação de uma Reserva proporciona aos moradores a garantia da terra. Possuir o direito de uso dos recursos significa estar livre do patrão, significa ter mais liberdade para ir ou ficar numa colocação, para ir ou ficar na unidade. Nos casos estudados, tanto o êxodo das Resex quanto os deslocamentos internos ocorreram; mas não é adequado atribuir os movimentos ao

decreto das unidades exclusivamente. A decisão de mudar está associada à possibilidade e à viabilidade comercial dos recursos florestais. Assim, a criação de uma Resex tem um efeito positivo para a permanência dos habitantes pois garante a possibilidade de uso sem a interferência do patrão - ainda que o patrão exercesse papel central na intermediação de mercadorias. Mas a criação da Resex não basta para garantir a viabilidade comercial dos recursos florestais; isso depende de fatores externos como as condições dos mercados. A existência da Resex (entendendo-se aqui os estímulos e projetos por parte das organizações gestoras) pode contribuir para a viabilidade da produção através do aperfeiçoamento da produção e diversificação de produtos, da composição de parcerias, da captação de fontes de recursos para a produção. Mas não basta produzir toneladas de borracha beneficiada conforme as normas internacionais se não existirem compradores. A queda do preço da borracha e da castanha nos anos subseqüentes ao do decreto das primeiras unidades foi apontado por todos os entrevistados como a causa do êxodo das Reservas e como fator importante para o deslocamento dentro das unidades. A participação da instituição Resex não foi capaz de rebater o efeito negativo da queda dos mercados mas não pode ser responsabilizada por tal queda.

A desocupação das reservas ou mesmo o abandono das colocações deixa as unidades suscetíveis às invasões e aos novos usos. A mobilidade populacional está sendo acompanhada por mudança no uso e ocupação da terra. É isso, e não a quantidade de moradores, que vem afetando a cobertura florestal. Mesmo porque os levantamentos cadastrais apontam - de forma pouco precisa, é verdade - que não está havendo aumento no número de moradores nas quatro unidades do Projeto Resex. É o tipo de uso e a finalidade do uso que importa, e nesse sentido os esforços não têm sido suficientes para impedir que os moradores passem a adotar formas alternativas ao extrativismo sustentável.

Assim como em políticas de desenvolvimento insustentável a ocupação não pode ser tomada por desenvolvimento, a ocupação das Reservas por seus moradores não é sinônimo de

desenvolvimento sustentável. Mas é fato que o tipo de ocupação estabelece o tipo de desenvolvimento que se pode obter.

O desenvolvimento sustentável existe?

A importância do conceito de desenvolvimento sustentável para a definição da categoria de Resex é inegável. A criação da categoria pode ser entendida como um resultado concreto da existência do modelo teórico.

Mas há grande distância entre a criação de um tipo de UC e a operacionalização das unidades criadas sob suas regras. Isso não se restringe às Resex, mas adquire com elas aspectos mais complexos. Na lógica do desenvolvimento insustentável, uma UC tem a função do não-desenvolvimento, o que coloca como seu principal objetivo o impedimento do uso direto dos recursos e, como seus principais meios, à restrição ao acesso a tais recursos. Nas Resex, os recursos a preservar são os recursos necessários ao desenvolvimento, ou seja: desenvolvimento e preservação devem coexistir; seres humanos e natureza devem co-existir. Os objetivos são mais complicados e os meios devem ser mais sofisticados em função da presença de moradores na UC pois, ao contrário do que ocorre numa unidade de Uso Restrito onde se podem operar decisões externamente, nas Resex agentes (os moradores) manifestam seus próprios interesses.

A regularização fundiária, a prática da co-gestão, a capacitação e organização dos moradores, o aperfeiçoamento de alternativas produtivas ligadas ao extrativismo, a melhoria das condições de vida - fatores que poderiam conduzir à sustentabilidade e conservação ambiental - são condutas recentes (e muitas delas experimentais) na existência das comunidades. Por para funcionar as Reservas é mais complicado do que foi a criação do aparato que permitiu a existência do modelo. Isso leva tempo e até o momento não se encontrou a fórmula para alcançar o desenvolvimento sustentável, apesar do esforço louvável, de grandes avanços na estruturação das unidades e na organização das comunidades.

A existência das Reservas Extrativistas nos alerta que o Desenvolvimento Sustentável

implica em forma distinta de ocupar e estar na natureza; num modo de longo prazo e responsável de ver o mundo, a Terra. Nas Resex, essa forma sustentável de ver e estar no mundo se expressa pela revalorização do extrativismo e do extrativista.

Em sua primeira década, a experiência mostra que, ainda que se contemple o longo prazo, o hoje vem antes do próximo ano - e bem antes da próxima década. Para os moradores, a manutenção da floresta hoje é potencial garantia de sobrevivência futura. Mas se não for possível viver na floresta hoje, duas alternativas radicais se colocam: abandonar a Reserva, e geralmente ir para a cidade; sobreexplorar os recursos naturais locais. Soluções radicais pois contrariam a luta pela permanência na terra e manutenção da floresta.

Entre sobreviver e preservar, o paradoxo do desenvolvimento sustentável se coloca; a tensão latente dos termos “desenvolver” e “preservar” se manifesta. Ainda que CNPT e CNS concordem que eliminar a miséria é o melhor caminho para a preservação, nitidamente existe entre eles uma divergência de prioridades. Na busca do caminho do desenvolvimento com conservação, o CNS não vê sentido que o morador passe privações estando rodeado por 300 ha de mata; o CNPT/IBAMA, também não vê sentido na miséria, mas assume o papel vigilante de mantenedor das regras de conduta conservacionistas.

O problema para a aplicação do desenvolvimento sustentável, para o êxito das Resex, não é a falta de interesse dos co-gestores. Eles assinaram o pacto. O problema tem sido a operacionalização do pacto. Os procedimentos adotados até o momento para gerar recursos monetários e viabilizar economicamente o extrativismo (ou neo-extrativismo), não proporcionaram os resultados esperados pelos co-gestores. O mercado não tem sido um bom “aliado” e as verbas repassadas por governos e Ongs podem não durar para sempre. Não há clareza se os moradores devem - nem se conseguirão - receber dinheiro por serviços ambientais prestados à sociedade ou se cabe ao extrativismo gerar os recursos necessários (de modo sustentável) para o desenvolvimento local e a manutenção da floresta conforme os interesses

planetários.

De todo modo, se a categoria de Resex for um êxito por ter conseguido se articular aos mercados ou por ter se ajustado ao recebimento de repasses e subsídios de instâncias governamentais e não governamentais, no desenvolvimento sustentável permanecerá um paradoxo. As Resex, assim como parques sem gente, estão ligadas ao insustentável. As unidades de conservação, incluindo as Resex, existem em função de um mundo em desenvolvimento insustentável. O desenvolvimento causa degradação; degradação gera a necessidade da preservação e os meios para executá-la. O desenvolvimento insustentável será necessário para garantir o desenvolvimento sustentável ou a sustentabilidade pode se propagar a partir de iniciativas e experiências locais?

Numa Amazônia loteada em diversos tipos de uso, num mundo onde distintos graus de desenvolvimento coexistem, não se pode esperar que a garantia da terra para um grupo seja suficiente para garantir à Terra seu equilíbrio ecológico. Mas é significativo que mais e mais grupos estejam se esforçando na aplicação do desenvolvimento sustentável; que a prática procure reconstruir a teoria.

“Diga para as pessoas que a Reserva Extrativista pode ser a combinação de uma proposta de desenvolvimento e de conservação. Mas que elas tenham paciência” (Morador da Rio Cajari).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABA, Associação Brasileira de Antropologia. 1986. Boletim da ABA. Rio de Janeiro - RJ: ABA.
- _____. 1987. Boletim da ABA. Rio de Janeiro - RJ: ABA.
- _____. 1989. Boletim da ABA. Rio de Janeiro - RJ: ABA.
- _____. 1990. Boletim da ABA. Rio de Janeiro - RJ: ABA.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. 1979. Os seringueiros: estudo de caso em um seringal nativo do Acre. Brasília - DF: UnB. Dissertação de Mestrado.
- _____. 1992. Política de uso dos recursos naturais renováveis: a Amazônia e o Extrativismo. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro - RJ, 26(1). p. 145-162.
- _____. 1994. Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazonia. . In ANDERSON, A. (Ed.), O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazonia. Rio de Janeiro - RJ: Relume-Dumará. p. 259-270.
- ALMEIDA, Mauro W. B. 1998. CNS e as Reservas Extrativistas 10 anos depois. Parabólicas, São Paulo - SP:ISA, 5 (45). p. 8-9.
- _____. 1992a. Desenvolvimento e responsabilidade dos antropólogos., Desenvolvimento e Direitos Humanos. A responsabilidade do antropólogo. Campinas-SP: Editora da Unicamp.
- _____. 1992b. Rubber Tappers of the Upper Juruá River: the making of a forest peasantry. Cambridge, Darwin College.
- _____. 1994a. Reserva extrativista do Alto Juruá; levantamento sócio-econômico. Brasília-DF: PPG7/CNPT. 87 p. mimeo
- _____. 1994b. As reservas extrativistas e o valor da biodiversidade. In ANDERSON, A. (Ed.), O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro-RJ: Relume-Dumará. p. 259-276.
- ALVES, Helena G. 1997. A produção extrativa na economia acreana; década de 1980. Rio Branco - AC: UFAC/Depto. Economia.
- ANDRADE, Rosemary F. 1995. Políticas de desenvolvimento regional, migração, urbanização e saúde na Amazônia Brasileira com ênfase ao município de Macapá. Belém-PA: UFPA, Departamento de Enfermagem. Dissertação de mestrado.
- BALÉE, William. 1989. Cultura na vegetação da Amazônia Brasileira; avaliação e perspectivas. In NEVES, W. (Ed.), Biologia e ecologia humana na Amazônia. Belém - PA: Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 95-109.
- _____. 1993. Biodiversidade e os índios amazônicos. In CASTRO, E. V. & CUNHA, M. C. (Eds.), Amazônia - Etnologia e história indígena. São Paulo - SP: USP - FAPESP. p. 285-393. (Série Estudos)
- BECKER, Berta K. 1990. Amazônia. São Paulo - SP: Ática. 112 p.
- BELLIA, Vitor. 1996. Introdução à Economia do Meio Ambiente. Brasília-DF: Edições do IBAMA. 262 p.
- BENATTI, José H. 1999. Presença humana em unidade de conservação: um impasse científico, jurídico ou político? Biodiversidade Amazônia, Macapá-AP. set/21-25. p. 15 p.
- BENCHIMOL, Samuel. 1981. Amazônia Legal na década de 70/80:expansão e concentração demográfica.: Universidade da Amazônia. 167 p.
- BILSBORROW, R. E. 1987. Population Pressures and Agricultural Development in Developing Countries: A Conceptual Framework and Recent Evidence. World Development, 15 (2). p.
- BIRDSALL, Nancy. 1977. Analytical approaches to the relationship of population growth and development. Population and Development Review, 3 (1,2). p. 63-102.

- BIXBY, Luis R. & PALLONI, Alberto. 1998. Population and Deforestation in Costa Rica. Population and Environment, 20 (2). p. 149-178.
- BOSERUP, Ester. 1981. Population and technological change. Chicago: University of Chicago Press.
- BRANDON, Katrina, REDFORD, Kent, & SANDERSON, Steven (Eds.). 1998. Parks in peril. Washington DC: Island Press.
- BRASIL. 1990. Decreto no 98.897 de 30 de janeiro de 1990. Cria a categoria de Reserva Extrativista.
- _____. 2000. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- _____. 2001. Decreto no 3.834 de 5 de junho de 2001. Regulamenta o art. 55 da Lei no 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e delega competência ao Ministro de Estado do Meio Ambiente para a prática do ato que menciona, e dá outras providências.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. 1992. Projeto de Lei no. 2.892 de 1992. Dispõe sobre os Objetivos Nacionais de Conservação da Natureza, cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelece medidas de preservação da diversidade biológica e dá outras providências.
- _____. 1996. Substitutivo ao Projeto de Lei n. 2.892/1992.
- BRECHIN, Steven R. , WILSHUSEN, Peter R., FORTWANGLER, Crystal L., & WEST, Patrick C. 2002. Beyond the Square Wheel: toward a more comprehensive understanding of biological diversity conservation as social and political process. Society & Natural Resources, 15. p. 41-64.
- CADAXO SOBRINHO, Edilson S. 1994. Contribuição à análise econômica da substituição da floresta tropical Amazônica por atividades agropecuárias. Estudo de Caso: região de Cruzeiro do Sul/Acre/Brasil. Niterói-RJ: UFF, Geociências. 86 p. Dissertação de mestrado.
- CANDIDO, Antonio. 1971. Os parceiros do rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Livraria Duas Cidades.
- CÁRDENAS, Angela M. C. 1997. Reestruturação de instituições territoriais na Amazônia Brasileira: o caso da Reserva Extrativista Chico Mendes. 260 p. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional.
- CARDOSO, Catarina A. S. 2002. Extrative Reserves in Brazilian Amazonia. Local resource management and the global political economy. Burlington - VT: Ashgate. 259 p.
- CARDOSO, Fernando H. & MULLER, G. 1977. Amazônia: expansão do capitalismo. São Paulo - SP: Brasiliense. 205 p.
- CARDOSO, Fernando H. 1980. Perspectivas de Desenvolvimento e Meio Ambiente: O caso do Brasil. Encontros com a Civilização Brasileira, III. p. 31-70.
- CARMO, Roberto L. 2001. A água é o limite? . Redistribuição espacial da população e recursos hídricos no Estado de São Paulo. Campinas - SP: Unicamp, Departamento de Sociologia, IFCH/Unicamp. Tese de Doutorado em Demografia.
- CASTRO, Fábio de. 1998. Exame de Qualificação, Universidade de Indiana.: 10. Bloomington - IN.
- CCN, Centro de Cultura Negra do Maranhão. 1998. Relatório do Seminário Nacional sobre normas administrativas de titulação de Terras de Quilombo. São Luís - MA: CCN/SMDH. 52 p.
- CMMD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1988. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro - RJ: FGV. 430 p.

- CNPT, IBAMA. 1995a. A saúde na Floresta Amazônica. Brasília - DF. 26 p.
- _____. 1995b. Leitura para crescimento dos grupos. Brasília - DF. 47 p.
- _____. 1996. Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Rio Cajari. Brasília-DF: CNPT. 31 p.
- _____. 1998. Como criar reservas extrativistas: 28. Brasília - DF.
- _____. 1999a. Projeto Resex: um futuro sustentável para a Amazônia. Brasília - DF. 31 p.
- _____. 1999b. Controle de qualidade de produto extrativista: 26. Brasília - DF.
- _____. 1999c. Área de estudo para correção de limites na porção norte da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, Guajará-Mirim-RO. Porto Velho - RO. 48 p. (Laudo Técnico)
- _____. [s.d.]. Projeto Reservas Extrativistas: 10. Brasília - DF.
- COALE, Ansley J. & HOOVER, E. M. 1958. Population growth and economic development in low income countries. Population growth and economic development in low income countries. Princeton: Princeton University Press.
- CONTI, Laura. 1986. Ecologia - capital, trabalho e ambiente. São Paulo - SP: Hucitec.
- COSTA FILHO, Orlando S. 1995. Reserva Extrativista: desenvolvimento sustentável e qualidade de vida. Belo Horizonte-MG: UFMG, CEDEPLAR. 156 p. Dissertação de mestrado em Economia.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. 1992. Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo - SP: Cortez. 189 p.
- CUNHA, Manuela Carneiro & ALMEIDA, Mauro W. B. 1999. Populações tradicionais e conservação. Biodiversidade Amazônia - Consulta 99, Macapá - AP. 21 a 25 de set 1999. p. 9
- _____. 2000. Indigenous people, traditional people and conservation in the Amazon. Daedalus, 129 (2). p. 315-338.
- _____. (Eds.). 2002. (org.) Enciclopédia da Floresta. São Paulo - SP: Cia das Letras.
- D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. 1997. O verão, o inverno e o inverso; sobre o modo de vida de comunidades residentes na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Campinas - SP: Unicamp, Departamento de Antropologia Social. 244 p. Dissertação de Mestrado.
- D'ARAÚJO, Maria C. 1992. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais, p. 40-55.
- DIEGUES, Antônio Carlos. 1992. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo em perspectiva, p. 22-29.
- _____. 1994. O mito moderno da natureza intocada O mito moderno da natureza intocada. São Paulo - SP: Hucitec. 169 p.
- DINIZ, Eugenio. 1994. Um diálogo de surdos: o Projeto Calha Norte. Lua Nova, p. 87-116.
- D'OLNE CAMPOS, Marcio. 1994. Fazer O Tempo e o Fazer do Tempo: ritmos em concorrência entre o ser humano e a natureza. Revista Ciência & Ambiente, p.
- DRIGO, Rudi & MARCOUX, Alain. 1999a. Population dynamics and the assessment of land use changes and deforestation. Part 2.: FAO, Sustainable Development Department. 10 p.
- _____. 1999b. Population dynamics and the assessment of land use changes and deforestation. Part 1.: FAO, Sustainable Development Department. 4 p.
- DUDLEY, Nigel & STOLTON, Sue. 1998. Protected Areas for a New Millennium. The implications of IUCN's protected area categories for forest conservation. IUCN & WWF. 12 p.
- FAO. 1993. Forest resources assessment 1990 - Tropical countries. . Roma. Forestry Paper 112
- _____. 1995. Forest resources assessment 1990 - Global synthesis. Roma. Forestry Paper 124
- _____. 1996. Forest resources assessment 1990 - Survey of tropical forest cover and study of change processes. Roma. Forestry Paper 130

- FAO. 1998. Population in deforestation assessment. . Development of demographic data at substate level and study of relation between population and deforestation in Brazil. Roma. Final Report
- FEARNSIDE, Philip M. 1992. Reservas Extrativistas: uma estratégia de uso sustentado. Ciência Hoje, p. 15-17.
- FERREIRA, Aurélio B. H. 1999. Novo Aurélio Século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro - RJ: Nova Fronteira. 2128 p.
- FERREIRA, Leandro V., SÁ, Rosa M. Lemos de, BUSCHBACHER, Robert, BATMANIAN, Garo, BENSUSAN, Nurit R., & COSTA, Kátia Lemos. 1999. Protected Areas or Endangered Spaces? WWF Report on the Degree of Implementation and the Vulnerability of Brazilian Federal Conservation Areas. Brasília - DF: WWF Brazil. 21 p.
- FOLAND, Frances M. 1971. A profile of Amazonia: Its possibilities for development. Journal of Interamerican studies and world affairs, p. 62-77.
- FOLKE, Carl. 1991. The Societal Value of Wetland Life-Support. In FOLKE, C. (Ed.), Linking the Natural Environment and the Economy: Essays from the Eco-Eco Group. Sweden: Stockholm University; and Beijer Institute.
- FRICKE, Tom & KERTZER, David. 1997. Anthropological demography; toward a new synthesis. Chicago: The University of Chicago Press. 295 p.
- GALVÃO, Francisco. 1941. O homem e o deserto amazônicos. Cultura Política, p. 44-50.
- GIBSON, Clark, MCKEAN, Margaret, & OSTROM, Elinor. 2000. People and forests communities, institutions and the governance of forest.
- GOMES, Carlos V. A. 2001. Dynamics of land use in an Amazonian Extractive Reserve: The case of the Chico Mendes Extractive Reserve in Acre, Brazil.: University of Florida, Graduate School. 153 p. Master of Arts.
- GOUDIE, Andrew. 2000. The Human Impact on the Natural Environment. 5 ed. Cambridge - MA: MIT Press. 511 p.
- GRÜBLER, Arnulf. 1994. Technology: a global perspective. In MEYER, W. B. & TURNER II, B. L. (Eds.), Changes in land use and land cover. Cambridge: Cambridge University Press. p. 287-328.
- GUDEMAN, S. 1986. Economics as Culture. London: Routledge.
- HARDIN, Garrett. 1968. The Tragedy of the Commons. Science, 162. p. 1243-1248.
- HOGAN, Daniel J. 1989. População e Meio-Ambiente. Campinas-SP: Unicamp. Textos NEPO, 16
- _____. 1992. The impact of populacton growth on the physical environme. European Journal of Population, 8. p. 109-123.
- HOGAN, Daniel J. & VIEIRA, Paulo F. 1992. Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável: 234. Campinas - SP: Unicamp.
- HOGAN, Daniel J. 1993. Crescimento Populacional e Desenvolvimento Sustentável. Lua Nova: revista de cultura e política, Cidade, p. 57-78.
- _____. 2000. A relação entre população e meio ambiente.: desafios para a demografia. In TORRES, H. G. & COSTA, H. (Eds.), (orgs) População e Meio Ambiente: debates e desafios. São Paulo - SP: Editora SENAC.
- HOMMA, Alfredo K. O. 1989. Reservas Extrativistas: uma opção de desenvolvimento viável para a Amazônia? Revista Pará Desenvolvimento, Belém - PA, Idesp, 25. p. 38-48.
- _____. 1992. The dynamics of extraction in Amazonia: a historical perspective. The dynamics of extraction in Amazonia: a historical perspective. Advances in Economic Botany, 9. p. 23-31.
- HUENTING, R. 1996. Three persistent myths in the environmental debate. Ecological Economics, 18. p. 81-88.
- IANNI, Octávio. 1979a. O trabalhador rural em busca da terra O trabalhador rural em busca da terra. Encontros com a Civilização Brasileira, p. 89-100.

- IANNI, Octávio. 1979b. Ditadura e Agricultura; O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira. 249 p. (Retratos do Brasil, 131)
- IBAMA. 1995. Documento de Informações Básicas sobre as Principais Correntes Filosóficas e Conceituais de Conservação das Áreas Protegidas, com Ênfase na América Latina. Brasília - DF. (Documento interno do IBAMA)
- _____. 2000. Corredor Ecológico Guaporé/Itenez Mamoré - relatório da oficina realizada nos dias 19, 20 e 21/09/2000. Porto Velho-RO: IBAMA. 40 p.
- _____. [s.d.]-a. Marco Filosófico e Conceitual das Unidades de Conservação de Uso Indireto. Brasília - DF.
- _____. [s.d.]-b. Unidades de Conservação - Conceitos e Diretrizes. Brasília - DF.
- IBGE. 1957. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro - RJ: IBGE.
- _____. 2002. Censo Demográfico 2000 Agregado de Setores Censitários dos Resultados do Universo - Documentação dos Arquivos de Dados. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações. 41 p.
- IEA, Instituto de Estudos Amazônicos. 1988. Seminário 'Planejamento e gestão do processo de criação de reservas extrativistas na Amazônia. Curitiba - PR: IEA/WWF. [s.d.] p. mimeo
- INCRA, Diretoria de Assentamento. 1996. Conceito e metodologia para implantação dos projetos de assentamento agro-extrativistas. Brasília: INCRA. 79 p.
- IRVING, Marta de A. & MILLIKAN, Brent H. 1997. Projeto Reservas Extrativistas - Avaliação de Meio-Termo. Brasília - DF: Relatório de Avaliação Independente. 121 p.
- IUCN, The World Conservation Union. 1999. Threats to Forest Protected Areas. Summary of a survey of 10 countries Carried out in association with the World Commission on Protected Areas. 46 p.
- IUCN, The World Conservation Union & WWF, The World Wide Fund for Nature. 1999. Management effectiveness in forest protected areas. A Proposal for a Global System of Assessment. Third Meeting of the Intergovernmental Forum on Forests of the Commission on Sustainable Development, Geneva, Switzerland. May 4-14.
- JANZEN, Daniel H. 1994. Wildland biodiversity management in the tropics: where are we now and where are we going. . *Vida Silvestre Neotropical*, 3. p. 3-15.
- JATOBÁ, Jorge S. 1980. Dinâmica demográfica e econômica na pré-Amazônia maranhense. . In MOURA, H. A. (Ed.), (coord.) *Migração Interna*. Fortaleza - CE: BNB. p. 1161-1177. (Estudos Econômicos e Sociais, 4)
- KEYFITZ, Nathan. 1996. Population growth, development and the environment. *Population Studies*, 50. p. 335-359.
- KLAASEN, G.A.J. & OPSCHOOR, J.B. 1991. Economics of sustainability or the sustainability of economics: different paradigms. *Ecological Economics*, 4. p. 93-115.
- KRAMER, Randall, SHAIK, Carel, & JOHNSON, Julie (Eds.). 1997. *The last stand*. New York: Oxford University Press.
- LASSONDE, L. 1996. *Les défis de la démographie. Quelle qualité de vie pour le XXIe siècle*. Paris: La Découverte.
- LEFF, Enrique. 1999. On the Management of Resources: towards a sustainable productive rationality in the humid tropics viewed from a latin american perspective. In BILSBORROW, R. E. & HOGAN, D. J. (Eds.), (orgs.) *Population and Deforestation in the Humid Tropics*. IUSSP, Liège.
- LEIRNER, Piero de C. 1995. O Exército e a questão amazônica. *Estudos Históricos*(15): 119-132.
- LEIS, Hector R. 1993. Ambientalismo e relações internacionais na Rio-92. *Lua Nova, Cidade*, 31. p. 79-97.
- LELE, S.M. 1991. Sustainable Development: A Critical Review. *World Development*, 19 (6). p. 607-621.
- LIMA, Marcos G. 1997. Projetos de assentamento agro-extrativista (PAE), como estratégia de fixação do homem na floresta: o caso São Luís do Remanso. Rio Branco - AC: UFAC/Dept. de Filosofia e C. Sociais. 68 p.
- LINO, Clayton Ferreira (Ed.). 1992. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. (Vol. 1). Campinas - SP: Consórcio

Mata Atlântica - Unicamp.

MALIGHETTI, Roberto. 1998. O Quilombo do Frechal. Brescia: Fondazione Sipec. 142 p.

MARQUETTE, C & BILSBORROW, R. E. 1994. Population and the environment in developing countries: literature survey and research bibliography. New York: UN Population Division.

MARTINE, George. 1991. Desenvolvimento, dinâmica demográfica e meio ambiente: repensando a agenda ambiental brasileira. Brasília-DF: ISPN. 19 p. Documento de trabalho, 1

_____. 1992. Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna: uma visão geral. Brasília-DF: ISPN. 27 p. Documento de trabalho, 12

_____. 1993. Implicações da redistribuição populacional para a rediscussão da agenda ambiental brasileira. Brasília-DF: ISPN. 22 p. Documento de trabalho, 19

MARTINE, George & CARVALHO, J. A. M. 1993. Impacts of spatial patterns of development and population redistribution on the demographic transition. Brasília-DF: ISPN. 17 p. Documentos de Trabalho, 29

MARTINI, Andréa. 1998. Tecendo limites na Foz do Breu, Alto Juruá, Acre, Brasil. Campinas-SP: Unicamp, Departamento de Antropologia do IFCH. 193 p. Dissertação de Mestrado.

MARTINS, José de S. 1989. Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. Tempo Social, São Paulo-SP, p. 131-148.

_____. 1994. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. Tempo Social, São Paulo, 6(1-2). p. 1-25.

McCORMICK, John. 1992. Rumo ao Paraíso. A História do Movimento Ambientalista. Rio de Janeiro - RJ: Relume-Dumará.

MELO, Hélio H. 1985. O caucho, a seringueira e seus mistérios. Rio Branco - AC: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto. 66 p.

MEYER, William B. 1996. Human impacts on the earth Human impacts on the earth. Cambridge: Cambridge University Press.

MORAN, Emilio F. 1990. A ecologia humana das populações da Amazônia. Petrópolis - RJ: Vozes. 367 p. (Coleção Ecologia & Ecosofia)

MORAN, Emilio F., BRONDÍZIO, Eduardo, & MAUSEL, P. 1994. Secondary Succession: Monitoring Secondary Succession and Land-use Change in Amazonia. National Geographic Research and Exploration, 10 (4). p. 458-476.

MORAN, Emilio F. & BRONDÍZIO, Eduardo. 1998. Land-use change after deforestation in Amazonia. In LIVERMAN, D. & MORAN, E. F. & RINDFUSS, R. R. & STERN, P. C. (Eds.), People and Pixels: Linking Remote Sensing and Social Science. Washington: National Academy Press. p. 94-120.

MORAN, Emilio F., McCracken, S., & BRONDÍZIO, Eduardo. 2001. The developmental cycle of domestic groups and its impact on deforestation rates in the Amazon. Population Association of America annual meeting, Washington DC. March 29-31, 2001.

MUELLER, Charles Curt. 1992. Dinâmica, condicionantes e impactos socio-ambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil. Brasília-DF: ISPN. 30 p. Documentos de Trabalho, 7

NISBET, Robert. 1985. História da idéia de progresso. Brasília - DF: Editora da UnB.

OATES, John F. 1999. Myth and Reality in the Rain Forest: how conservation strategies are failing in West Africa. Berkeley CA: University of California Press.

OLIVEIRA, Marilda M. 1983. Penetração capitalista no Acre e o emprego industrial urbano em Rio Branco Penetração capitalista no Acre e o emprego industrial urbano em Rio Branco. Fortaleza-CE: UFCE, CAEN. Dissertação de Mestrado em Economia.

OSTROM, Elinor. 1990. Governing the commons: the evolution of Institutions for Collective Action; the political economy of institutions and decisions. New York: Cambridge University Press.

OSTROM, Elinor & BECKER, Dustin. 1995. Human Ecology and Resource Sustainability: the importance of

institutional diversity. Annual Review of Ecology and Systematics, 26. p. 113-133.

PÉREZ, Manoel Ruíz, ALDERMAN, Claudia, ALLEGRETTI, Mary Helena, ALMEIDA, Mauro W., & AMMOUR, Tania. 1993. El extractivismo en América Latina. Gland, Suíça: UICN. 99 p.

PERZ, Stephen G. 2000. Household demographic factors as life cycle determinants of land use in the Amazon: 21. Miami: University of Florida. Department of Sociology and Center for Latin American Studies.

PEZZEY, John. 1989. Economic analysis of sustainable growth and sustainable development. Economic analysis of sustainable growth and sustainable development. Washington - DC: The World Bank. (Environment Department Working Paper, 15)

PVN, Projeto Vida de Negro. 1996. Frechal, Terra de Preto: Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista. São Luís - MA: SMDDH/CCN-PVN. 219 p.

RANDERS, Jorgen & MEADOWS, Donella. 1975. The carrying capacity of our global environment: a look at the ethical alternatives. In DALY, H. E. (Ed.), Towards a steady-state economy. San Francisco: W. H. Freeman and Company. p. 283-306.

RASMUSSEN, Lise N. & MEINZEN-DICK, Ruth. 1995. Local organizations for natural resource management: lessons from theoretical and empirical literature. Washington - DC: International Food Policy Research Institute. 40 p. (EPTD DISCUSSION PAPER, 11)

RÊGO, José Fernandes do (coord.) 1996. Análise econômica de sistemas básicos de produção familiar rural no vale do Acre. Rio Branco - AC: UFAC. 53 p. (Projeto de Pesquisa do Departamento de Economia da UFAC)

REYDON, Bastiaan P. & MACIEL, Raimundo C. 2002. Valoração econômico-ambiental de uma alternativa produtiva na reservas extrativista Chico Mendes. IV Congreso Internacional del Medio Ambiente y Desarrollo Sustentable, Vinã del Mar. 28-31 de outubro, 2002. p. 14

RICARDO, Fany. 1999a. Incidência de Requerimentos e títulos minerários nas Unidades de Conservação (UCs) Federais e Estaduais na Amazônia Legal. Biodiversidade Amazônia, Macapá-AP. p. 5

_____. 1999b. Sobreposições entre unidades de conservação federais, estaduais, terras indígenas, terras militares e reservas garimpeiras na amazônia legal. Biodiversidade Amazônia, Macapá-AP. p. 5

_____. 1999c. Terras Indígenas na amazônia legal. Biodiversidade Amazônia, Macapá-AP. p. 13

RINDFUSS, Ronald R. & STERN, Paul C. 1998. Linking remote sensing and social science: the need and the challenges. In LIVERMAN, D. & MORAN, E. F. & RINDFUSS, R. R. & STERN, P. C. (Eds.), People and Pixels: Linking Remote Sensing and Social Science. Washington: National Academy Press. p. 1-27.

ROLL, E. 1950. Panorama da ciência econômica. Lisboa: Cosmos.

RUEDA, Rafael Pinzón & MURRIETA, Julio Ruiz (Eds.). 1995. Reservas Extrativistas: UICN, Gland. 133 p.

RUEDA, Rafael Pinzón. 1998. Treinamento dos responsáveis pelo núcleos de Base. Brasília - DF: CNPT. Projeto Reservas Extrativistas-PPG7. 17 p. (mimeo)

SANTOS, José V. T. 1993. Camponeses e trajetórias migratórias. Anuário Antropológico(/91).

SANTOS, Roberto. 1980. História econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo - SP: TAQ. 358 p. Biblioteca básica de ciência sociais. Estudos brasileiros; v.3

SASSAGAWA, H. S. 1999. Técnicas de Sensoriamento Remoto e Sistema de Informações Geográficas (SIG) para estudo de ocupação do espaço físico e dos tipos florestais da Reserva Extrativista Chico Mendes, Estado do Acre. . São José dos Campos - SP: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Dissertação de Mestrado.

SAWYER, Donald R. 1983. Ocupación y desocupación de la frontera agrícola en el Brasil: un ensayo de interpretación estructural y espacial. In CEPAL/PNUMA (Ed.), (coord) Expansion de la frontera agropecuaria y medio ambiente en America Latina. Madri: Naciones Unidas. p. 79-104.

SAWYER, Donald R. & PINHEIRO, Sílvia M. G. 1984. Dinâmica demográfica das regiões de fronteira. IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, São Paulo-SP. p. 2017-2047

SAWYER, Donald R. 1987. Urbanização da fronteira agrícola no Brasil. In LAVINAS, L. (Ed.), (org.) A

- urbanização da fronteira, Vol. 1. Rio de Janeiro-RJ: UFRJ. p. 43-57.
- SCHMINK, Marianne & WOOD, Charles H. 1992. Contested frontiers in Amazonia. New York: Columbia University Press. 387 p.
- SCHUBART, Herbert O. R. 1991. A Amazônia e os temas ecológicos globais: mitos e realidade A Amazônia e os temas ecológicos globais: mitos e realidade. Brasília-DF: ISPN. 25 p. Documento de Trabalho, 6
- SLATER, Candace. 2002. Entangled Edens. Visions of the Amazon. Los Angeles: University of California Press.
- SLOCUM, Rachel & THOMAS-SLAYTER, Barbara. 1995. Participation, empowerment and sustainable development. In SLOCUM, R. (Ed.), Power, process and participation: tools for change. London: Technology Publications. p. 3-8.
- SMDH, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. 1999. Flagrantes de uma história 1979-1999. São Luís - MA: SMDH. 54 p.
- SOUZA, Márcio. 1990. O empate contra Chico Mendes. São Paulo-SP: Marco Zero.
- STONICH, Susan. 1989. The dynamics of social processes and environmental destruction: a Central American case study. Population and Development Review, 15 (2). p. 269-296.
- SYDENSTRICKER NETO, John M. 1992. Parceleiros de Machadinho. História migratória e as interações entre a dinâmica demográfica e o ciclo agrícola em Rondônia. Campinas-SP: Unicamp, Departamento de Sociologia. 189 p. Dissertação de mestrado.
- TERBORGH, John. 1999. Requiem for Nature. Washington Dc: Island Press.
- THOMAS, Keith. 1988. O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Cia das Letras. 454 p.
- TIEZZI, Enzo. 1988. Tempos históricos, tempos biológicos. A terra ou a morte: os problemas da nova ecologia. São Paulo: Nobel. 204 p.
- TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. 1992. Amazônia without Myths. Rio de Janeiro - RJ: Banco Interamericano de Desenvolvimento e United Nations Development Programme.
- TURNER II, Billie L. 1997. The sustainability principle in global agendas: implications for understanding land-use/cover change. The Geographical Journal, 163(2). p. 133-140.
- UNFF. 2002. History and Milestones of Global Forest Policy. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/forests/about-history.html>>. Acesso em 20 out. 2002.
- VANDERMEER, John & PERFECTO, Ivette. 1995. Breakfast of biodiversity; the truth about rain forest destruction. Food First. 185 p.
- VELHO, Otávio G. 1983. Sete teses equivocadas sobre a Amazônia. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 10. p. 31-36.
- VIOLA, Eduardo & LEIS, Hector. 1992. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991 A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991. In HOGAN, D. J. & VIEIRA, P. F. (Eds.), Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas - SP: Unicamp.:do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável
- WEINGAND JR., Ronaldo & PAULA, Daniela J. de. 1998. Reservas Extrativistas: dando poder às comunidades através da elaboração e implantação participativas do Plano de Desenvolvimento. Porto Velho - RO: Seplan-RO; Planaflo; PNUD BRA/94/007; OSR. 73 p.
- WEINSTEIN, Barbara. 1993. A borracha na Amazônia: Expansão e decadência 1850 - 1920 (Oliveira, L. L. d., Trans.). São Paulo: Hucitec. 371 p. Estudos Históricos; 20
- WOOD, Charles H. & SKOLE, David. 1998. Linking satellite, census, and survey data to study deforestation in the Brazilian Amazon. In LIVERMAN, D. & MORAN, E. F. & RINDFUSS, R. R. & STERN, P. C. (Eds.), People and Pixels: Linking Remote Sensing and Social Science. Washington: National Academy Press. p. 70-93.